

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINNE FERREIRA DA SILVA

ADOÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE PAIS ADOTIVOS

Maceió
2020

ALINNE FERREIRA DA SILVA

ADOÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE PAIS ADOTIVOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Orchiucci Miura

Maceió
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586a Silva, Alinne Ferreira da.
Adoção sob a perspectiva de pais adotivos / Alinne Ferreira da Silva. – 2020.
136 f. : il. color.

Orientadora: Paula Orchiucci Miura.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 121-130.
Apêndices: f. 131-136.

1. Winnicott, D. W. (Donald Woods), 1896-1971. 2. Adoção. 3. Famílias. 4.
Poder familiar. I. Título.

CDU: 159.9:347.633

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

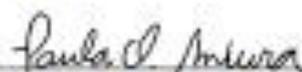
TERMO DE APROVAÇÃO

ALINNE FERREIRA DA SILVA

Título do Trabalho: **"ADOÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE PAIS
ADOTIVOS"**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Profa. Dra. Paula Orchiucci Miura (PPGP/UFAL)

Examinadores:



Profa. Dra. Dora Mariela Salcedo Barrientos (USP)



Profa. Dra. Adélia Augusta Souto de Oliveira (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 14 de agosto de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus por seu amor incondicional por mim e todos os livramentos cedidos, nessa caminhada. Agradeço não apenas por esse momento, mas por toda a minha vida, que sempre esteve entregue em suas mãos. Gratidão por ser minha luz, condução e ser tão fiel em seus cumprimentos, ainda que eu duvide das suas vontades para minha história. Obrigada, Pai! Por tanto que fazes por mim. Obrigada, Pai! Por permitir que teu Espírito Santo guie sempre meus passos, minha sabedoria e tudo que sou. Obrigada, Pai! Por me confiar uma profissão, conhecimento e tudo que me move enquanto pessoa e profissional. Tua presença foi meu abrigo quando me senti sozinha, teus braços foram minha paz, quando me senti desamparada.

Por conseguinte, agradecer a minha família por tanto que fazem por mim. Em especial a minha mãe Maria Betânia Leão dos Santos, a razão de eu amar e buscar sempre mais sobre o tema Adoção. Sua decisão em me acolher, amar e cuidar é minha fonte de inspiração, gratidão e força. Eu te amo, mãe! Aos meus irmãos, Maureen Leão dos Santos Lobo de Souza e Wagner Leão dos Santos, por todo amparo, solicitude e amor, vocês são minha referência, meu amor é incalculável por vocês! Ao meu cunhado, Fernando Antônio Lobo de Souza, por todo o incentivo, sem você a decisão de encarar essa missão não teria acontecido, obrigada por ter sido instrumento! E a toda a sua família, meu cunhado, por ter me acolhido nesses dois anos de construção. Aos meus demais familiares, que são minha base, meu porto seguro e meu abrigo.

Aos participantes desta pesquisa, por aceitarem abrir seus corações e compartilharem suas histórias de vida com todos os leitores, que acessarem este trabalho. Gratidão pela disponibilidade em todos os momentos que necessitei acioná-los, sem vocês este trabalho não teria a riqueza que obtive. Obrigada por me fazerem crescer enquanto profissional e pessoa, me oportunizando aprender sobre a pessoa humana, ética e responsabilidade com a subjetividade.

À minha orientadora, Dra. Paula Orchiucci Miura, por toda a paciência para comigo. Todo cuidado, orientação e direcionamento às minhas angústias para com o campo acadêmico, que inicialmente se mostrou distante, novo e complexo,

mas que, com todo o seu amor, ela conseguiu me fazer compreender e destemê-lo.
Professora, obrigada por sua compreensão, ensinamentos e acolhimento!

Aos meus presentes do mestrado: João Victor Pessanha, seu apoio, calma e receptividade foram primordiais para que a carga ficasse mais leve. Obrigada por tanto! Alana Madeiro, gratidão por toda paciência e direcionamento concedido, eu não tenho dúvidas que sua vida acadêmica será permeada de sucesso. Raul Brito, todo seu amor e companheirismo se mostrou tão lindo e afável, gratidão por ter feito parte desse processo! Fayrus Helou Martins e Fernanda Lemos, minhas amigas, obrigada pela força e amparo, nessa caminhada. Rodrigo Pimentel e Rodrigo Almeida, meus queridos, que felicidade os ter nesse caminho, obrigada por todo apoio.

Aos meus amigos, Matheus Neves e Marcos da Guia pela disponibilidade em me auxiliar na produção deste trabalho. Assim como, a todos os meus amigos que me incentivaram, diariamente, a me manter em foco, disponibilizando calma em momentos que me senti aflita.

Aos servidores do Tribunal de Justiça de Alagoas, em especial ao Juiz de Direito Alberto de Almeida por todo apoio e assistência cedidos à minha jornada profissional. A Psicóloga Sarah Regina Cardozo Barboza, por ser tão importante em minha vida pessoal e profissional, por todo carinho, segurança, cuidado e ensinamentos. Ao professor que me apresentou minha maior paixão, na Psicologia: Júlio Gomes Duarte Neto, agradeço-te por toda sua disponibilidade, instruções e torcida.

Aos professores deste mestrado, em nome daqueles que tive contato, que me ensinaram com muita competência sobre pesquisa em Psicologia, Ética com a Pessoa Humana e, mais que tudo, humildade para com aquilo que se conhece, aprende e teoriza.

À minha psicoterapeuta, Laís Albuquerque, por me acolher, cuidar, direcionar, por ouvir minhas angústias e, ao mesmo tempo, me lembrar sempre das minhas virtudes e do quanto esse momento da minha vida foi e será importante para minha construção.

Aos meus coordenadores: Elizângela Cordeiro, por toda parceria, disponibilidade e refúgio. João Paulo Garcia, por todo incentivo, solicitude e cuidado. Assim como, a todos que direta ou indiretamente fizeram essa

caminhada junto comigo, me auxiliando e tornando essa vivência tão significativa.

“SONHO DE UMA FLAUTA”

Nem toda palavra é
Aquilo que o dicionário diz
Nem todo pedaço de pedra
Se parece com tijolo ou com pedra de giz

Avião parece passarinho
Que não sabe bater asa
Passarinho voando longe
Parece borboleta que fugiu de casa

Borboleta parece flor
Que o vento tirou pra dançar...
Flor parece a gente,
Pois somos semente do que ainda virá
(...)

Sonho parece verdade,
Quando a gente esquece de acordar
E o dia parece metade,
Quando a gente acorda e esquece de levantar...
E, o mundo é perfeito!
(O Teatro Mágico)

RESUMO

A adoção é compreendida como um processo, no qual se busca oportunizar o desenvolvimento infanto-juvenil, por meio da convivência familiar. A formação de famílias através do vínculo afetivo é um fenômeno inscrito histórico e socialmente, tendo ao longo do tempo passado por modificações, que impactam de forma singular os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, esta pesquisa tem como relevância acadêmica e social a produção de dados de pesquisa em Psicologia e a possibilidade de, por meio desta, instrumentalizar, aos leitores, sobre a discussão no campo da adoção. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, que utilizou como método o Estudo de Caso. Teve como objetivo geral compreender e analisar a adoção sob a ótica de pais adotivos, e como objetivos específicos: compreender as motivações e expectativas dos pais no processo de adoção; identificar e analisar as relações de constituição da nova família, bem como com a família extensa; conhecer a relação dos pais adotivos com a história de vida do(a) filho(a). O estudo, inicialmente, contou com uma revisão sistemática de literatura, do tipo metassíntese, em que se buscou investigar produções acadêmicas, no tema “adoção sob a perspectiva de pais adotivos”, entre os anos 2012 e 2019, com critérios de inclusão e exclusão que observaram a existência de 51 artigos e 70 teses e dissertações, na temática. Contou com a participação de quatro famílias adotivas, na aplicação dos seguintes instrumentos: formulário de caracterização de perfil socioeconômico; entrevista semiestruturada e procedimento de Desenho de Famílias com Estórias. Foi realizada Análise de Conteúdo para exploração dos dados, assim como, as recomendações de Trinca para compreensão dos desenhos produzidos pelos participantes. Por intermédio do formulário de caracterização socioeconômica, observou-se idade dos entrevistados entre 23 e 46 anos, sendo três participantes do sexo feminino e dois do masculino, inserção escolar mínima de ensino fundamental e máxima de ensino superior completo, de religiões católica e protestante; sem uso abusivo de álcool e/ou outras drogas; todos com trabalho assegurado por direito trabalhista e de auto declaração étnico-racial em: três pardos e dois brancos. Mediante a entrevista semiestruturada, os dados possibilitaram a identificação de quatro categorias: a) “a história pregressa da criança”: como a história de cada criança é contada pelos pais adotivos, sendo observada dificuldade desses em lidar com a história; b) “antecedentes e motivos para adotar”: relatos sobre o que os levou a adoção, sendo observado que os casos apresentaram como motivação da adoção, possível comprometimento na saúde e/ou saúde reprodutiva dos adotantes, além da existência de outros familiares adotivos; c) “parentalidade adotiva”: compreensões dos pais sobre a relação parental com seus filhos, por meio das seguintes subcategorias: a espera; a chegada; a convivência; a revelação; d) “judiciário no processo de adoção”: tratando sobre a experiência com os trâmites jurídicos, e a subcategoria: “o profissional psicólogo no contexto social e jurídico” visando averiguar de que modo a Psicologia foi significada pelos entrevistados. Com uso do procedimento de Famílias com Estórias foi possível acessar conteúdos verbais e não verbais dos pais, diante de relatos de experiências familiares. Além disso, complementar as informações acerca dos casos, mediante dados que não apareceram na entrevista semiestruturada, tais como: angústias e afetos relacionados ao exercício da parentalidade, conflitos familiares na própria história, tão quanto evidenciou o desejo por uma segunda adoção. Os demais dados demonstraram que, o modo que os entrevistados lidam com seus filhos está, necessariamente, implicado na representação de família e educação que cada um

experienciou ao longo da vida. Por fim, esta pesquisa observou, dentre a experiência dos participantes: dificuldades desses em lidarem com a história da criança, modificações na rotina após a chegada da criança, mudanças nas relações interpessoais dos pais adotivos mediante a vivência da maternidade e paternidade, preocupações com a educação e futuro dos filhos e demais aspectos singulares que a adoção constitui, conforme a realidade histórica, social e cultural de cada família.

Palavras-Chave: Adoção, Família, Parentalidade Adotiva, Winnicott.

ABSTRACT

Adoption is understood as a process, in which it seeks to provide opportunities for child and youth development, through family life. The formation of families through the affective bond is a phenomenon inscribed historically and socially, having over time undergone modifications, that have a singular impact on the subjects involved in this process. In this sense, this research has academic and social relevance the production of research data in Psychology and the possibility of instructing readers about the discussion in adoption. It is a qualitative, descriptive and exploratory research, which used the Case Study as a method. This study aimed to understand and analyze adoption from the perspective of adoptive parents and as applicable objectives: understand the motivations and expectations of parents in the adoption process; identify and analyze the relationships of constitution of the new family, as well as with the extended family; know the relationship of the adoptive parents with the child's life history. The study initially had a systematic review of the literature, of the meta-synthesis type, in which it sought to investigate academic productions, on the theme "adoption from the perspective of adoptive parents", between the years 2012 and 2019, with inclusion and exclusion criterion that observed the existence of 51 articles and 70 theses and dissertations, on the theme. It counted on the participation of four adoptive families, in the application of the nexts instruments: form of the socioeconomic profile; semi-structured interview and procedure for Drawing Families with Stories. For data Snalysis Content Analysis was used, as well recommendations the Trinca for understanding the drawings produced by the participants. Through the form of the socioeconomic profile decrease age of interviewess between 23 and 46 age, three female participants and two male participants, minimum school inclusion of elementary school and maximum of complete higher education, Catholic and Protestant religions; no abuse of alcohol and/or other drugs; all with guaranteed labor rights and ethnic-racial self-declaration in: three browns and two whites. Through the semi-structured interview, the data enabled the identification of four categories: a) "the child's before story": how each child's story is told by the adoptive parents, with difficulties being observed in dealing with this story; b) "background and reasons for adopting": reports on what led them to adopt, observing that the cases presented as motivation for adoption, possible compromising in the health and/or reproductive health of the adopters, in addition to the existence of other adoptive family members; c) "adoptive parenting": parents' understanding of the parental relationship with their children, through the subcategories: the wait; the arrival; the living together; the revelation; d) "judiciary in the adoption process": dealing with experience with legal procedures, and the subcategory: "the professional psychologist in the social and legal context" in order to find out how Psychology was meant by the interviewees. Using the procedure for Drawing Families with Stories, it was possible to access verbal and non-verbal content of the parents, in view of reports of family experiences. In addition, as case information, about data that does not appear in

the semi- structured interview, such as: anguish and affect related to the exercise of parenting and family conflicts, as evidenced the desire for a second adoption. The other data showed that, the way respondents deal with their children is necessarily the representation of family and education that each experienced throughout life. Finally, this research observed, given the experience of participants: difficulties in dealing with the child's story, changes in routine after the child's arrival, changes in interpersonal relationships of adoptive parents through the experience of motherhood and paternity, worry about children's education and future and other singular aspects that the adoption constitutes, according to the historical, social and cultural reality of each family.

Key Words: Adoption, Family, Adoptive Parenting, Winnicott.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Princípio de Tudo”

Figura 2 – “Família: Minha base, meu alicerce”

Figura 3 – “Quem não tem uma família unida, jamais estará completo”

Figura 4 – “A verdadeira felicidade está na própria casa”

Figura 5 – “Futuro”

Figura 6 – “Realização”

Figura 7 – “Crueldade”

Figura 8 - “Cumprimento de Deus na minha vida”

Figura 9 – “A felicidade não está no que tem, mas sim no que vem”

Figura 10 – “O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã”

Figura 11 – “Fazer primeiro em casa, para poder fazer fora”

Figura 12 – “Gratidão a Deus”

Figura 13 - “Curtindo Juntos”

Figura 14 - “Minha família”

Figura 15 – “As apreensões do cotidiano”

Figura 16 – “Todos meus”

Figura 17 - “A Família nos dias de hoje, com a internet”

Figura 18 – “A Minha família”

Figura 19 - “Pais tristes por seus filhos estarem no abrigo”

Figura 20 - “A família que eu desejei”

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de Produções Sem e Com Critérios

Gráfico 2 – Número de Autores por Instituição de Vínculo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados dos participantes

LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVS-Psi - Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

DF-E – Desenho de Família com Estórias

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SNA – Sistema Nacional de Adoção

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

USP – Universidade de São Paulo

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	20
2.	ADOÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE PAIS ADOTIVOS: REVISÃO DE LITERATURA	27
2.1	Experiências no processo de adoção	29
2.2	Parentalidade adotiva	34
2.3	A Psicologia como recurso auxiliar no processo de adoção	37
2.4	Considerações da Revisão de Literatura	39
3.	FAMÍLIA: PERSPECTIVA WINNICOTIANA.....	42
3.1	Perspectivas de D. Winnicott sobre Adoção	47
4.	MÉTODO.....	50
4.1	Cenário do estudo e fonte de dados.....	51
4.2	Estudo Piloto	51
4.3	Produção e Organização dos Dados.....	51
4.4	Análise de Dados.....	54
4.5	Aspectos Éticos	55
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
5.1	A história pregressa da criança	58
5.2	Antecedentes e motivos de adotar.....	63
5.3	Parentalidade adotiva	68
5.3.1	A espera.....	69
5.3.2	A chegada.....	72
5.3.3	A convivência.....	77
5.3.4	A revelação.....	82
5.4	Judiciário no processo de adoção.....	85
5.4.1	O profissional psicólogo no contexto social e jurídico	90
5.5	Desenho de Famílias com Estórias	92
5.5.1	Discussão dos Desenhos de Família com Estórias.....	125
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICES	147
	Apêndice A	147
	Formulário para caracterização socioeconômica.....	147
	Apêndice B	149
	Roteiro para Entrevista Semiestruturada	149

Apêndice C	150
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	150

1. INTRODUÇÃO

A adoção constitui-se como um processo em que, por meio da convivência familiar, se busca oportunizar o desenvolvimento infanto-juvenil. A história da instituição adoção é engendrada histórica e socialmente e perpassa constantes modificações.

No Brasil, a adoção tem um percurso extenso e se faz presente desde a época da colonização. Inicialmente, expressa Ayres (2009 apud SOUZA, 2016, p. 30), os sujeitos adotados não estavam de forma legalizada nas famílias que adentravam, posto que sua permanência se mantinha por ser mão de obra gratuita aos senhores de engenho. Percorrido o tempo, na atualidade, contamos com um denso aparato jurídico que visa proteger as crianças e/ou adolescentes em contexto de adoção, tão quanto aponta a necessidade de profissionais e recursos de preparação psicossocial para os adotantes, a fim de auxiliar na construção de famílias adotivas.

Nesse sentido, durante a graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, através da monografia “Revelação da adoção: análise dos impactos do saber ser adotado na identidade de sujeitos perfilhados”, sob orientação da Prof^ª. Msc. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães, me debrucei em compreender a revelação da adoção sob a ótica de sujeitos perfilhados e, no trabalho foi possível observar que o *modo* como é revelada a adoção para o sujeito é de extrema relevância para a constituição da sua identidade, ou seja, como se vê, inclusive enquanto pessoa adotada. Assim, percebeu-se que sendo a revelação realizada de forma progressiva, onde o amor é estabelecido e deixado em evidência, muito mais do que a falta de vínculo sanguíneo, facilita a produção de um indivíduo ativo, sujeito de sua própria história, tendo laços de afeto como principal fator para o seu desenvolvimento. Posteriormente, ainda sobre adoção, pesquisei em meu trabalho de conclusão em Pós-Graduação *Lato Sensu*, com orientação da Prof^ª. Msc. Thaís Mesquita Favoretto, sobre políticas públicas que possibilitassem a criação e manutenção de instrumentos e grupos de apoio à famílias que vivenciam o processo de revelação da adoção, visto que o estudo bibliográfico demonstrou que a temática sofre estigmas sociais (como

preconceito e aversão) que impactam na revelação, e não há nenhuma discussão sobre o papel do Estado, mediante Políticas Públicas, para com esse momento da adoção. Portanto, foi proposto um modelo de diretriz política social que abranja o tema, a fim de estabelecer metas e caminhos para amparar as famílias que vivenciam a revelação, assim como, garantir o direito a saúde (mental) da criança e/ou o adolescente envolvido. Além de, estabelecer a importância de equipes multiprofissionais nas instituições em que a temática circunde, direta ou indiretamente, a ex. juizados da infância e juventude; escolas; unidades básicas de saúde; centros de referência em assistência social.

Propondo-me, neste momento, por meio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da mesma universidade, na dissertação, exercitar a pesquisa científica para com pais adotivos, em busca de produzir conhecimento sobre como a experiência de adoção é significada pelos entrevistados, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Paula Orchiucci Miura.

Além disso, contando com o auxílio das discussões científicas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa “Epistemologia e Ciência Psicológica” da Universidade Federal de Alagoas sob liderança da Prof^ª. Dr^ª. Adélia Augusta Souto de Oliveira e vice-liderança da Prof^ª. Dr^ª. Paula Orchiucci Miura, o qual vem desenvolvendo produções na área de meu interesse, como: “A Psicologia na PNAS: Relato de experiência com acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidades” (OLIVEIRA et al., 2018); “Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Nordeste brasileiro: um relato de estágio em Psicologia” (OLIVEIRA et al., 2017); “Oficinas criativas em uma instituição de acolhimento: relato de experiência” (MIURA et al., 2019); “As vivências de Crianças e Adolescentes nos Serviços de Acolhimento: uma experiência no Nordeste brasileiro” (GALDINO et al., 2017); “Cuidado do cuidador: a equipe da instituição de acolhimento e a criança abrigada” (PARENTE et al., 2014); “Cadastro nacional de adoção: o que nos revela?” (OLIVEIRA et al., 2018); “Cadastro de adoção nacional: Os lugares das crianças a serem adotadas no Brasil” (FALCÃO et al., 2019); “Produção acadêmica em psicologia sobre adoção tardia” (VIEIRA, 2017); “A adoção sob a perspectiva de pais adotivos: revisão sistemática de literatura” (SILVA; MIURA, 2019). E, o trabalho “O conceito de adoção na Pós-Graduação em Psicologia” (FERNANDES, 2019), ainda em

produção.

O referencial teórico adotado neste trabalho é o da perspectiva psicanalítica winnicotiana, na qual o autor compreende família como um ambiente onde a criança deve ter suas necessidades supridas e obtenção de um alicerce para seu amadurecimento físico e emocional. Sendo o ambiente, considerado por Winnicott (1965/2005) como fundamental no processo de constituição do sujeito, posto que no início da vida, os bebês dependem absolutamente do outro para satisfazer suas necessidades física, psíquica e emocional. E, no decorrer do amadurecimento, a família tem o dever de exercer a continuidade e sustentação para essas necessidades. Sendo família, todas as pessoas que adquirem parentesco através de disposição de atenção especial as necessidades da criança, auxílio no desenvolvimento de sua independência e tolerância à rebeldia que possa vir a existir, de modo implicado em um contexto social e histórico que precisa ser pensado, quando se deseja compreender como se deu o desenvolvimento humano de um sujeito.

Nesse sentido, pensar a proposta de composição familiar através da adoção requer, necessariamente, percorrer períodos históricos sobre esse objeto de estudo. Historicamente, de acordo com Weber (2003), na Idade Média, a Igreja não se apresentava a favor de práticas de adoção, pois acreditava que seria uma desvalorização a naturalização dos filhos, implicando na descrença da necessidade do casamento. Sendo apenas após o período da Revolução Francesa (séc. XVIII), que a temática passou a ser discutida e valorizada, considerando questões estruturais e econômicas da sociedade, para evitar o aniquilamento da família.

Na constituição francesa, afirma Borgui, Ariès e Chartier (1990 apud GONÇALVES; BRANDÃO, 2009, p. 113) houve o reconhecimento da adoção enquanto formação familiar através da categorização de normas, como: idade mínima de 40 anos para o adotante; ausência de filhos; diferença de 15 anos entre adotante e adotado e em casos de adotante casado, necessário consentimento do outro cônjuge. Apesar da normatização francesa, práticas de adoção não existiram na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, em virtude da perpetuação de discriminações e reprovações aos filhos considerados “ilegítimos”, o que gerava como consequência, atos como abortos, negligência infantil e infanticídios.

Destarte, a fim de diminuir essas consequências, foi gerado o dispositivo “Roda dos Enjeitados ou dos Expostos” com o intuito de recepcionar crianças

abandonadas e entregá-las a instituições de caridade (GONÇALVES; BRANDÃO, 2009, p. 346). No cenário nacional, de acordo com Moncorvo (1926 apud JORGE, 1975, p. 12), a prática também foi exercitada e gerou a primeira normativa brasileira referente à adoção ocorreu em 1693, conhecida como “Lei ao desamparo das crianças deserdadas” e seu público alvo eram crianças chamadas de “expostas”, às quais eram encontradas em situação de mendicância. Paiva (2004, p. 43) aponta que as primeiras rodas no Brasil vieram a existir no século XVIII – na Bahia, em 1726 e Rio de Janeiro, em 1738, e as condições para as quais as crianças eram cedidas incorriam em: uso para tornarem-se trabalhadores baratos e caridade cristã.

Posteriormente, explana Gonçalves e Brandão (2009, p. 106) que foi a partir do Código Civil de 1916, que passa a existir no Brasil a instituição Adoção, com restrições de idade aos adotantes (idade mínima 50 anos) e não valorização da criança enquanto sujeito ativo na sociedade e pessoa em desenvolvimento. Restrições que tornavam a prática da adoção desvalorizada socialmente e fomentava a ilicitude, em situações de registro de crianças pelos não genitores. A prática ilegal de registrar como filho uma criança nascida de outra pessoa sem passar pelos trâmites legais, conhecida como “adoção à brasileira”, até os anos 1980 do século XX constituía cerca de 90% das adoções realizadas no país.

Sendo apenas através da Lei 4.655 (Brasil, 1965) que se disponibiliza uma ementa sobre a legitimidade adotiva, onde a legitimação do processo adotivo como garantia de Direitos para os adotados e esses passam a ser reconhecidos como sujeito de Direitos, através da igualdade entre os filhos adotivos e biológicos e interrupção de vínculos com a família natural de crianças abandonadas até os 7 anos ou de pais desconhecidos, logrando a irrevogabilidade do ato de adotar, desse público.

Por conseguinte, com o Código de Menores inscrito na Lei nº 6.697 (BRASIL, 1979) tratou-se sobre adoção simples, na qual a adoção poderia acontecer através do anúncio ao magistrado e conforme sua autorização imediata havia o consentimento da adoção; e, adoção plena, a qual revogava o modelo de legitimidade adotiva a fim de tornar o ato de adotar irrevogável a toda e qualquer criança/adolescente, sem restrições.

Gonçalves e Brandão (2009, p.108) esclarecem que, embasado na Declaração Universal de Direitos da Criança de 1959 e na Convenção das Nações

Unidas sobre os Direitos das Crianças, em 1989, passou-se a observar a criança como sujeito de direitos e a fim de proteger a infância e adolescência, promulga-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei 8.069 (BRASIL, 1990), no qual se normatiza para a existência da adoção: idade mínima do adotante – 20 anos, com diferença entre adotante e adotado de 16 anos; autorização para adoção por pessoas solteiras, viúvas, divorciadas e em convívio; adoção unilateral (em que um dos companheiros adota o filho do outro); adoção póstuma (quando o pretendente a adoção vem a falecer, no curso do processo de adoção).

E, posteriormente, houve a criação da Lei 12.010 (Brasil, 2009), que versa sobre a Nova Lei da Adoção, na qual explica Maux e Dutra (2010, p. 28) que se têm mudanças significativas, como: a convivência familiar sendo elemento indispensável no processo de inserção social da criança em espera por adoção; o conceito de família extensa ou família ampliada, a fim de que parentes próximos da criança tenham prioridade em sua adoção caso ela seja retirada do convívio dos genitores. E, recentemente, criou-se a Lei 13.509 (Brasil, 2017) com alterações sobre o processo de adoção para inserção de prazos, visando à celeridade em processos judiciais e licença maternidade e paternidade para pais adotivos.

Destarte, para auxiliar na implantação e seguimento da ordem jurídica, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei 8.069 (Brasil, 1990) aponta a necessária criação do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), instrumento pensado a fim de auxiliar as varas de infância e juventude do Brasil, com dados civis sobre as pessoas ou casais habilitados à adoção e crianças/adolescentes que aguardam por uma família. Em consulta ao site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no mês de janeiro ano de 2020, o sistema apresentou, a nível nacional, 42.466 pretendentes e 4.768 crianças em aguardo para adoção; sendo inscritos em Alagoas: 372 pretendentes e 40 crianças.

Isso levanta a necessidade de pensar e discutir a respeito da adoção, em seu processo cultural revestido de estereótipos que podem influenciar não apenas nas incongruências numéricas, mas também no desenvolvimento psíquico e afetivo dos sujeitos envolvidos. Torna-se relevante ouvir pais adotivos, para que esses possam expor o exercício da parentalidade adotiva, a qual segundo a definição de Silva et al. (2018), é uma forma de exercer a maternidade e paternidade entre pessoas sem filiação biológica, mas por consolidação de vínculo afetivo. Oportunizando aos leitores o conhecimento sobre a adoção,

mediante experiências de quem a vivência.

Nesse sentido, a relevância acadêmica e social deste trabalho incorre na produção de dados em pesquisa em Psicologia, que auxilia no desenvolvimento do conhecimento científico, possibilitando instrumentalizar, aos leitores, sobre discussões no campo da adoção. Considerando minha trajetória enquanto pesquisadora, tão quanto o desenvolvimento sociocultural do objeto de estudo, este trabalho tem como objetivo geral compreender e analisar a adoção sob a ótica de pais adotivos, e como objetivos específicos: compreender as motivações e expectativas dos pais no processo de adoção; identificar e analisar as relações de constituição da nova família, bem como com a família extensa; conhecer a relação dos pais adotivos com a história de vida do(a) filho(a).

Com isso, no **primeiro capítulo** foi buscado expor minha trajetória, enquanto pesquisadora e vínculo com o tema Adoção. Assim como, situar histórica e socialmente os leitores, através de contribuições teóricas sobre o desenvolvimento sociocultural da adoção; expor dados situacionais sobre pretendentes e crianças e/ou adolescentes disponíveis no cadastro nacional de adoção; descrever a relevância acadêmica e social da pesquisa; ilustrar os objetivos deste trabalho; tão quanto, o referencial teórico adotado para embasar as discussões dos dados.

No **segundo capítulo**, é exposto a revisão sistemática de literatura, a qual trata sobre as produções acadêmicas no campo da adoção, em específico para com pais adotivos. Por conseguinte, no **terceiro capítulo**, apresentar-se-á algumas contribuições de Donald Winnicott sobre o tema família e adoção.

No **quarto capítulo**, tratou-se sobre os métodos utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa, através da *triangulação metodológica* (FLICK, 2009), com uso dos seguintes instrumentos: questionário socioeconômico (o qual é composto por questões sobre o perfil socioeconômico dos pais), entrevista semiestruturada (dispositivo composto por perguntas disparadoras para acesso as seguintes temáticas: história de vida dos pais, processo de adoção, primeiras experiências com o novo membro da família, desenvolvimento da criança, constituição da nova família, entre outras) e o procedimento Desenhos de Família com Estórias (DF-E) (TRINCA, 2013).

Em decorrência, no **quinto capítulo**, estão apresentados os resultados produzidos, por meio das quatro famílias participantes: Família do Heitor (mãe participante), Família do Emanuel (pais participantes), Família da Clara e Yasmin

(mãe participante) e Família do Vinicius (pai participante), através das categorias temáticas: a) “a história da criança”; b) “antecedentes e motivos de adotar”; c) “parentalidade adotiva; d) “judiciário no processo de adoção”.

Sexto capítulo é composto pela discussão dos dados, à luz do referencial teórico adotado no corpo desta pesquisa. E, **sétimo capítulo**, encerra-se esta dissertação com as considerações finais, visando compreender a produção total da presente pesquisa.

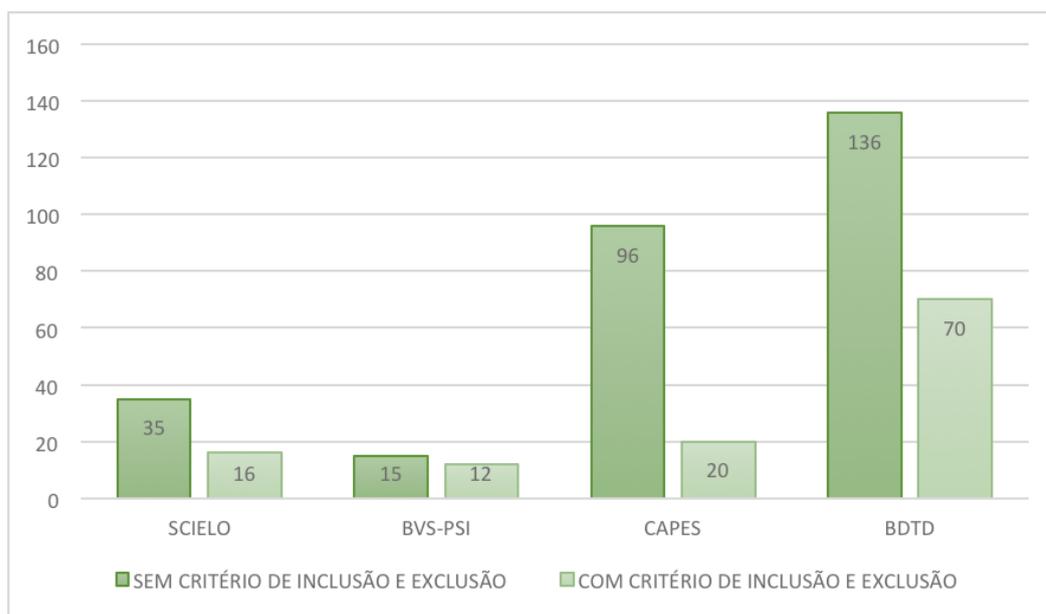
2. ADOÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE PAIS ADOTIVOS: REVISÃO DE LITERATURA

Foi realizada uma revisão da literatura das produções acadêmicas sobre adoção na perspectiva de pais adotivos, usando as seguintes bases de dados: SciELO; Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil); Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e; a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Com uso dos descritores: Adoção and Parentalidade; Adoção and Maternidade and Parentalidade; Adoção and Paternidade and Parentalidade; Adoção and Família and Parentalidade.

Como *critério de inclusão* foi pensando as seguintes restrições: artigos científicos, teses e dissertações publicadas entre os anos de 2012 a 2019, com idioma português e que se refiram à experiência de pais no processo de adoção. Como *critério de exclusão* pensou-se em produções que não estivessem vinculadas ao tema supracitado, pesquisas com ênfase biológica, a ex.: produções na área da enfermagem, que tratavam sobre genética e fisiologia.

No que tange ao número de produções encontradas, inicialmente, sem os critérios supracitados, houve um total de 143 artigos e 136 teses e dissertações. Aplicados os critérios: 51 artigos e 70 teses e dissertações.

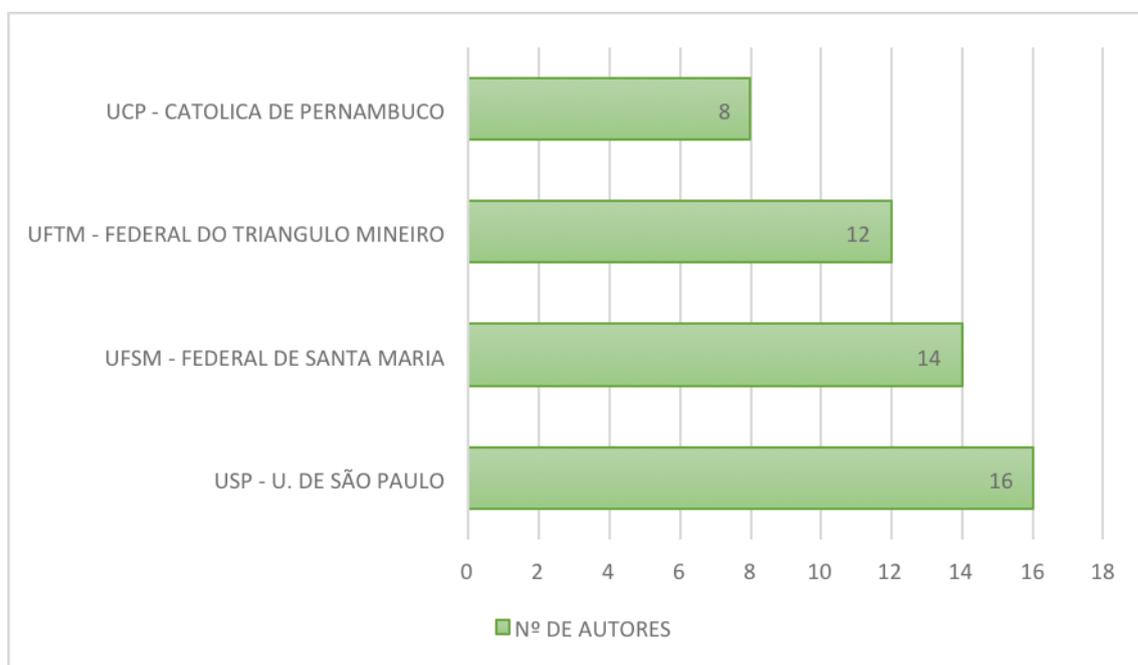
Gráfico 1 – Quantitativo de Produções Sem e Com Critérios



Autora, 2020.

Posteriormente, com base na análise dos títulos, foi observada a repetição de 21 artigos e 64 teses e dissertações. Com a exclusão dos trabalhos repetidos, a amostra final para o corpo desta revisão ficou: 30 artigos, 2 teses e 4 dissertações. Foi possível observar nesta amostra que, quanto aos anos de produção, a maior escala ocorreu em 2016 e 2017. Sobre o quantitativo das instituições de vínculo dos autores, as maiores produções advieram de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) (16), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (14) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) (12).

Gráfico 2 – Número de Autores por Instituição de Vínculo



Autora, 2020.

Sobre as revistas em que foram publicados, os maiores números estiveram vinculados a Revista “Psicologia: Teoria e Pesquisa” (5) e Psicologia: Ciência e Profissão (4). Por meio da leitura total dos artigos, teses e dissertações percebeu-se que todas as produções contaram com metodologias qualitativas, com método de pesquisa de campo; entrevista semiestruturada e/ou procedimentos projetivos. Com relação as áreas de conhecimento que foram abrangidas: Psicologia (33), Serviço Social (1) e Ciências Sociais (2). Em

Psicologia, foram encontradas as seguintes teorias: Psicanálise (26), Psicologia Cognitiva (3), Representações Sociais (1) e Psicologia Sócio-Histórica (3). As categorias temáticas elaboradas para análise dos conteúdos obtidos foram: I) “Experiências no processo de adoção”; II) “Parentalidade adotiva” e III) “A Psicologia como recurso auxiliar no processo de adoção” (BARDIN, 2011).

2.1 Experiências no processo de adoção

Nos artigos de Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013); Dantas e Ferreira (2015); Mozzi e Nuernberg (2015); Silva e Cavalcante (2015); Silva e Benetti (2015); Filho e Rinaldi (2015); Fender (2016); Lira, Morais e Boris (2016); Machin (2016); Albuquerque (2016); Bastitelli e Silva (2017) Santos, Araújo, Negreiros e Cerqueira-Santos (2018); Boris et al. (2016); Temperini (2018); e Fernandes e Santos (2019) foi possível observar uma produção de conhecimento sobre Adoção sob a ótica de pais adotivos, em diversos contextos familiares. Os trabalhos contemplaram temas como: adoção de pessoa com deficiência; adoção tardia e; adoção por casais homoafetivos.

- *Experiências de adoção de pessoas com deficiência:*

Em contexto familiar com adoções de pessoas com deficiência, os estudos encontrados foram “Adoção de Crianças com Deficiência: um estudo com pais e mães adotantes” (MOZZI; NUERNBERG, 2015) e “Rotinas Familiares de Crianças com Necessidades Especiais em Família Adotiva” (SILVA; CAVALCANTE, 2015).

Mozzi e Nuernberg (2015) apontaram que ser deficiente está intrínseco a experiência de todos implicados no processo de adoção, desde o processo judicial ao convívio familiar. Entretanto, é apenas a partir do convívio, que se torna possível ter acesso aos cuidados que são necessários para com o filho adotivo. Nesse sentido, os participantes da pesquisa deixam claro que a condição corporal de seus filhos não implica em diferença de cuidados, caso não houvesse a deficiência. Reflexão que move a repensar sobre a naturalização de deficiências, no âmbito do que se entende por cuidado. Posto que, os entrevistados relatam que assim como outras crianças/adolescentes, pessoas com

deficiência têm contatos afetivos: olhares, toques, carinhos, sorrisos e outras experiências, marcadas pela reciprocidade e atividade desses sujeitos.

Noutra pesquisa, exposta por Silva e Cavalcante (2015) rotinas familiares em famílias constituídas por pessoas com deficiências estão relacionadas às singularidades de cada contexto, considerando o necessário desenvolvimento de habilidades de cuidado e conhecimento sobre a deficiência que o adotado apresenta, por parte de seus cuidadores.

Além disso, outras questões em relação à pessoa adotada precisam ser observadas, a exemplo da adoção de crianças que, em seu período de chegada e desenvolvimento sociocognitivo necessitam, como expresso no estudo, de rotinas que implicam cuidado, descanso, escola, alimentação/higiene, lazer, entre outros recursos para seu processo saudável de maturação biológica.

- *Experiências de adoção por casais homoafetivos:*

Sobre as adoções por casais homoafetivos, os trabalhos identificados foram: “A adoção de crianças por gays” (AMAZONAS; VERÍSSIMO; LOURENÇO, 2013), “A ‘homoafetividade’ no cenário adotivo: um debate antropológico” (FILHO; RENALDI, 2015), “Concepções e modos de viver em família: a perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos” (LIRA; MORAIS; BORIS, 2016), “A experiência e os desafios da adoção por pais que se declaram homossexuais” (FENDER, 2016), “Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família” (MACHIN, 2016), “A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes” (BORIS et al., 2016), “Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais” (SANTOS et al., 2018) e “Famílias camaleão: adaptações, mudanças e desafios da homoparentalidade” (TEMPERINI, 2018).

Filho e Renaldi (2015) ao pesquisarem como servidores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e pessoas vinculadas ao sistema jurídico significavam adoções realizadas por famílias homoafetivas, observaram que foi a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em maio de 2011, sobre casais homoafetivos se configurarem como entidade familiar, que houve um real impacto na possibilidade de adoção por esse público. Entretanto, por meio do estudo

observaram dissonâncias entre o dispositivo legislativo e a prática, observou-se que os casais para serem reconhecidos como família precisavam conseguir meios de provar que sua relação não se pautava apenas em relações sexuais e era exigido que esses dispusessem de títulos para homem e mulher, na relação, em virtude da cobrança pelo exercício parental socialmente imposto a homens como provedor de recursos físicos para a família e mulheres cuidados domésticos e afetivos com a criança. Nesse sentido, os autores relatam a importância dos profissionais envolvidos nos processos de adoção ser, necessariamente, capacitados para as demandas emergentes.

Lira, Morais e Boris (2016) demonstram que há sim a possibilidade de existir, para além do modelo nuclear, um modelo familiar norteado por vínculos socioafetivos onde o amor; cuidado; proteção e dignidade são as características geradoras e mantenedoras da instituição Família. Ou seja, relações em que os laços sanguíneos não são tidos como principal pilar para formação e existência desse núcleo. Fazendo com que, concepções *naturalizantes* e *heteronormativas* sejam lentamente desconstruídas. Entretanto, a pesquisa em seu recorte de público feminino e de contexto social que ainda apresenta estigmas sociais de importância do biológico para legitimação de relações familiares, observou que em alguns casos é possível ver a luta pela desconstrução da naturalização da família, por partes dos casais homoafetivos, mas em outros é visível a tentativa de reafirmar as normas heteronormativas, sendo isso afirmado por Temperini (2018) como motivo de uma série de implicações no funcionamento e experiências vividas pelas famílias homoparentais. O autor também apresenta uma série de questões que podem advir dessa cobrança de enquadramento social, seja em como lidar com as consequências de expor para familiares, seja na possível necessidade de casamento, perda de emprego, exercício parental, desenvolvimento emocional na relação do casal e dos filhos.

Santos et al. (2018) apresentam, por meio do público entrevistado, a compreensão do direito de adoção por esses casais como forma de promover felicidade aos sujeitos adotados e aos adotantes que buscam constituir uma família. Entendendo que, famílias homoafetivas trazem consigo a possibilidade de reinventar o modelo de relações de parentesco posto socialmente, e nessa perspectiva como aponta Machin (2016), possibilidade de quebra de paradigmas culturais.

Boris et al. (2016) apontam que, no exercício parental, esses casais apresentam formas mais igualitárias e peculiares para com o cuidado ao adotado, apesar da intervenção sociocultural assinalando dúvidas sobre papéis sociais de quem deve desempenhar o exercício de ser “pai” ou de ser “mãe” vinculado a atividades específicas impostas a cada gênero. Além disso, observa-se no desenvolvimento da fala dos entrevistados, que a criatividade é presente em suas vivências, para que seja possível a execução para com o adotado, do ato de cuidado, atenção e proteção. Temperini (2018) informa que, ao entrevistar esse público, observou o desejo desses, de poder construir lares sem julgamentos, ocupar espaços sociais sem estigmas e usufruir de seus direitos sem a cobrança de papéis de mãe e de pai em suas formas de expressar o que é família.

Fender (2016), com uso de entrevistas com homens gays e solteiros, retratou que o medo inicial de não compreender as necessidades e desejos da pessoa adotada foi o impulso para uma aproximação e desenvolvimento do vínculo entre esses e seus filhos. Os participantes da pesquisa relataram dificuldades no exercício do cuidado, com discurso de se sentirem solitários e mais exigidos, por serem o único responsável pelo adotado. A demanda é vista por Fender (2016) com uma necessária rede de apoio psicossocial.

Para tanto, Amazonas, Veríssimo e Lourenço (2013) expõe a importância de que os pretendentes encontrem meios de saber lidar com a própria homofobia, de modo que esse processo busque facilitar o enfrentamento de dificuldades frente à opressão e normatização das relações humanas. Assim sendo, Santos et al. (2018) ao pesquisar com casais de diversas regiões brasileiras relatou que é nítido o medo futuro, que esses apresentaram, sobre os adotados não saberem lidar com o modelo familiar aos qual estão inseridos, mediante das cobranças impostas pela cultura inserida. O que faz pensar sobre a necessidade de ser crítico frente à concepção da cultura como implicante na forma de construir crenças e estimular ações, nos sujeitos e abre-se espaço para outros pesquisadores pensarem sobre o tema.

- *Experiências de adoção tardia:*

No que tange as experiências com adoções tardias, as produções encontradas foram: “Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e

filiação em uma família homoafetiva” (DANTAS; FERREIRA, 2015), “Adoção de criança maior: um estudo do processo filiativo” (SILVA; BENETTI, 2015), “O processo de filiação de crianças maiores aos pais adotivos” (ALBUQUERQUE, 2016), “Aurora e o processo de parentalização” (BASTITELLI; SILVA, 2017) e “Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais” (FERNANDES; SANTOS, 2019).

Silva e Benetti (2015) e Albuquerque (2016) em suas pesquisas sobre adoção tardia retratam que cada estágio de desenvolvimento dispõe de peculiaridades, e que em casos de adoção tardia comumente os adotados apresentam comportamentos de regressão, em virtude do medo de reviver as possíveis violências que já tenham vivenciado. Observando os sujeitos entrevistados, as autoras nos dois trabalhos, expuseram que ações como: autoritarismo ou exigência demasiada de atenção foram dois pontos extremos de comportamento expressos pelos adotados frente à nova família. Considerando isso, Albuquerque (2016) compreende que o primeiro passo a ser dado é pensar a história originária da pessoa adotada como essencial a todo o processo de adoção, de modo que se preze por não negligenciar esse conteúdo e se tenha ciência de que a pessoa adotada, possivelmente pode dispor de conteúdos de insegurança frente o medo de sofrer interrupções em suas relações afetivas. Desse modo, cabendo aos novos membros familiares disporem de intervenções que auxiliem no desenvolvimento do vínculo das pessoas adotadas para com a família que adota.

Albuquerque (2016) buscou compreender como os pais adotivos motivaram e significaram o desenvolvimento do vínculo com seus filhos, e notou em alguns casos a existência de marcas vinculadas ao que motivou a ação de adotar, nesse sentido expressa a relevância de conteúdos como infertilidade serem trabalhados psicologicamente pelos pais adotivos, de modo que isso não se torne conteúdo persecutório no convívio familiar, gerando conflitos e/ou confusões mentais frente a passíveis conteúdos de agressão, rejeição ou provocação por parte da pessoa adotada durante o processo de adaptação e construção de vínculo.

É nesse sentido, que se faz necessário pensar a experiência singular dos processos de adoção e respeito aos estágios de desenvolvimento dos envolvidos. Posto que, como expressa Dantas e Ferreira (2015) a filiação ocorre durante o dia a dia, nas formas de expressão, produção de sentido e interação com a pessoa

adotada, de modo que seja possível aos adotantes a renúncia a si mesmo visando o cuidado para com a criança, escuta e compreensão de suas angústias. Para que, enfatiza as autoras, seja possível a construção de espaços para o diálogo expressivo, sincero e sólido, seja sobre dificuldades, inseguranças; quanto sobre a história de vida da pessoa adotada.

Nessa perspectiva, Bastitelli e Silva (2017) retratam a prática do cuidado a uma criança de 9 meses e recém adotada, por intermédio de consultas terapêuticas, resultando na observação de que o vínculo parental se constrói, independente de quaisquer circunstâncias, por meio do acolhimento das angústias; da compreensão e criticidade frente o que se impõe socialmente (real x cultural); da significação do imaginário e da auto permissão de capacidade de gerar e sustentar o âmbito psicológico, físico e emocional dos pais, se reconhecendo como pais e dos filhos se reconhecendo como filhos.

Fernandes e Santos (2019) retratam que o processo de adoção começa desde o pensamento de adotar, em sua pesquisa é feita uma análise panorâmica dos casos entrevistados e observado que desde a decisão de adotar à inscrição no cadastro para adoção, os adotantes encontram nos *cursos de preparação* recursos possíveis para compreensão desse novo mundo. Recorrendo aos dados produzidos com os pais adotivos entrevistados, os autores observaram que com auxílio das orientações e devidas intervenções nesses cursos, há minimização de preocupações. Ainda nessa visão panorâmica, observou-se que quando os pais passaram a conviver com a criança/adolescente, em seu lar, expuseram sentir falta de uma rede de apoio de modo contínuo. No que tange ao processo de vínculo, os mesmos casais relataram que quando perceberam sensações de pertencimento por parte de seus filhos e se sentiram pais desses, o sentimento que emergiu foi de vitória, desmistificando a complexidade da adoção que antes pensavam existir e apreendendo que é o amparo, apoio e dedicação que dá base para a construção de vínculo na adoção.

2.2 Parentalidade adotiva

Nesta categoria, as produções “Enquanto a maternidade não vem: a infertilidade e a pressão social como pano de fundo para a adoção” (MAHL et al.,

2012), “Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos (OTUKA; COMIN; SANTOS, 2012), “Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha” (MACHADO; FERES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015), “Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva” (DANTAS; FERREIRA, 2015), “Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais” (MELETTI; COMIN, 2015), “Parentalidade em casos de adoção monoparental” (BIASUTTI, 2016), “Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais” (CECÍLIO; SCORSOLINE-COMIN, 2016), “A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes” (ROSA et al., 2016), “Adoção e mito: os destinos do ‘mito familiar’ na cena contemporânea a partir de um caso clínico de adoção na França atual” (COMBIER; BINKOWSKI, 2017), “Era uma vez... um estudo de caso sobre histórias e estórias adotivas” (ANDRADE; HUEB; ALVES, 2017), “Envolvimento paterno com filhos adotivos e a estrutura familiar” (BUENO; VIEIRA; CREPALDI, 2017), “Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais” (SAMPAIO; MAGALHÃES; FERÉS-CARNEIRO, 2018), “A qualidade das vivências parentais em três famílias homoparentais Portuguesas” (CARNEIRO et al., 2018), e apresentaram a parentalidade adotiva como um exercício de atividades para o cuidado com aquele que se adota em questões físicas, ambientais e subjetivas envolvidas desde o desejo de adotar à prática e convívio com o adotado.

Mahl et al. (2012) apresentam, dentre o seu estudo, que comumente as tradições sociais de maternidade e paternidade são vinculadas a padrões normativos que intitulam a existência de filhos como necessário para a construção familiar, desse modo motivando os casais adotantes ao pensamento e ato de adotar. Afirma Cecílio e Scorsoline-Comin (2016) que, quando a adoção tem como motivação ser um ato de amor é possível que haja planejamento na vida conjugal e os ajustes necessários ao casal e a rotina com a chegada de uma criança/adolescente sejam realizados sem dificuldades e implicações no relacionamento a dois. Porém, assinala Sampaio; Magalhães e Ferés-carneiro (2018) que para que haja a construção de um ambiente familiar com disponibilidade de segurança para o adotado, os adotantes precisam estar cientes do motivo que os levou a adotar e seus desejos, conscientes e inconscientes, para com esse processo. De modo que, aponta Bueno, Vieira e Crepaldi (2017), o

exercício parental se dê de modo prestativo, atencioso e responsável. Já que, como retrata Dantas e Ferreira (2015), o sentido que se constrói no que envolve “ser pai” está entre a renúncia de si mesmo, o cuidado e relevância de falar a verdade para com seus filhos com a finalidade de resguardar o desenvolvimento físico, psíquico e afetivo dos sujeitos perfilhados. Frisando-se a proposta de Otuka, Comin e Santos (2012) para que se possa obter uma adoção suficientemente boa¹ a reorganização familiar não pode ser entendida apenas como um evento bem sucedido, mas sim um processo em que todos os envolvidos deem suporte para o desenvolvimento criativo² do adotado e sejam construídos laços afetivos que disponham de segurança, acolhimento a angústias ou sentimentos destrutivos e esclarecimentos necessários entre os membros da família, de modo que esse sujeito consiga crescer em contato com sua história e se identificar com o ambiente no qual está inserido, a fim de que se possa alcançar o amadurecimento gradual da pessoa adotada.

Em casos de adoção homoafetiva, Rosa et al. (2016) e Meletti e Comin (2015) observaram que referente ao desenvolvimento da parentalidade os papéis se dão de forma mais igualitária em termos de responsabilidades com atividades domésticas, de trabalho, de rotina, divisão de tarefas, respeitando características individuais de cada responsável pela pessoa adotada, fatores como tempo, aptidão, facilidade de aprendizagem, etc. apesar do contexto sociocultural exercer imposição de titulações como “pai” e “mãe” e realizar questionamentos sobre a capacidade desse público em lidar com as demandas de cuidado para com aquele que se adotará. Na pesquisa realizada por Carneiro, et al. (2018) a sugestão dada pelas pessoas entrevistadas para que haja possível minimização dos impactos sofridos por esses estigmas sociais é de que as adoções precisam contar com

¹Para Winnicott (1957/2005), a mãe suficientemente boa é o primeiro ambiente capaz de auxiliar no desenvolvimento do bebê, mediante sua capacidade em se adaptar ativamente as necessidades do infante. Porém, essa adaptação, deve diminuir gradativamente conforme haja o fortalecimento da capacidade da criança em tolerar frustrações e outros ambientes, como o ambiente pai e família, sejam inclusos no processo a fim de proporcionar espaço criativo para essa criança. Destarte, a adoção suficientemente boa será composta por esses processos, no lar substituto em que a criança vier coexistir.

² Winnicott (1966) retrata o conceito de Criatividade como inerente à natureza humana, e vinculada ao seu processo de amadurecimento. Posto que, é apenas através da criatividade que a realidade ganha sentido, o mundo subjetivo dá significado ao objetivo, desde que o ambiente inserido disponha de recursos que auxiliem o desenvolvimento positivo deste processo.

pretendentes que saibam de forma clara sobre as motivações pessoais que o levaram a adotar, a fim de que esses sejam capazes de futuramente vir a esclarecer dúvidas, de seus filhos, sobre o histórico da adoção.

Não tão diferente, na pesquisa com casais monoparentais, Biasutti (2016) expôs dificuldades sociais enfrentadas pelas pessoas entrevistadas, no que tange ao modelo familiar formado por uma única pessoa como responsável pela pessoa adotada, expressa que nesses casos é necessária a dedicação de tempo ao sujeito adotado e vencimento de desafios diários, vinculados com o modelo familiar que se apresenta.

Desse modo, é importante frisar para todas as diversidades e contextos adotivos, o apontamento de Combi e Binkowski (2017), de que a história da criança adotada deve ser respeitada a fim de que o processo de vínculo entre as partes e o sentimento de pertencimento da pessoa adotada para com seus pais sejam possíveis. Além disso, relata Machado, Feres- Carneiro e Magalhães (2015) que a história de vida dos pais também precisa ser compreendida, a fim de analisar conteúdos conscientes e inconscientes, no comportamento manifesto de adotar. Nesse sentido, Andrade, Hueb e Alves (2017) apontam como importante a construção de espaços de reflexão com a presença de profissionais de Psicologia, a fim de se pensar sobre o processo de adoção e sentimentos e/ou conteúdos referentes ao processo de adaptação familiar e/ou demandas advindas do convívio entre os sujeitos envolvidos, onde se possa trabalhar o fortalecimento dos vínculos parentais e compreender seus significados.

2.3 A Psicologia como recurso auxiliar no processo de adoção

Com a leitura das seguintes produções: “Trabalho interprofissional em fóruns: Sua importância nos casos de adoção” (TIBOLA; KEMMELMEIER, 2012), “O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção” (COSTA; KEMMELMEIER, 2013), “Paternidade adotiva: conjugando afetos consentidos” (SILVA; SANTOS, 2014), “Adoção de criança maior: um estudo do processo filiativo” (SILVA; BENETTI, 2015), “Adoção: desafios na construção da filiação e da parentalidade. Uma reflexão psicanalítica” (SILVA, 2016); “Um estudo psicanalítico sobre adoção e devolução de crianças: a preparação dos pretendentes, a fase de aproximação e o acompanhamento do estágio de

convivência” (CARVALHO, 2017) e “Somos todos adotados? Parentalidade, família e filiação” (LOPES; SANTOS, 2017). Analisa-se que a instituição Família vem passando por mudanças em seu papel social e dos sujeitos que a compõe, sendo essas consideradas pelos autores como rompimento ao que outrora foi estabelecido sócio historicamente. Nesse sentido, essas produções apresentaram a ciência psicológica e o profissional de Psicologia como importantes no suporte as rupturas sociais que possam vir a ocorrer, e os deméritos sofridos por famílias adotivas.

Silva (2016) ao perpassar sobre casos de quatro crianças entre 4 e 8 anos, por meio de estudo de casos clínicos observou aspectos subjetivos que surgem no início do contato entre crianças e pais adotivos, fatores que dificultam e/ou favorecem a construção da filiação e exercício da parentalidade. Chegando à conclusão de que, o campo da adoção favorece riscos à saúde mental (luto, separações, idealizações, vínculos e novas identificações) que podem com o processo psicoterápico serem minimizados, posta a possibilidade de novas construções psíquicas, cura de feridas profundas e novos investimentos afetivos. Lopes e Santos (2017) também em relato de casos clínicos apontam que o trabalho dos conteúdos psíquicos vinculados a famílias adotivas, auxilia no processo de ressignificação sobre o possível sentimento de impotência vinculado a não geração biológica de filhos, de modo que seja reduzida a possibilidade de autoacusações e culpabilidade recaindo sobre a pessoa adotada projeção de frustrações.

Silva e Santos (2014) expressam que o suporte aos casos de adoção não precisa necessariamente ser com psicoterapia individual, trabalhos de orientação e sensibilização aos pretendentes à adoção podem ser um instrumento eficaz no desenvolvimento de esclarecimento sobre mitos e preconceitos. Por assim ser, Silva e Benetti (2015) retratam que o contato com equipes multiprofissionais em cursos preparatórios para a adoção auxilia a introduzir a compreensão sobre os afetos, desejos e transformações que podem acontecer entre o processo do filho idealizado e o filho real.

Carvalho (2017) ao estudar sobre adoção e devolução de crianças, a partir de entrevistas com psicólogos vinculados ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), observou que intervenções a fim de preparar pretendentes e acompanhamento no estágio de convivência são formas de prevenção de casos de

devolução das crianças/adolescentes que são inseridas em novo contexto familiar. Afirma que é por intermédio do acolhimento, evidenciado pelos profissionais entrevistados, que se é possível conscientizar e discutir sobre possíveis dificuldades que podem emergir no contato inicial com o sujeito perfilhado, de tal modo que a família encontre disponibilidade e referência nos profissionais que participam desse processo. Entretanto, Carvalho (2017) destaca que para que isso seja possível, as equipes multiprofissionais devem contar com boas condições de trabalho e rede de apoio. Tão quanto apresenta que o trabalho do Psicólogo pretende, por meio do conhecimento científico e ético desenvolver intervenções que auxiliem nos processos de adoção de modo positivo, mas considerando os aspectos macrosociais envolvidos, não podendo ser considerada a atuação do Psicólogo o único recurso responsável por predizer as possíveis ações futuras das famílias que se formam pela adoção.

Tibola e Kimmelmeier (2012) com uso de entrevistas realizadas a pretendentes a adoção vinculados a Vara da Infância e da Juventude de três Fóruns de cidades de médio porte do Estado do Paraná observaram que o trabalho das equipes multiprofissionais, com ações como: entrevista inicial para cadastro dos pretendentes; cursos preparatórios para adoção; visitas domiciliares e intervenções em entrevistas, durante o processo judicial, são vistos como formas de minimizar casos de devolução.

Desse modo, Costa e Kimmelmeier (2013) apresentam como primordial o acompanhamento aos pais, a fim de auxiliar na compreensão desses sobre o próprio desejo de adotar. Além de, como afirma Silva (2016), o processo de adoção contar com peculiaridades que requerem acompanhamento psicológico, no auxílio aos possíveis desafios no convívio familiar, desenvolvimento psicossocial da pessoa adotada, potencialização das habilidades dos adotantes e a possibilidade de ser criado um espaço para que os pais adotivos possam fazer emergir e serem ouvidas suas fantasias, medos referentes a perda de quem se adota, incertezas de não serem amados e/ou não serem competentes no desenvolvimento do exercício parental.

2.4 Considerações da Revisão de Literatura

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foi possível observar que a fim

de aproximar os leitores da realidade a qual se estuda, as produções lançaram mão do uso de metodologias qualitativas e de campo. Essas apresentaram especificidades nos discursos dos pais adotivos entrevistados, por meio da elaboração de trabalhos que expuseram vivências e relações de vínculo afetivo com sujeitos adotivos, conforme o contexto sociocultural aos quais os participantes estavam inseridos. Em suma, os conteúdos apresentaram as especificidades de grupos sociais diversificados, estes: adoção de pessoas com deficiência; casais homoafetivos e adoção tardia.

Observou-se que, o modelo da instituição família passou por um processo histórico, em que inicialmente era limitado ao exercício parental pela díade homem e mulher e filhos, por meio biológico. O que torna presente, dentro do contexto social e histórico das pesquisas realizadas, preconceitos para com famílias adotivas, como: a necessidade de enquadramento por parte das famílias homoafetivas ao modelo familiar nuclear, apontada em Temperini (2018) ao explicar sobre os casais que entrevistou, na busca por ocupação de espaços sociais sem estigmas da cobrança de papéis de mãe e de pai em suas formas de expressar o que é família. Como também por Boris et al. (2016) ao visualizar que casais homoafetivos carregam em suas crenças a dúvida, criada socialmente, sobre o exercício de ser “pai” ou de ser “mãe” com atividades específicas impostas a cada gênero.

Nesse sentido, conforme ocorrem rompimentos sociais, a exemplo o reconhecimento da formação familiar e adoção por pessoas homoafetivas, as pesquisas passam a contribuir no exercício à criticidade e apoio aos possíveis impactos psíquicos gerados por essas mudanças. De modo que, junto ao desenvolvimento científico autores como Costa e Kimmelmeier (2013); Silva e Santos (2014); Silva e Benetti (2015); Silva (2016) e Lopes e Santos (2017) apontam a necessidade do profissional de Psicologia, em diversos contextos, como especialista passível de auxiliar no desenvolvimento de ressignificações nas demandas envolvidas ao processo de adoção, como: construções de vínculos entre os pais e filhos, principalmente durante o desenvolvimento infantil, mudanças de rotina e/ou outros entraves da prática do exercício parental. Além disso, enfatizam a importância de, com o devido suporte, os pais adotivos se preparem para compreender seus desejos, na adoção, de modo que saibam lidar com a história de vida do sujeito adotado e respeitem a história desse.

Nos trabalhos de Mahl et al. (2012); Rosa et al. (2016) e Meletti e Comin (2015); Biasutti (2016); Temperini (2018); Boris et al. (2016) e Lopes e Santos (2017) observou-se, nos discursos dos entrevistados, enfaticamente, verbalizações sobre a necessidade de estarem dentro dos enquadres sociais de funções parentais instituídos para homem e mulher, no qual o primeiro tem a função de provedor familiar e a segunda o papel de única responsável pelo cuidado infantil e serviços domésticos. Isso, nos leva a refletir criticamente o poder da cultura na construção de crenças e estimulação de ações, nos sujeitos. Abre-se espaço para outros pesquisadores pensarem sobre o tema.

3. FAMÍLIA: PERSPECTIVA WINNICOTIANA

Winnicott (1965/2005) ao trabalhar com pediatria infantil observou que o desenvolvimento emocional das crianças, nos primeiros anos de vida, estava vinculado ao contato inicial com a mãe. Trazendo, à época, uma nova perspectiva no campo da psicanálise sobre a influência do ambiente, no desenvolvimento humano. Para o autor, todos os indivíduos têm a possibilidade de se desenvolver devido a tendência inata ao desenvolvimento, mas para que isso aconteça o ambiente precisa fornecer sustentação as demandas do indivíduo conforme suas necessidades físicas, psíquicas e afetivas.

Nesse sentido, este capítulo visa compreender a importância da instituição Família no desenvolvimento humano, à luz do referencial teórico winnicottiano³, assim como observar as perspectivas de Donald Winnicott sobre adoção, visto como possibilidade de inserir crianças e/ou adolescentes que experienciaram falha no ambiente familiar primário, em um novo lar.

Winnicott (1965/2005) observou que a família é um ambiente onde a criança poderá ter suas necessidades supridas e obtenção de um alicerce para seu amadurecimento físico e emocional. O ambiente é considerado, pelo autor, como fundamental no processo de constituição do sujeito, posto que no início da vida, os bebês dependem absolutamente do outro para satisfazer suas necessidades física, psíquica e emocional. E, no decorrer do amadurecimento, a família deve exercer o papel de dar continuidade e sustentação a essas necessidades.

Assim sendo, o teórico propõe conhecer a história familiar não apenas em suas conjunturas sociais, mas também em seu caráter afetivo, emocional e psíquico. Sendo o cuidado materno, segundo Winnicott (1960/2005), gradualmente exercido por ambos os pais e, após, por toda a família para com o bebê. Sendo família, todas as pessoas que adquirem parentesco por disponibilizarem a atenção especial as necessidades da criança, auxílio no desenvolvimento de sua independência e tolerância à rebeldia que possa vir a existir.

Winnicott (1957/2005) ao tratar de fatores de integração e desintegração

³ Donald Woods Winnicott foi um pediatra e psicanalista inglês, nascido em 7 de abril de 1896; desenvolveu uma teoria que enfatiza o amadurecimento inato para o desenvolvimento humano.

no ambiente familiar aponta que *fatores integradores* são aspectos que contribuem para o desenvolvimento saudável nas relações intrafamiliares e os *fatores de desintegração* são aqueles capazes de gerar afetação à família, de modo diverso. Afirmando que para o desenvolvimento integrativo do sujeito é necessário um ambiente suficientemente bom, no qual seja possível atender o que bebê precisar, se esteja implicado psíquica e emocionalmente com esse, proporcione segurança frente às possíveis crises e testagens por parte da criança, de modo que a estabilidade emocional gere confiança dessa para com seu meio e que possa vivenciar sua criatividade, já que, para o autor, é por meio da criatividade que se é possível estar e sentir-se vivo. Winnicott (1958/2000) pensa a criatividade originalmente como uma potencialidade, uma disposição inata para criação de sentido às coisas, de forma singular, que precisa de um ambiente suficientemente bom para se desenvolver. Cabendo, primordialmente, na relação mãe-bebê a experiência da criatividade, de modo que a mãe possibilite ao bebê a vivência da ilusão de onipotência, situação na qual o bebê acredita ser criador do seio materno.

Desse modo, o desempenho das atividades maternas iniciais para com a criança só é possível num ambiente em que a mãe se sinta segura. Para isso, Winnicott (1960/2005) demonstra que, se a mãe se sente obrigada aos seus afazeres, o exercício de sua parentalidade é interrompido. Posto que, ela necessita primariamente de autoconhecimento e apoio para lidar com seus medos e crenças, cabendo ao pai sensibilidade, união e compartilhamento de responsabilidades por um filho que também é seu. Nesse sentido, Winnicott (1957/2008) salienta que é importante pensar o contexto familiar de cada mãe de forma singular, pois é apenas assim que se torna possível compreender as dificuldades do exercício parental.

[...] os pais precisam das crianças para desenvolver seu relacionamento, e que os impulsos positivos assim gerados são muito poderosos. [...] não é suficiente afirmar que os pais amam os filhos. Eles frequentemente chegam a amá-los e experimentam uma enorme gama de outros sentimentos. As crianças requerem dos pais algo além do amor; requerem algo que continue vivo mesmo quando os filhos são odiados, ou fazem por sê-lo (WINNICOTT, 1957/2005, p. 64).

Ao estudar sobre o desenvolvimento humano, Winnicott (1960/2005), aponta que em seu estado originário, de não integração, o bebê e o ambiente estão fusionados, não há diferenciação. Desse modo, afirma que, no primeiro estágio – dependência absoluta – não há consciência da dependência por parte da criança,

por isso essa precisa de um ambiente relativamente estável, não intrusivo e disposto a auxiliar no suprimento de suas necessidades, passando do estágio de dependência rumo à independência.

Winnicott (1966/2008) compreende que se é desejável um processo de amamentação satisfatório, a fim de dar base à saúde mental, de modo que nessa relação seja trabalhado o vínculo mãe-bebê para que esses se encontrem e unidos aceitem os riscos emocionais

Vou correr o risco. Se a mãe que temos em mente é normalmente sadia, vive num lar razoavelmente tolerável mantido por ela e seu marido, e se partimos do princípio de que o bebê chegou com boa saúde no momento exato, então há algo notavelmente simples a dizer: nessas circunstâncias, a alimentação do bebê constitui apenas uma parte, uma das mais importantes partes, é certo, de uma relação entre dois seres humanos. Estes dois, a mãe e o recém-nascido estão prontos a unirem-se mutuamente pelos tremendamente laços poderosos do amor, e naturalmente, terão primeiro de se conhecer um ao outro antes de aceitarem os grandes riscos emocionais envolvidos (WINNICOTT, 1966/2008, p. 32)

Desse modo, a mãe passa a arranjar modos de manejar seu contato com o bebê e adaptar-se ativamente ao suprimento das necessidades da criança. Winnicott (1960/2005) retrata que esse processo é capaz de auxiliar o bebê a desenvolver seu ego e adquirir domínio sobre as próprias pulsões, posto que a mãe ao desenvolver a preocupação materna primária, na qual a partir de um modo simbiótico identifica-se com o seu filho e para além do funcionamento fisiológico da amamentação, busca compreender as necessidades afetivas e de vínculo desse, passa a exercer três práticas fundamentais: *holding* (capacidade da mãe em perceber as necessidades do bebê e acolhe-lo diante dessas necessidades), *handling* (manejo corporal de forma cuidadosa) e *realização* (apresentação de objetos, a fim de aproximar a criatividade da criança, da realidade). E, quando essa mãe não desenvolve o estado de preocupação materna primária, afirma o autor, é capaz de provocar no sujeito, sentimento de desintegração.

Winnicott (1950/2005) em suas vivências profissionais presenciou casos de *carência infantil* e apontou que essas situações possibilitam a vivência de *deprivação* ou *privação*⁴ no desenvolvimento da criança, usou como exemplo

⁴ Para Winnicott (1956/2000), o estado de *Privação* ocorre na infância, quando não há vivência do bebê à fase de dependência absoluta. E, a *Deprivação* quando houve a experiência de dependência relativa, mas os cuidados dispensados foram retirados da criança, de maneira repentina, gerando

situações de morte de um dos pais; separação de pais; mal desempenho da função parental; função paterna exercida por outros parentes; e/ou a não existência de um lar.

Nesse sentido, compreende que a criança que vivencia esse processo se torna perturbada, mas se contar com a experiência um bom ambiente conseguirá começar a melhorar, torna-se menos doente e ser capaz de reagir com braveza a seu estado de carência, de modo que possibilite a raiva, frente à privação, emergir, assim como possíveis sintomas antissociais, como enurese noturna; roubo, compulsões, mentir, etc., surjam como tradutores da busca pelo objeto perdido. Sendo esses, um sinal de esperança e motivadores em busca de sustentação no ambiente, amor e cuidado para minimização do sentimento de desamparo. Desse modo, Winnicott (1950/2005) propõe possíveis medidas de intervenção para se desenvolver em um novo ambiente, nos casos de carência infantil e dentre essas medidas menciona a adoção, salientando que nesse caso a criança precisa ser inserida num contexto equivalente àquele inicial, de modo que esse infante possa redescobrir o que foi perdido.

Winnicott e Britton (1947/1987) descreveram como lidaram com crianças em situação de afastamento familiar, durante a guerra. À época, a demanda fez emergir a necessidade de se pensar mecanismos que dessem suporte ao desenvolvimento dessas, posto a experiência de passar por um possível afastamento do lar inicial ou vivenciar a própria desintegração familiar. Com isso, foi pensado na inserção das crianças em outros lares e/ou alojamentos.

Aos alojamentos, Winnicott e Britton (1947/1987) apontam que esses recebiam crianças consideradas “difíceis”, pela sociedade, por disporem de comportamentos antissociais. Nesse viés, os autores retratam que o alojamento deveria ser um espaço terapêutico que disponibilizasse estabilidade e confiança. Assim sendo, coube aos psiquiatras demonstrarem que seria a realidade de cada criança, em suas razões singulares, que faria emergir suas necessidades dentro do alojamento. Desse modo, expuseram que para se desenvolver os alojamentos com caráter terapêutico era necessário oportunizar a essas crianças a experiência de um lar primário⁵, sem previsão temporal.

sentimento de perda intolerável e percepção da falha ocorrida, em seu ambiente inicial.

⁵ Winnicott (1957/2008) ao tratar sobre “lar primário”/“lar inicial” o define como primeiro ambiente de inserção da criança, o qual deve se adaptar a suas necessidades a fim de estabelecer

Nesse sentido, os autores (1947/1987) assinalaram que os profissionais desses espaços deveriam dispor de satisfação para com a atividade. E, para isso, precisavam contar com direitos como: férias e remuneração financeira digna, visto que o trabalho a ser desenvolvido para com essas crianças necessitava ser satisfatório e por um longo período de tempo, para que essas pudessem receber um acolhimento terapêutico, por parte da equipe, que necessariamente precisava se sentir satisfeita e estável em seu ambiente de trabalho. Assim como, era necessário que os supervisores também estivessem disponíveis emocionalmente para trabalhar com essas crianças, pois seria somente a partir disso que se tornaria possível a eles conviver com os altos e baixos que o alojamento dispunha.

À época, os autores (1947/1987) relatam que os alojamentos contaram com pessoas que tinham habilidades especiais com música, pintura e diversas artes, visto a oportunidade desses recursos poderem auxiliar no desenvolvimento criativo das crianças. Com isso, apontam a inevitabilidade dos espaços proporcionarem a criança experiências próximas a de um lar

As metas são “em primeiro lugar, proporcionar habitação, alimento e vestuário às crianças abandonadas; em segundo lugar, proporcionar um tipo de cuidado que faça com que as crianças vivam num estado de ordem e não de caos; e, em terceiro lugar, resguardar tanto quanto possível as crianças de um embate com a sociedade, até o momento em que elas tenham mesmo que ser soltas no mundo (WINNICOTT, 1950/2005, p. 205).

Para tanto, Winnicott e Britton (1947/1987) orientavam que os alojamentos precisavam disponibilizar cuidados de modo permanente, estável, individualizados, espaços não muito grandes, garantindo a não sobrecarga dos profissionais vinculados e sensibilidade, por parte desses, em identificar as necessidades de cada criança, a fim de proporcioná-las a experiência delas serem quem são. Posto que, alguns comportamentos e reações fisiológicas apareciam nas crianças como retrato do rompimento sofrido e inserção no ambiente, até então, desconhecido, a ex.: roubos em bando; enurese noturna; incontinência fecal, depredações de trens; fugas dos alojamentos; evasão escolar; etc.

Os autores (1947/1987) descrevem que só foi possível observar mudanças efetivas no quadro social que se vivia após a criação de alojamentos que

disponibilizavam recursos terapêuticos individuais, observadas as necessidades de cada infante, sem predeterminação temporal de quanto tempo cada criança precisaria ficar alojada e com a criação de um projeto que inscrevia casais para estarem em contato e convívio, com elas, como supervisores. Além de, ser visualizada mudança maior no quadro das crianças, quando os casais se envolviam emocionalmente com as quais eram responsáveis.

Com isso, Winnicott e Britton (1947/1987) enfatizam que se a sociedade não compreender sua responsabilidade em proporcionar a essas crianças a oportunidade da vivência de um lar, colherá, a longo prazo, a criação de reformatórios e/ou prisões, para garantir a estabilidade que esses indivíduos necessitam. Para tanto, se faz importante compreender que os possíveis comportamentos antissociais, nascem na criança como defesa e pedido de ajuda, diante de um cenário de perda do lar primário.

3.1 Perspectivas de D. Winnicott sobre Adoção

Winnicott (1953/2008) ao tratar sobre casos de adoção entende que em situações em que um bebê não possa ter seus cuidados dispensados por seus pais biológicos a melhor decisão a ser tomada é a Adoção. Considerando que, a tendência inata ao desenvolvimento e crescimento emocional demanda conjunturas para além de cuidados físicos, mas condições em que a criança possa se sentir amada, cuidada e acolhida. O acolhimento a que se refere, inclui conteúdo da história da criança. Winnicott (1955/2008) aponta que, a criança sabe tudo que acontece ao seu redor, entretanto precisa de ajuda de outros para tomar consciência do todo, de modo que consiga diferenciar o real do imaginado. Nessa perspectiva, assinala que ao contar a criança sobre sua história passada é possível integrá-la a partes memoráveis e não memoráveis do passado, de modo seguro e compreensível.

Ao escrever sobre a origem da adoção, Winnicott (1955/2008) observou que, essa história primitiva é importante, em virtude dos pais biológicos serem desconhecidos e inatingíveis para a maioria dos adotados. Assim, ainda que os adotantes busquem as mais diversas formas de manejar as necessidades desse sujeito perfilhado, esses não são capazes de atingir os níveis primitivos da relação inicial dessa criança. Winnicott (1955/2008) pontua que é extremamente

necessário que a criança adotada saiba sobre os fatos, com respostas completas às suas dúvidas e temporalidade para que possa assimilar todo o conteúdo. Tão quanto expõe a importância de acompanhamento terapêutico para que essa criança possa verbalizar conteúdos de angústia e expressar sentimentos de horror e/ou desgostos sobre sua experiência em ser adotada.

É nesse ponto que o teórico retrata a importância do conhecimento da originalidade do bebê, para que seja possível aos pais adotivos estarem cientes do nível de perturbação vivenciado nos contextos iniciais do desenvolvimento emocional da criança, a fim de providenciar os cuidados necessários para que se tenha com o sujeito adotado. Pois,

Se ao arranjarmos uma adoção, conhecemos a história inicial do bebê e o grau de perturbação ambiental que deve essencialmente ter complicado os estágios muito iniciais do desenvolvimento emocional da criança, estamos na posição de perceber antecipadamente se os pais adotivos terão de providenciar tratamento em vez de apenas cuidados comuns para criança. Os problemas aqui se relacionam muito à psicologia da criança que sofreu privações, e quando a história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental, a mãe adotiva não está adotando uma criança, mas um caso, e ao se tornar mãe, ela passa a ser terapeuta de uma criança carente (WINNICOTT, 1953/2008, p. 117).

Para o teórico é comum o bebê ter vivenciado cuidados inadequados antes de ser adotado. Assim sendo, quem adota, adota também uma demanda psicologicamente complexa, de conteúdos sentimentais muito profundos. Valendo-se da metáfora de sustentação, o autor (1955/2008) enfatiza que uma criança para chegar ao processo de adoção, inicialmente perdeu seu chão/segurança inicial e passa por uma queda infinita passível de reaparecer em qualquer momento, seja em pesadelos ou desenhos a que vier ter contato. Desse modo, quem a adota precisa necessariamente estar preparado para assegurá-la e sustentá-la, auxiliando-a no seu amadurecimento emocional, contando sua história (conforme suas fases de desenvolvimento) e proporcionando um lar estável e contínuo, para que o conteúdo criativo se aproxime da realidade e desenvolva saúde mental a esse sujeito, a partir de sentimentos de identificação com a própria história e com as próprias vivências.

Nesse sentido, o autor (1953/2008) se coloca a favor de que os pais adotivos tenham acesso a história inicial dos seus filhos, posto que os primeiros dias e semanas da criança, são de extrema relevância para compreensão das perturbações que a criança sofreu. Ao mesmo tempo que questiona se os pais adotivos estão preparados para lidar com os fracassos que o lar inicial da criança proporcionou a esta. O autor (1953/2008) preocupa-se com essa dinâmica inicial da vida da criança a fim de compreender se os pais adotivos irão ter que dispensar apenas cuidados comuns, a todas as crianças, ou terão de dispensar tratamentos mais prolongados à saúde desse infante, tendendo a dispor de cuidados muito maiores. Entendendo que, ao adotar, os pais passarão a lidar com alterações na própria vida, em prol da criança que chega.

Por isso, Winnicott (1953/2008) acredita que as adoções devem ocorrer mediante a atuação de equipes profissionais que auxiliem na predição de possíveis fracassos. Posto que, o autor reconhece a existência de modos irregulares de adoção, os quais levam a existência de diversas formas de violência para com quem se adota. Destarte, acredita que realizado com ética e responsabilidade, por parte de órgãos e profissionais preparados, há a possibilidade de prevenção de interrupções no processo de desenvolvimento da criança, evitando que essa venha sofrer novamente algum tipo de violação. Demonstrando a importância da criação de leis e serviços de apoio aos envolvidos no processo de adoção, em busca de garantir os direitos da criança e/ou adolescente, assim como promover ações efetivas para seu desenvolvimento.

Além disso, salienta que, em alguns contextos conteúdos como infertilidade, aborto, outras impossibilidades de geração biológica, podem gerar sentimento de fracasso ao adotante e isso vir a implicar de forma negativa, no desenvolvimento do amor e responsabilidade para com quem se adota. Por isso, os adotantes precisam estar cientes e bem resolvidos com as motivações que os levam a adotar, pois em contrário o convívio com a criança pode ser prejudicado, a nível emocional e de cuidado.

4. MÉTODO

Esta é uma pesquisa de campo, com caráter qualitativo. Minayo (2001), ao explicar sobre pesquisa qualitativa, relata que uma realidade de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes não podem ser quantificados, em razão de que o sujeito não é reconhecido apenas por comportamentos quantificáveis, mas por sua capacidade de pensar e interpretar o que faz, interpretar seu modo de agir a partir de suas experiências e contato com outros. Cabendo então, aos pesquisadores a busca por metodologias compreensivas de pesquisa, para que quando inserido em campo possa construir junto ao sujeito participante espaços de expressão qualitativa, passível de ser compreendida.

Segundo Minayo (2001), é nesse sentido que o trabalho de campo auxilia a pesquisa qualitativa, em virtude de ser possível partir de conhecimentos presentes no cotidiano, acesso a histórias de vida em interação com os sujeitos participantes, inseridos em seus contextos sociais, os quais fomentam o pressuposto desse modo de pesquisa empírica, em que os objetivos estudados estão implicados num contexto social, cultural e histórico, que exige do pesquisador a utilização de métodos passíveis de se aproximar de realidades singulares.

Esta pesquisa utilizou como método o **estudo de caso**, exposto por Yin (2003, p. 24), o qual compreende os dados que vierem a ser produzidos, na pesquisa, como complexos e implicados numa realidade singular: social, histórica e cultural, em que os fenômenos precisam de instrumentos de produção e de análise de dados, que busquem abranger o máximo do contexto no qual está inserido.

Com intuito de minimizar os limites postos pelo uso de apenas um recurso de produção de dados, este trabalho fez uso da *Triangulação de Dados* (Flick, 2009). Essa técnica busca desenvolver um novo olhar à pesquisa com a pessoa humana, entendendo-a como um ser pluridimensional que exige do universo científico recursos mais abrangentes para compreensão da realidade daquilo que se deseja estudar. Os instrumentos utilizados foram: questionário socioeconômico; entrevista semiestruturada; procedimento Desenhos de Família com Estória (DF-E) (Trinca, 2013) e Procedimento de Devolução (Costa, 2010).

4.1 Cenário do estudo e fonte de dados

Inicialmente, a inserção em campo ocorreu com reuniões junto aos profissionais vinculados ao judiciário, com intuito de aproximar a pesquisadora da realidade sobre a qual se investiga. Nessas, foram combinadas as indicações de possíveis casais para participarem da pesquisa.

Participaram da presente pesquisa quatro famílias adotivas, indicados pela equipe judiciária da 1º Vara da Infância e Juventude de uma cidade alagoana, as quais já tinham seu processo adotivo tramitado em julgado, de modo a ter o poder familiar das crianças e/ou adolescentes adotados. Condição que garante um espaço temporal significativo, de convívio para com o adotado. A realização dos encontros aconteceu em uma sala de atendimento clínico psicológico. Aponta-se que a equipe indicou, de início, seis famílias. Entretanto, quando em contato, apenas quatro famílias se disponibilizaram a participar do estudo. Dessas famílias, se disponibilizaram em contribuir com a pesquisa um casal (pai e mãe), duas mães e um pai, os cônjuges desses não quiseram participar.

4.2 Estudo Piloto

Foi feito um Estudo Piloto (Canhota, 2008) visando analisar falhas que pudessem vir à tona durante o futuro desta pesquisa, tão quanto o aprimoramento dos instrumentos para que se possam alcançar os objetivos propostos por este trabalho. Canhota (2008, p. 69) afirma que este instrumento é de alto valor para evitar embaraços na aplicação do protocolo de investigação, e para que possa ser mínima a geração de resultados insatisfatórios.

Nesse momento, participou a “Família do Heitor” e foram aplicados os seguintes instrumentos: questionário socioeconômico; entrevista semiestruturada; procedimento Desenhos de Família com Estória (DF-E) (Trinca, 2013), assim como procedimento de devolução (Costa, 2010). Com base neste estudo piloto, foi possível analisar os instrumentos, sendo inserido no roteiro de entrevista semiestruturada o item: 1) Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Após a realização do estudo piloto, definiu-se a composição dos instrumentos a serem utilizados com as demais famílias.

4.3 Produção e Organização dos Dados

Após o aprimoramento dos instrumentos utilizados no estudo piloto, entrou-se em contato com os possíveis participantes da pesquisa. Em todas as entrevistas foi seguido o seguinte protocolo: apresentação da pesquisadora, explanação e diálogo sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e aplicação dos três instrumentos exposto com mais detalhes, a seguir. Em todos os casos houve permissão para utilização do recurso de gravação, respaldado em ética, sigilo e responsabilidade por parte dos pesquisadores. Os instrumentos utilizados foram:

- a) Formulário para caracterização socioeconômico: composto por questões sobre o perfil socioeconômico dos pais (ver apêndice A).
- b) Entrevista semiestruturada: utilização de roteiro com tópicos disparadores a temáticas como: história de vida dos pais, processo de adoção, primeiras experiências com o novo membro da família, desenvolvimento da criança, constituição da nova família, entre outras (ver apêndice B).
- c) Procedimento de Desenhos de Família com Estória (DF-E) (Trinca, 2013):

Fez-se uso do recurso projetivo do desenho de Trinca (2013, p. 212), pois para o autor essa técnica possibilita compreender conteúdos psíquicos não facilmente expressados na entrevista psicológica, em temas vinculados a dinâmica familiar; relações interpessoais familiares e significação singular do entrevistado sobre a instituição Família. Sua recomendação quanto a uso é de que seja o feito, em abordagens iniciais e panorâmicas, nas quais se visem compreender de forma abrangente àquilo que se objetiva quando se escolhe a utilização deste recurso. Partindo-se da análise de desenhos, em quatro consignas⁶, são elas:

- 1) Desenhe uma família qualquer;
- 2) Desenhe uma família que você gostaria de ter;
- 3) Desenhe uma família em que alguém não está bem;
- 4) Desenhe a sua própria família.

Para cada consigna é solicitada a realização do desenho e posteriormente, é

⁶ Termo utilizado pelo autor (2013) referindo-se as recomendações dadas ao participante para realização dos desenhos.

dispensado o comando, exposto por Trinca (2013, p. 215): “*Você, agora, olhando o desenho, pode inventar uma história, dizendo o que acontece*”, mas caso o entrevistado apresente dificuldades de elaboração e/ou iniciativa, um novo comando pode ser utilizado, a ex.: “*Você pode começar falando a respeito do desenho que fez*”.

Sucessivamente, é realizada a fase de Inquérito, na qual são realizados questionamentos a fim de esclarecer, quando necessário, compreensões sobre os desenhos e histórias produzidas, retratado pelo autor, como a fase em que se busca aprofundamento das fantasias expressas no conteúdo gráfico-verbal.

A base teórica que sustenta o procedimento é enraizada em outra técnica do autor: o Desenho-Estória (Trinca, 1972) que advém da associação livre e estimulação não estruturada proposta pela Psicanálise, entretanto o autor afirma que é aberta sua utilização em outros enfoques teóricos. Considerando que o recurso existe como proposta metodológica que tem suas interpretações essencialmente vinculadas ao profissional que a utiliza e suas leituras teórico-práticas.

A metodologia processual, expressada pelo autor, deve buscar perpassar e compreender de modo amplo os conteúdos que emergirem, de modo a acessar aspectos importantes como: o modo que o sujeito conceitua família; quais valores são atribuídos à família; quais os papéis que emergem aos membros familiares; quais expectativas e grau de envolvimento a respeito desses membros; qual seu grau de envolvimento ou distanciamento para com seu próprio *self*; dificuldades, limitações e expectativas frente ao tema família e, no mais, pontos relevantes a finalidade proposta, na escolha deste recurso.

Trinca (2013) fazendo uso da proposta winnicottiana, enfatiza que os desenhos são elementos de imaginação e impulso criativo de modo facilitador, não são somente suporte para as histórias contadas, assim sendo é necessário que esse procedimento seja aplicado por psicólogos preparados para tal, de modo que haja responsabilidade e respeito aos conteúdos expressos, e garantia de um espaço de expressão e criatividade, visualizando a interpretação do DF-E como *fenômeno transicional*, termo utilizado por Winnicott (1975 apud TRINCA, 2013, p. 280), para retratar como terapêutico (auxílio no autoconhecimento) aquilo que se

produz/fala em contato com o outro.

O objeto (ou a produção do desenho, como no caso do DF-E) é vivenciado como interno, com significação subjetiva e, ao mesmo tempo, é externo, pois sua percepção pode ser compartilhada. Esse campo intermediário, que proporciona alívio à tensão entre o mundo interno e o externo no processo de aceitação da realidade. (Trinca, 2013, p. 280).

4.4 Análise de Dados

Nesta pesquisa o tratamento utilizado para produção e análise dos dados se baseou na psicanálise Winnicottiana, bem como de outras referências psicodinâmicas e atuais. Para sistematização dos dados utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Minayo (2001) com categorias temáticas analíticas e empíricas. A categoria analítica como norteadora na compreensão do objeto de estudo em seus aspectos gerais, na delimitação do problema da pesquisa, no campo teórico e no contato em campo com os participantes abrangeu sobre as “experiências de pais adotivos”. Com base nesta categoria foi elaborado o roteiro de entrevista com os tópicos: história de vida dos pais, processo de adoção, primeiras experiências com o novo membro da família, desenvolvimento da criança e constituição da nova família.

As categorias empíricas contribuem para classificar os conteúdos que foram produzidos em sua contextualização histórica, cultural e social e para ordenar as unidades de contexto e de registro na categorização dos dados. Sendo unidades de contexto: as palavras ou frases codificadoras superiores, que auxiliam na compreensão dos dados e, unidades de registro: palavras ou frases codificadoras menores, que visam estabelecer base para os dados, por meio de vários segmentos. Foram elas: a) a história da criança; b) antecedentes e motivos de adotar; c) parentalidade adotiva – a espera; a chegada; a convivência; a revelação; d) judiciário no processo de adoção – o profissional psicólogo no contexto social e jurídico.

Para tanto, conforme orienta Minayo (2001), foram respeitados os seguintes pressupostos: a) localização dos dados, a partir da conjuntura socioeconômica e política do sujeito participante e sua história em seus aspectos culturais e políticos; b) aspectos singulares da pessoa com quem se trabalha,

observando suas condutas e costumes frente ao que se pesquisa.

Para analisar os dados produzidos por meio do Procedimento de Desenhos de Família com Estória (DF-E), foram utilizados os seguintes aspectos norteadores: “A criança adotada está representada no desenho? E, na história? De que modo é essa representação?”; “Qual representação de família demonstrada? Qual o significado de família?”, além da observância de aspectos como: conflitos, dificuldades e vínculos familiares.

4.5 Aspectos Éticos

Este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da instituição responsável, conforme parecer nº 16666219.2.0000.5013. Sendo assegurado o seguimento dos preceitos éticos elencados para a pesquisa com seres humanos, respeitando as condicionalidades postas pelo referido comitê, termo de consentimento livre e esclarecido e sigilo de informações. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido pela pesquisadora e assinado pelos participantes da pesquisa. As informações utilizadas em toda a pesquisa tiveram preservação do anonimato. Os sujeitos da pesquisa, caso necessitassem durante ou após a realização deste trabalho, de apoio médico ou psicoterapêutico, poderiam contar com apoio do Centro de Referência Integrado em Saúde, da cidade de realização.

Para com todos os entrevistados foram respeitados os seguintes protocolos:

- a) explicação sobre quais procedimentos iam ser realizados;
- b) leitura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) explanando também a importância deste documento, na pesquisa psicológica, assim como entrega da via do termo;
- c) solicitação para que o encontro fosse gravado;
- d) Informe e reafirmação sobre participação dos entrevistados durante todo o trabalho, para que estes possam contribuir no desenvolvimento total da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Salienta-se o uso de nomes fictícios durante toda a escrita. Participaram desta pesquisa quatro famílias: a) Família do Heitor (mãe Luana) (pai Rafael - não quis participar); b) Família da Clara e Yasmin (mãe Cris) (pai Hélio - não quis participar); c) Família do Emanuel (mãe Bianca e pai João); d) Família do Vinícius (mãe Sandra - não quis participar) (pai Eduardo). Em oportunidade, informamos que todas as mães e todos os pais foram convidados para participar da presente pesquisa, entretanto nem todos quiseram, assim mãe ou pai participaram e no caso da família do Emanuel, ambos aceitaram participar. Segue dados dos entrevistados na tabela 1.

Tabela 1: Dados dos participantes

	Luana (mãe do Heitor)	Cris (mãe da Clara e Yasmin)	Eduardo (pai do Vinícius)	Bianca (mãe do Emanuel)	João (pai do Emanuel)
Idade	34 anos	46 anos	37 anos	23 anos	25 anos
Cor	Parda	Branca	Branco	Parda	Pardo
Grau de Escolaridade	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Incompleto
Início/Fim do processo de adoção	2016/2017	2008/2008 2017/2018	2015/2017	2017/2018	2017/2018
Modificação no CNA, durante o processo judicial/Tópico	Sim/idade	Não	Não	Sim/idade	Sim/idade
Idade da criança na adoção	1 ano	5 meses; 5 meses;	2 anos	4 anos e 6	4 anos e 6 meses
Idade da criança durante a pesquisa	3 anos	11 anos (Yasmin);	5 anos	6 anos	6 anos

Fonte: Autora, 2020.

Com uso do formulário para caracterização socioeconômica foi possível observar que os entrevistados estiveram entre 23 e 46 anos, sendo três participantes do sexo feminino e dois do masculino. No campo educacional, apresentaram inserção escolar mínima de ensino fundamental e máxima de ensino superior completo. No campo religião, houve de religião católica e protestante. Todos os entrevistados informaram estar trabalhando, seja autonomamente ou vinculados a uma instituição, em todos os casos relataram dispor de direitos trabalhistas. Ninguém relatou fazer uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. A auto declaração étnico-racial foi de três pardos e dois brancos.

As adoções foram realizadas por casais heterossexuais e levaram por volta de um a dois anos entre a inserção dos pais no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e finalização, observa-se: Heitor (2016/2017), Clara (2008/2008), Yasmin (2017/2018), Vinicius (2015/2017) e Emanuel (2017/2018). Todas as famílias apresentaram histórico de adoção na família. Estes dados concordam com a pesquisa de Huber e Siqueira (2010), as quais identificaram que o tempo de espera na fila de adoção costuma ser entre seis meses a três anos. As autoras (2010) visualizaram que os casos em que houve maior tempo de espera entre a inscrição no cadastro nacional e a chegada do filho, foram pretendentes que definiram características muito específicas no perfil de inscrição, por ex. recém nascidos, cor branca, olhos claros, não existência de grupo de irmãos e doenças tratáveis, exigências que vão de encontro com a realidade das instituições de acolhimento. No caso da presente pesquisa, a realidade temporal se mostrou considerável, visto que os pretendentes apontaram ter buscado deixar seus cadastros mais abrangentes no tópico “idade”, não definir *a priori* sexo ou raça e um dos casos assinalou aceitar pessoa com deficiência.

Nesse sentido, durante o curso do processo judicial, a família do Emanuel relatou que inicialmente tinha possibilitado no cadastro o tópico de aceitação de criança com deficiência, mas no decorrer do tempo retirou e colocou novamente apenas quando soube da existência, por meio do grupo para pretendentes a adoção, do Emanuel, a fim de viabilizar sua adoção. Além disso, assim como a família do Heitor, a de Emanuel também modificou a idade máxima a fim de conseguir firmar a adoção, em menor tempo. A de Heitor modificou a idade de 4 meses para

1 ano e a de Emanuel de 5 meses para 5 anos. A idade com que as crianças foram adotadas variou entre 5 meses a 4 anos: três adoções de idade até 2 anos e uma com 4 anos, esta última considerada adoção tardia⁷ Observa-se com esses dados uma preferência dos pais pela adoção de crianças mais novas, dados que concordam com a pesquisa de Ayala et al. (2014), a qual retratou que crianças até três anos tem maiores chances de serem adotadas, no cenário brasileiro, visto o processo histórico cultural da adoção gerar, comumente, nos adotantes preconceitos para com crianças institucionalizadas por muito tempo não se adaptarem a um novo lar; dificuldade de construção de vínculo e medo do adotado despertar desejo em retornar a família biológica.

Com base nos dados das entrevistas foram elaboradas as seguintes categorias temáticas: “a história pregressa da criança”; “antecedentes e motivos para adotar”; “parentalidade adotiva” e “judiciário no processo de adoção”.

5.1 A história pregressa da criança

Esta categoria visa compreender, em partes, a história de cada criança, pregressa à adoção, contada pelos pais adotivos. No que tange aos conteúdos, é importante salientar que, comumente, são histórias complexas e não agradáveis. Entretanto, não deixam de ser a história da criança, importante de conhecê-las. Visto que, como afirma Valandro e Baumgarten (2013), assim como as raízes de uma árvore, saber sobre suas raízes auxiliará a criança a dar sentido a sua existência e pertencimento à própria história de vida.

Winnicott (1953/2008) conscientiza que os pais adotivos devem ter acesso a história inicial dos seus filhos, posto que os primeiros dias e semanas da criança são de extrema relevância para compreensão das perturbações que a criança sofreu. Ao mesmo tempo em que questiona se os pais adotivos estão preparados para lidar com os fracassos que o lar inicial da criança proporcionou a esta.

Nesse sentido, observada a história de cada família, viu-se a do Emanuel, criança que sofreu diversos tipos de violência, por parte de familiares biológicos. Conta Bianca (mãe do Emanuel),

(...) o Emanuel quando tinha 9 meses, ele sofreu agressões, a genitora

⁷Segundo Ayala et al. (2014), são adoções de crianças com idade superior a dois anos.

não alega que foram agressões, mas tem laudos do IML, pois ele foi encontrado – até onde sei - por uma agente de saúde, ela encontrou ele sangrando e pegou ele mesmo sem a autorização de ninguém e levou para o hospital, foi quando ele já ficou internado por que pelos exames viram que já tinha costelinha trincada, outra já em calcificação, então viram que os ferimentos da agressão eram diferentes. Ele tava com a síndrome do bebê sacudido, ele já estava com traumatismo craniano, paralisia, ele já não tinha mais força de se alimentar pela boca, teve que colocar sonda; estava bem desnutrido, cartilagem quebrada das orelhas, boca rasgada, nariz também. Então, tudo isso que ele passou... um monte de problema de saúde, com crises de ausência, devido as agressões (SIC).

Uma história marcada por agressões físicas e emocionais. Diante desse contexto, os pais de Emanuel apresentaram conteúdos de raiva e insatisfação para com os familiares biológicos do Emanuel. A violência intrafamiliar sofrida pela criança acarretou graves consequências sendo uma delas mais visível: a deficiência física. Bianca também demonstrou incômodo com a história considerando se sentir revoltada para com os agressores, que até o momento da entrevista não tinham sido julgados pelos atos de violência.

Uma coisa que me causa muita revolta, sabe? Porque você imaginar seu filho! Por que eu não imaginava assim: ‘eu estou pegando o filho de alguém’, não! Eu imagino. ‘É meu filho! Fizeram isso com meu filho!’ Porque eu digo as pessoas que eu não tenho lembrança do parto, mas eu sei que o Emanuel sempre foi meu! Então você imaginar, supor (*neste momento apresenta ênfase na verbalização*) que a pessoa fez isso pra causar tanto estrago físico no seu filho, é complicado! Mas é com muita sabedoria que assim, eu agora eu vejo que ele tá bem, vejo ele nas fotos passadas, ele com a sonda dá uma dor no coração! Por que assim, o que as psicólogas me passaram é que o Emanuel ele não demonstra, mesmo ele lá no hospital, ele com as sondas, ele passava força pra todo mundo, ele não demonstrava dor Ele mal fala! E aí eu preciso estar dizendo a ele. ‘Filho, você precisa falar pra mamãe quando estiver com dor’, mas ainda assim ele nem sempre fala, ele é muito resistente a dor... E até isso a gente tem que ver! A psicóloga dele, ao conversar comigo dizia: ‘Olhe, Bianca ele passou por tanta dor, tanto a psicológica, quanto física, que ele tem uma insensibilidade maior a dor, a dor que a gente sente é bem menor que a dor que ele já passou. Isso é muito complicado (SIC).

Observa-se na descrição da Bianca, que apesar dos sentimentos negativos para com os agressores, a importância de saber sobre a história de vida dele a oportunizou entender quais os manejos necessários para com seu filho. Afirma Winnicott (1953/2008) que, saber sobre a dinâmica inicial da vida da criança é importante para os pais adotivos, visto que o fará compreender quais tipos de cuidados deverão ter, posta a necessidade de alguns precisarem de cuidados comuns e outros tratamentos mais prolongados à saúde.

O pai de Emanuel, João, relata que inicialmente não aceitou com facilidade

a adoção de uma criança com deficiência, por insegurança em conseguir dar conta das necessidades que a criança iria demandar, “Nós tivemos a oportunidade de ter uma criança normal, assim, quando falo normal é de ter nenhuma dificuldade de nada. E eu tinha dificuldade com isso, da parte dela não, mas da minha parte sim. Preciso ser realista, né?” (SIC). Bianca (sua esposa) ao tratar sobre esse momento, afirma que precisou intervir com a seguinte reflexão, “meu filho era normal, ele... Se você levar um acidente eu não vou te abandonar!” (SIC), para que seu esposo compreendesse que deveriam adotar Emanuel. João afirma que o maior impacto para sua ressignificação do processo foi na chegada da criança. “Quando eu entrei, tava o pessoal arrumando ele e ele assim que me viu perguntou: ‘é o papai, é?’ Ai pronto! Eu disse: ‘oxe!’, pois eu nunca tinha visto ele, vi apenas uma vez pela foto” (SIC), sentindo-se acolhido pelo Emanuel e buscando, diariamente, disponibilizar carinho e afeto com a criança vê o desenvolvimento de Emanuel acontecer. Nesse sentido, resgata-se a descrição de Winnicott e Britton (1947/1987) ao relatar sobre cuidados para com crianças em situação de alojamento, em épocas de guerra e as mudanças positivas no desenvolvimento mediante a experiência com seus supervisores responsáveis se envolveram emocionalmente com elas.

De acordo com o casal, as agressões foram realizadas por parte da genitora e Emanuel apresentava medo de figuras femininas e aproximação imediata de figuras masculinas, observada situação com seu pai (João). Afirma João, “foi eu em tudo, tanto é que ele demorou a chamar ela de mãe, chamava ela de titia, titia pra tudo” (SIC). Compreende-se que essa resposta de Emanuel, a situação, ocorreu como resquício das violências sofridas. Sendo uma informação importante para o casal, para que esses pudessem lidar com as demandas que Emanuel apresentasse e respeito ao seu espaço e tempo em reconhecer Bianca como mãe.

Bianca relata,

(...) quem cuida mais do Emanuel é o pai, tanto por ele ter mais apego ao pai. E eu já sabia disso, porque as psicólogas já haviam falado. ‘Bianca, ele vai ter mais apego ao pai, porque o genitor tinha mais afeto por ele. E, para ele ter uma questão de se apegar a você, vai ser mais difícil’ (...) mas eu sou feliz, por que eu sabia que tudo que ele sofreu foi por parte da genitora, né? Então, pra ele se apegar a mim... ele me chamava, inicialmente, de tia! O pai não! O pai ele chamou desde o primeiro dia de “Pai”. E, pra mim os três meses iniciais foram três meses muito doloridos, por que o que eu mais queria era ver ele

me chamar de “Mãe”, né? Porque a gente saía pra os lugares e eu ficava constrangida, porque parecia que eu era madrasta, e eu não queria isso! Ao pai ele dizia: ‘Pa...papai!’ e a mim: ‘Oh, tia!’ Aí era uma facada no meu coração, mas hoje não, ele fala, ‘Mamãe’, mas mesmo assim o apego dele ainda é maior com pai. Ele se sente mais seguro, até quando ele tá doente! Esses dias ele passou a madrugada no hospital, vomitando muito, mas mesmo assim... ele corria e queria ficar com o pai... dando a mãozinha pro pai. Meu coração dói, eu fico logo angustiada ao ver ele doente, daí ele sente mais firmeza no pai. E, o pai cuida dele muito bem! Para dar banho, para dar água, pra levar pra fisioterapia, vão sozinhos os dois, eles são muito apegados (SIC).

Observado o contexto da Bianca, Fernandes e Santos (2019) retratam que é o amparo, apoio e dedicação que dá base para a construção de vínculo na adoção. Na família do Heitor, Luana não apresentou detalhes sobre a história do lar inicial dele. Luana afirmou não saber sobre esse conteúdo. Entretanto, relatou que o único contato que teve com o passado do Heitor foi com seus familiares biológicos no dia em que participou de uma audiência jurídica para destituição do poder familiar a esses e consentimento do poder familiar a ela e seu esposo. Situação que gerou trauma em sua vida, pois passou a sentir medo de perder seu filho por ter sido inquerida pelos familiares biológicos de Heitor: “você é de adoção, é?” (SIC). A vivência, segundo seu relato, desencadeou medo de aproximações de desconhecidos. “Eu sei também que ele não volta mais pra ninguém! Ele é meu e é meu, mas assim eu acho constrangedor, de eu tá num lugar e ela (*referindo-se a mãe biológica*) tá! E eu estar com ele e ela vendo ele. Assim, eu tenho medo... tenho medo de uma aproximação, dela chegar perto. E eu vou fazer o quê uma hora dessa? De alguém vir brincar com ele sem eu saber? Entendeu? Passa tudo isso pela minha cabeça” (SIC). Destarte, Silva (2016), por meio da sua pesquisa, observa que o processo de adoção conta com peculiaridades que requerem acompanhamento psicológico, no auxílio na potencialização das habilidades dos adotantes e a possibilidade de ser criado um espaço para que os pais adotivos possam fazer emergir e serem ouvidas suas fantasias, medos referentes a perda de quem se adota, incertezas de não serem amados e/ou não serem competentes no desenvolvimento do exercício parental.

Cris, mãe de Clara e Yasmin, também relata não conhecer a história do lar inicial das crianças. E, por isso, afirma passar por situações em que não consegue compreender devido ao desconhecimento dessa história. “Por exemplo, você vai numa pediatra e pergunta o histórico da família e a gente responde com base na nossa família... Esquece que tem um histórico. Nos casos em que você tenta

entender uma coisa ou outra, por ex.: uma alergia. E, você se pergunta: ‘Poxa, será que tem a ver isso com a carga genética dela?’” (SIC). Observa-se então que para Cris pode haver um comprometimento no cuidado para com as crianças, gerado pela limitação do saber sobre a história de vida delas. Para Winnicott (1953/2008), é comum o bebê ter vivenciado cuidados inadequados antes de ser adotado. E, por conta disso, quem adota necessita saber de que modo isso ocorreu a fim de observar quais cuidados precisarão ser tidos para com seus filhos.

Eduardo, pai do Vinicius, também não relatou conhecimento sobre a história da criança, assim como demonstrou não ter interesse em saber sobre o passado do Vinicius

Eu acho que não deveria existir essa história, deveria ser apagada... Nem eu saber, nem ninguém saber. No meu ponto de vista, né? Eu não acho interessante falar do passado não, por que até mesmo quando a gente conhece alguém, um namorado, uma namorada, a gente não quer saber do passado. A gente não escolheu? Não foi pra fila? No meu ponto de vista não importa o passado dele, o que ele fez ou deixou de fazer, o importante é saber de agora em diante o que podemos fazer. Essas coisas! Mas eles dizem, né? Dizem se a pessoa foi usuária de droga, etc. (SIC).

De acordo com Albuquerque (2016) é recomendável que o primeiro passo a ser dado seja pensar a história originária da pessoa adotada como essencial a todo o processo de adoção, de modo que se preze por não negligenciar esse conteúdo. Combiere e Binkowski (2017) também afirmam a necessidade da criança ter sua história de vida respeitada, a fim de que seu sentimento de pertencimento se torne possível, dentro do seu novo contexto familiar. Nessa perspectiva, Dantas e Ferreira (2015) assinalam que os adotantes precisam praticar a renúncia a si mesmo visando o cuidado para com a criança, escuta e compreensão de suas angústias, proporcionando espaços para o diálogo expressivo, sincero e sólido, seja sobre dificuldades, inseguranças, quanto sobre a história de vida de quem se adota.

No que tange a sua percepção sobre Vinicius, Eduardo o vê como seu amor, afirmando que tem buscado ser presente em seu desenvolvimento, dispondo de carinho, atenção e satisfação das necessidades que Vinicius apresenta, no dia a dia. Além de explanar seu desejo de que um dia todas as crianças em situação de acolhimento institucional possam receber um lar que disponibilize segurança e

afeição, pois acredita que assim essas terão desenvolvimento pleno enquanto ser humano.

Em todos os casos foi possível identificar dificuldade dos pais em lidar com a história de vida dos seus filhos, tendo conhecimento ou não dessa história. Segundo Machado (2014), em sua pesquisa sobre “parentalidade e filiações adotivas: o que revelam e o que ocultam as narrativas dos pais”, os pais adotivos temem ter contato com a história inicial dos filhos visto a existência da fantasia de deslealdade, rejeição e abandono de retorno ao lar biológico, por parte dos adotados. De acordo com a autora (2014), o sentimento de impotência frente o acesso a essa história pode ter como consequência o apagamento da história inicial da criança, prejudicando os processos de constituição psíquica do adotado. Nesse sentido, ressaltamos sobre a importância do apoio psicológico aos pais adotivos, para que possam identificar, compreender e elaborar suas dificuldades conscientes e latentes que acabam por afetar as relações familiares.

5.2 Antecedentes e motivos de adotar

Nesta categoria foram observados que todos os entrevistados apresentaram motivação da adoção, por possível comprometimento na saúde e/ou saúde reprodutiva. O sonho da construção familiar por meio da adoção também esteve vinculado a existência de outros familiares adotivos. Entretanto, a experiência foi significada de modo diferente para cada entrevistado. Nesse contexto, autores como Winnicott (1953/2008), Albuquerque (2016) e Sampaio; Magalhães e Ferés-carneiro (2018) apontam que conteúdos como infertilidade, aborto, outras impossibilidades de geração biológica, podem gerar sentimento de fracasso ao adotante e isso vir a implicar de forma negativa, no desenvolvimento do amor e responsabilidade para com quem se adota. Por isso, os adotantes precisam estar cientes e bem resolvidos com os desejos que os levam a adotar, pois em contrário o convívio com a criança pode ser prejudicado, a nível emocional e de cuidado.

Destarte, se faz importante compreender o que levou cada casal a adoção. Luana aos 12 anos precisou fazer uma cirurgia cardíaca e ao longo da vida realizou um total de quatro cirurgias, pelo mesmo motivo. Apresentado pelos médicos um grande risco de vida caso

viesses a engravidar, sempre buscou deixar claro ao seu parceiro que não desejaria arriscar sua vida. Seu esposo, Rafael, também apresentou patologia que o impossibilitava de gerar filhos. A família do casal tem familiares adotivos, que fizeram esses visualizarem na adoção a oportunidade de construir um lar com a presença de crianças. O casal adotou Heitor e deseja realizar nova adoção (de uma menina).

De forma análoga, se apresentou o caso de Bianca e João, pais do Emanuel. Bianca apresentava problemas com a pressão arterial, que a impossibilitava de gerar filhos, situação que poderia vir a colocar sua vida em risco. Foi pela parceria com João, que encontrou firmeza e disponibilidade, na opção de constituição familiar adotiva. Além da presença de familiares adotivos, com essas adoções sendo compreendidas, pelo casal, como exitosas. Bianca relatou sempre pensar ter um filho, independente do modo que ele viesse, fosse por adoção ou gravidez.

Nos dois casos, foi possível visualizar que a motivação da adoção esteve vinculada a problemas de saúde de um dos pais ou dos dois adotantes, que por recomendação médica impossibilitou vias de gestação dos casais devido ao risco de vida. Oliveira, Solto e Júnior (2017) ao pesquisar casos em que a impossibilidade de gestar se dá por motivos de saúde, que não a infertilidade, salienta que esses processos também precisam ser compreendidos com cautela, para identificação dos aspectos conscientes e inconscientes vinculados ao desejo pela adoção, visto que, por vezes, os pretendentes não reelaboraram a condição biológica que possuem e fazem uso de discursos altruístas para com o ato de adotar, entretanto podendo esse discurso estar imerso em conteúdo de negação da própria história de vida e, conseqüentemente, podendo gerar riscos no contato com o sujeito perfilhado, implicando a ex. na devolução da criança/adolescente por possíveis dificuldades no convívio familiar.

Maux e Dutra (2009) em sua pesquisa com casais heterossexuais em que as mulheres se apresentaram férteis e seus parceiros inférteis, apontam a importância de conhecer o ambiente social, histórico e cultural dos casos de adoção, visto que, as entrevistadas apresentaram relatos enraizados nos discursos

sociais, sobre o desejo pela adoção. Para as pesquisadoras (2009), o desejo em exercer a maternidade aparece nas narrativas como resultado de um modelo social que, desde a infância, apontam que “meninas” devem exercer funções domésticas e maternais. Nos casos estudados, a adoção aparece como uma prática para realização dessa maternidade, a fim de que socialmente as entrevistadas possam sentir-se iguais a outras mães, assim como oportunizar aos esposos a experiência da paternidade. Visto pelas participantes que o casal necessariamente precisa de filhos para se constituir enquanto família. Fala encontrada no discurso de Luana e Bianca, na presente pesquisa, ao esclarecer que sempre se preocuparam em construir a própria família, entendendo que para tanto é necessário a existência de filhos.

Na família de Yasmin e Clara, Cris teve sua motivação da adoção vinculada a impossibilidade de engravidar, sendo informado pela entrevistada que, junto ao seu esposo realizaram consultas médicas a fim de diagnosticar a situação da saúde reprodutiva do casal, mas não conseguiram identificar algum problema.

Nesse sentido, foi possível compreender por intermédio dos relatos de Cris que o casal sempre buscou a construção familiar pela gravidez, pensaram na prática de inseminação, mas voltaram atrás acreditando que a gravidez deveria existir de modo natural. Então, foi quando trataram sobre a temática adoção,

(...) e aí, surgiu aquela ideia que partiu de mim, a adoção. De início ele não aceitou... depois, aos poucos, ele foi aceitando! E foi quando veio a nossa primeira, né? Nossa primeira filha... foi daí que surgiu! Continuamos tentando, inicialmente ele até disse que não queria outra, que daquela forma especial só seria a primeira e a outra seria de forma natural, gravidez normal... e a gente continuou investigando depois dela, mas mesmo assim até hoje a gente não teve nenhuma causa, nada conclusivo sobre qual o problema entre a gente, se é incompatibilidade... enfim! E aí, foi uma coisa em que ele passou a aceitar a segunda adoção... Apesar de ele querer que a especial fosse só aquela (SIC).

Em casos como esse, Albuquerque (2016) e Winnicott (1953/2008) assinalam que conteúdos como infertilidade precisam ser trabalhados terapêuticamente a fim de que não se tornem persecutórios na vida do adotante. Já que, segundo Silva (2016), o campo da adoção favorece riscos à saúde mental (luto, separações, idealizações, vínculos e novas identificações) que podem com

usufruto do processo psicoterápico ser minimizados, visto a possibilidade de novas construções psíquicas, cura de feridas profundas e auxílio a novos investimentos afetivos.

Assim sendo, observou-se que Cris vincula suas falas a rotinas comuns de nascimento em contexto hospitalar, “foi muito mais a emoção, no dia em que fui buscar, como se realmente tivesse nascido na maternidade. Na primeira eu consegui fazer uma programação básica... eu sabia que vinha, mas não sabia como ia ser... Então, comprei algumas coisas básicas, que desse pra aproveitar, já tinha montado o quarto. Então, foi mesmo aquela expectativa. E, quando me ligaram... peguei a bolsinha da maternidade fui lá (*ao juizado*) e todo esse passo a passo, eu dei. Já na segunda não foi assim... Eu digo ela nasceu prematura (*risos/metáfora*) que eu não tinha nada, não tinha organizado e nem programado nada... até por que eu achei que ela ia demorar mais!” (SIC).

Além disso, Cris acrescenta que “eu sempre tive curiosidade em saber como seria algo gerado de nós dois, de aparência física, passa isso na sua cabeça! Acho que é mais uma necessidade de você saber, né?” (SIC). Assim como, aproxima características, “minha filha mais velha tem muitas características da minha família, né? Biotipo, características... E assim, não tem como não dizer... a não ser que você chegue e diga (*sobre a adoção*) puxou tudo... os mesmos gostos do pai, o pai gosta de cavalo e ela também gosta, até o jeito de falar!” (SIC).

Morelli, Scorsolini-Comin e Santero (2015) ao tratar sobre o lugar simbólico do filho, apontam que as tentativas de aproximação desses aos sonhos e expectativas dos pais, podem gerar interferências em seu desenvolvimento emocional e psíquico, visto a impossibilidade de experienciar ser autor da própria história. O que leva esta pesquisa a refletir sobre de que modo os pais adotivos podem estar disponíveis para compreender as demandas próprias que as crianças/adolescentes trazem consigo e apresentam, no cotidiano. Para isso, Costa e Kimmelmeier (2013) apresentam como primordial o acompanhamento psicológico, a fim de auxiliar na vivência dos pais frente ao desejo de ser pai/mãe e o desejo de maternidade/paternidade.

Para Eduardo, pai de Vinicius, a adoção ocorreu por motivo da esposa não poder engravidar, assim viram por intermédio da adoção, outra forma de constituir família,

Tudo iniciou no casamento, a gente passou três anos casados e depois vimos que ela não podia ter filho. E, tanto ela quanto eu gostaríamos de ter filho. Daí a gente... Vamos hoje, vamos tal dia... fomos empurrando, empurrando e só depois do quarto ano de casado foi que a gente foi se inscrever na vara infantil, descobrir o procedimento de documentação, daí peguei e entrei na fila (SIC).

Sobre o processo de inscrição no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), Eduardo não viu necessidade de ter que definir tantas características, pois

(...) acho que quando a gente tá querendo adotar, a gente não deve escolher. Lá a gente escolhe muita coisa, até a cor do olho! Eu quis qualquer um. A única exigência que eu fiz, considerando que eu trabalho muito e ela também, a gente exigiu que não tivesse doença, mas doenças tratáveis. Ademais, não fiz nenhuma exigência. Coloquei até sete anos, aceitava irmãos (SIC).

Nessa mesma concepção, Carvalho e Silva (2018) assinalam que a escolha do perfil do adotado traz uma contraposição aos princípios de proteção à criança, visto que esse recurso afronta a proteção integral, ao sobrepor o desejo do adotante em detrimento do direito da criança de inserção ao convívio familiar. Pereira e Oliveira (2016) entendem que a possibilidade de escolher, intrínseca a todo o processo de adoção, contraria as necessidades da criança/adolescente que aguarda por uma nova família, resultando na exclusão daqueles que fogem dos perfis comumente escolhidos e fazendo existir uma nova violação de direito com perceptíveis impactos no desenvolvimento social, psíquico e emocional desses sujeitos.

João, pai do Emanuel, também expressa que o desejo pela adoção nasceu pelo casal, em comunhão, assim como a experiência de ter uma prima/irmã adotiva, afirma que a experiência gerou nele o desejo pela adoção independente da impossibilidade biológica da esposa. Posto que, visualizou que a prática do cuidado para com sua prima/irmã gerou impactos positivos no desenvolvimento dela. João relata que inicialmente não se sentia preparado para exercer cuidados com seu filho, visto ser uma pessoa com deficiência. Acreditava que iria demandar cuidados, aos quais ele não estaria preparado para suprir, entretanto após o primeiro contato com Emanuel e a ouvi-lo chamando-o de pai, explana ter ressignificado e ter se aberto à experiência.

Nós tivemos a oportunidade de ter uma criança normal, assim, quando

falo normal é de ter nenhuma dificuldade de nada. E eu tinha dificuldade com isso, da parte dela não, mas da minha parte sim. Preciso ser realista, né? Mas ao me ver, ele me chamou logo de pai e tudo (SIC).

Observa-se assim, que a adoção auxiliou João a compreender sua limitação, mas se abriu a experiência do contato e convívio com Emanuel. Otuka (2012) afirma que a adoção é um processo que auxilia não apenas a criança, mas os pais em seu processo de identificação, esclarecimento sobre sua própria história e limitações. Condição que auxilia na criação de um espaço de cuidado, transformação e promoção de desenvolvimento não apenas a quem se adota, mas a todos os membros envolvidos no processo, mediante a construção de laços afetivos.

5.3 Parentalidade adotiva

Nesta categoria, este trabalho adota o termo parentalidade adotiva segundo a definição de Silva et al. (2018) como uma forma de instituição, por meio da consolidação do vínculo afetivo, da maternidade e paternidade entre pessoas sem filiação biológica. O conceito foi utilizado visando compreender, mediante os relatos dos pais entrevistados, como se deu a construção dessa parentalidade no exercício do cuidado para com aquele que se adotou, em tópicos como: desenvolvimento físico, emocional e social, na prática e convívio com seus respectivos filhos.

Todos os casos desta pesquisa foram adoções por casal. E, de acordo com Cecílio e Scorsoline-Comin (2016) para o exercício parental por um casal, quando a adoção tem como motivação ser um ato de amor, esses pretendentes realizam planejamento de vida e ajustes necessários na rotina para estar disponível a atender as necessidades daquele que chega, fazendo com que receber a criança/adolescente aconteça sem dificuldades ou implicações na relação do casal.

Bueno, Vieira e Crepaldi (2017) atentam que a prática da parentalidade precisa ser de modo prestativo, atencioso e responsável. Para isso, Dantas e Ferreira (2015), assinalam que o sentido de “ser pai” ou “ser mãe” está entre a renúncia de si mesmo, o cuidado e prevalência de uma relação baseada em confiança e segurança para com seus filhos. Nesse sentido, Magalhães e Feréscarneiro (2018) entendem que só há como construir um ambiente familiar com disponibilidade de segurança para o adotado, se os adotantes estiverem cientes do

motivo que os levou a adotar, a nível consciente e inconsciente. Com isso, visando compreender detalhadamente esse processo nos casos aqui estudados, foram criadas as seguintes subcategorias: a espera; a chegada; a convivência; a revelação.

5.3.1 A espera

O período de espera foi compreendido entre a inserção no, anterior, Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e a chegada da criança ao convívio da família, nos casos aqui estudados esse período esteve por volta de um a dois anos. As experiências, para os entrevistados, foram permeadas de expectativas singulares, ainda que os discursos se encontrassem na concepção de que a adoção é uma gestação sem prazo de chegada da criança/adolescente.

Para Luana, visto em seu perfil do cadastro não ter apontado o “sexo” desejado, sua expectativa esteve em torno de saber se seria uma menina ou menino. Desse modo, ela resolveu não adiantar compras que exigissem diversidade entre esses polos. Além disso, relatou que se preocupava em como seria a primeira festa se para um menino ou para uma menina. Luana aponta que ao visualizar amigas grávidas equiparava a situação com a adoção, acreditando que a gravidez gera uma certeza temporal e na adoção o tempo da chegada da criança é imprevisível. Observa-se que as expectativas de Luana estiveram vinculadas ao seu contexto social, seja ao tratar sobre a díade menina/menino, ao pensar o que comprar e como modelar uma festa para o filho que chegaria, vinculado ao sexo da criança. Assim como, pensar seu tempo de espera comparando-o com períodos de gravidez de pessoas do seu contexto. Huber e Siqueira (2010) ao tratar sobre espera no processo de adoção visualiza que a “gestação adotiva” por não ocorrer mudanças no corpo da mulher, não ser visível aos olhos dos outros, torna a espera um período de produção simbólica que gera angústias e fragilidades, no adotante.

Sobre esses aspectos sociais, históricos e culturais, Lira, Morais e Boris (2016), ao estudar famílias formadas por laços afetivos, visualizaram que os estigmas sociais da importância do biológico para legitimação das relações familiares implica diretamente no modo em que os pretendentes à adoção se enxergam e, conseqüentemente, enxergam seus futuros filhos. Assim, os autores

(2016) entendem que é importante a existência da resignificação das concepções *naturalizantes* e/ou *heteronormativas*, que polarizam a existência humana a díades como homem/mulher; menino/menina e a formação de família apenas por meio do filho biológico. O que leva nossa pesquisa a tratar com criticidade a adoção, enquanto um processo histórico, social, cultural e com necessárias reflexões sobre a importância de entendê-la como uma vivência singular, não equiparável ao modelo familiar por laços biológicos.

No caso de Bianca, também houve expressão de que, “pra quem já sabe que vai engravidar são nove meses de preparativos, mas a gente quando soube, é que foi comprar roupa, comprar tudo!” (SIC). Além de expor que, a expectativa para chegada do/a filho/a fez com que ela buscasse grupos regionais de adoção, nas redes sociais, os quais lhe oportunizaram conhecer seu atual filho,

(...) o meu desejo de ser mãe era tão forte que eu não me conformava em ficar esperando parada, sem saber como estava correndo o processo, eu ia sempre em busca. Tanto é, que eu fuzei na internet e achei o número de uma pessoa que era coordenador de um abrigo em Maceió, ele viu meu desejo e falou ‘Bianca, vou colocar você em grupo de juízes, psicólogos e outros pais que estão aí procurando seus filhos... Vou te colocar nesse grupo!’ Quando ele me colocou, eu nem esperava! Passaram uns três meses e eu sempre vendo crianças nesses grupos... (SIC).

Relata que ao receber um vídeo se emocionou e gerou sentimentos de esperança e ansiedade para compartilhar com seu esposo, que no momento encontrava-se trabalhando. De acordo com Nakamura (2019), práticas como envio de fotos e vídeos, chamadas de “uberização” e “busca ativa”, são realizadas com crianças em situação de acolhimento que não conseguem ser inseridas em famílias substitutas, em virtude da idade, serem membro de grupos de irmãos, etnia ou problemas de saúde. Segundo o pesquisador (2019), essas práticas passam por uma série de críticas visto colocar em xeque a preservação da imagem e privacidade inscritas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). E, por isso, salienta a importância do cuidado ao tratar sobre adoção, para que não se incorra no prisma de valorizar exclusivamente a escolha por parte do adulto pretendente e seu desejo em ser mãe/pai, sem visualizar a criança como um sujeito de direitos. No entanto, ressalta-se que, ainda que o recurso seja objeto de críticas, conforme afirma Nakamura (2019), na presente pesquisa esse dispositivo digital se mostrou importante para que a adoção do Emanuel acontecesse. Visto que, na entrevista de

Bianca, ela aponta que, inicialmente, em seu cadastro registrou aceitar crianças com deficiência, depois retirou deixando apenas aceitação de criança com doenças tratáveis, mas ao receber o vídeo do seu filho, retornou o tópico de crianças com deficiência para conseguir adotá-lo.

Para João, esposo de Bianca, a experiência da espera foi vinculada a sua expectativa de chegar uma criança de sexo feminino, posto que, relatou sempre ter desejado essas características. “Eu sempre quis uma pequena menina, até uns 5 anos. Não que eu tinha preconceito, não é tipo assim, eu não sei o porquê, mas sempre pensei: quero uma criança pequena, pequena” (SIC), mas afirma que ao modificar o cadastro, junto à sua esposa, foi o que tornou possível a chegada do Emanuel. E, durante o período que teve acesso a fotos e vídeos do seu filho, João relata que sua expectativa foi de como iria cuidar do Emanuel, considerando sê-lo esse, pessoa com deficiência. Mozzi e Nuernberg (2015) afirmam que ser deficiente está intrínseco a experiência de todos implicados no processo de adoção, desde o processo judicial ao convívio familiar. Entretanto, é apenas a partir do convívio, que se é possível ter acesso aos cuidados que serão necessários para com o filho adotivo. Nesse sentido, Silva e Cavalcante (2015) salientam que é necessário, por parte dos adotantes, o desenvolvimento da habilidade de cuidado parental e ciência sobre a deficiência que o adotado apresenta, para compreensão das demandas que possam emergir.

Cris, mãe de Yasmin e Clara, aponta que o período de espera para ambas as filhas apresentou anseio por conhecimento de características físicas das crianças e como seria o contato inicial.

Em ambos os casos eu peguei sempre bebê, 1 ano... mais ou menos... (...) Nós imaginávamos, né? A cor, características físicas... você imagina, né? Como se fosse ter um filho seu, como vai ser?! A visão de como seria, como será que vem? (...) eu lembro como hoje que eu imaginava ela andando, usando vestidinho soltinho, arrumadinho (SIC).

De acordo com Huber e Siqueira (2010), por ser o processo de espera, na adoção, uma gestação sem tempo determinado para finalização, a criança se insere no imaginário dos pretendentes gerando dúvidas em como será a formação familiar com esse novo membro, assim como por meio de fantasias de como será esse filho que chegará, numa tentativa de aproximar características físicas semelhantes entre quem adota e quem será adotado.

A concepção de Huber e Siqueira (2010) é ratificada na fala de Cris,

Minha filha mais velha tem muitas características da minha família, né? Biótipo, características... E assim, não tem como não dizer... a não ser que você chegue e diga (*sobre a adoção*) puxou tudo... os mesmos gostos do pai, o pai gosta de cavalo e ela também gosta, até o jeito de falar! (SIC).

Tratando sobre o tema, Vieira (2004) salienta que a busca por uma imitação da biologia, nos casos de adoção, podem ocorrer com o intuito de viabilizar a manutenção de um sigilo em torno da adoção, posto que a diferenciação entre ser filho biológico x adotivo se engendra socialmente como inferioridade àquele que não é “legítimo”, fazendo com que a diferença física aparente entre pais e filhos gere discursos sociais de diferenciação no modelo de composição familiar e, conseqüentemente, possível busca dos adotantes em camuflar a adoção a fim de evitar sentimentos de não pertencimento a paternidade/maternidade ou de auto menosprezo, ao se comparar com outras famílias.

Eduardo, pai de Vinicius, relatou não ter tido expectativas iniciais, pois acreditava que o filho que viesse seria bem recebido. Por isso, expressou que a chegada do seu filho foi motivação para muita felicidade, “veio um menino! Aff, Maria... é o meu amor! A gente já começa a gostar desde a espera, por que não tem dia, né? Não tem mês, não tem ano! Pode passar, um, dois, três... Quanto mais exigente, mais demora” (SIC). Segundo Huber e Siqueira (2010) alguns casais não buscam um perfil específico, quando estão dispostos a aceitar que a adoção é um processo singular, uma nova forma de construção familiar em que a criança necessita, independente de cor, raça, sexo, de amor e carinho. No caso de Eduardo, não houve esse refinamento no perfil, “a única exigência que eu fiz, considerando que eu trabalho muito e ela também, a gente exigiu que não tivesse doença, mas doenças tratáveis. Ademais, não fiz nenhuma exigência” (SIC).

5.3.2 A chegada

Ao tratar sobre as experiências dos participantes com a chegada de seus respectivos filhos, mostraram-se diversos os sentimentos, emoções e arranjos na realidade de cada um para receber o novo membro familiar.

Luana vê a chegada de Heitor como o momento mais marcante de toda sua

história, assim como aponta que o filho, ao chegar, apresentou problemas de saúde. Segundo Luana,

(...) ele tem bronquite alérgica, ele tinha também uma pneumonia muito forte... E aí, quando ele chegou, ele tinha umas sequelaszinhas... Por exemplo: Você falava com ele e ele virava o olho pra cima e ficava o olho todo branco. Eu disse 'pronto, o menino tem algum problema psicológico!' pensei logo! Aí a gente levou pra outra médica, e ela disse que não era, que era 'a mudança'... pois ela disse que a mudança foi demais. Ela fez uns testesinhos com ele e não era problema neurológico não, mas ele assim, ele não chorava... a gente via que ele ficava assim... estranhando! Mas ele não era um menino de chorar, entendeu? (SIC).

Sendo levada a refletir sobre os aspectos emocionais e psicológicos envolvidos nesse comportamento, Luana foi orientada a pensar a história de vida do Heitor, no que tange ao período em que esteve em uma instituição de acolhimento, no contato com cuidadores e uma vivência, na prática, distante do ideal de ambiente familiar. Winnicott e Britton (1947/1987), ao tratar sobre alojamentos com crianças, apontam que para que os alojamentos tenham funções terapêuticas na vida das crianças/adolescentes alguns requisitos precisavam ser atendidos: a) é necessário a instituição dispor de recursos físicos, financeiros e emocionais que façam os acolhidos sentir confiança e estabilidade; b) os profissionais dos alojamentos precisam sentir satisfação para com o trabalho, seja por meio de garantia de direitos, como férias e salários, por disponibilidade de materiais que auxiliem nas demandas cotidianas, e por meio de suporte técnico e emocional realizado por um supervisor, pois somente assim, conseguirão exercer sua função de cuidado e proteção para as crianças/adolescentes.

Diniz, Assis e Souza (2018) retratam que na prática não é encontrada sempre uma realidade que oportuniza um ambiente terapêutico, visto a existência de uma série de dificuldades institucionais que impactam negativamente no desenvolvimento físico e psíquico das crianças/adolescentes institucionalizadas. Desse modo, Winnicott e Britton (1947/1987) orientam que se a sociedade não compreender sua responsabilidade em proporcionar a essas crianças a oportunidade da vivência de um lar, colherá, a longo prazo, a criação de reformatórios e/ou prisões, para garantir a estabilidade que elas precisam, após a vivência da ruptura do lar inicial e experiência da institucionalização.

Em decorrência, Luana considerou o momento mais difícil ter sido o período de adaptação, já que toda a rotina familiar precisou ser modificada em favor da necessidade da criança. Contudo, conforme foi percebendo Heitor em

suas diversas formas de comunicação, observou a possibilidade de conseguir compreendê-lo

(...) a parte mais difícil quando ele chegou foi o tempo de adaptação, por que eu não sabia fazer gogo, eu não sabia botar ele pra dormir... Teve um dia que eu balancei a noite toda e ele não dormiu. Porque depois eu descobri que era só colocar ele no berço, apagar a luz e sair... só! (*risos*) Entendeu como é? (SIC).

Situações como essas geravam desconforto em Luana e medo de não conseguir desempenhar a parentalidade e sentir amor pelo seu filho. Nesse processo, Andrade, Hueb e Alves (2017) apontam como importante a participação dos adotantes, em espaços de reflexão com a presença de profissionais de Psicologia, a fim de se pensar sobre o processo de adoção e sentimentos e/ou conteúdos referentes a adaptação familiar e/ou demandas advindas do convívio entre os sujeitos envolvidos, onde se possa trabalhar o fortalecimento dos vínculos parentais e compreender seus significados. A fim de que se torne possível uma experiência de adoção suficientemente boa⁸, como aponta Otuka, Comin e Santos (2012), onde a reorganização familiar gere espaço em que todos os envolvidos estejam disponíveis a dar suporte ao desenvolvimento criativo⁹ do adotado e sejam construídos laços afetivos que disponham de segurança e acolhimento das angústias ou sentimentos destrutivos, que possam emergir, por parte de quem se adota.

Assim como Luana, Bianca relata que o processo de adaptação do Emanuel diante da inserção familiar pós período de institucionalização, gerou angústia,

(...) ele costumava dormir às 18h. Então, se a gente precisasse ir pra festa ou qualquer coisa, a gente não podia ir, porque ele não ficava, ele chorava e agia feito uma criança autista... ele não falava o que queria,

⁸ Para Winnicott (1957/2005), a mãe suficientemente boa é o primeiro ambiente capaz de auxiliar no desenvolvimento do bebê, mediante sua capacidade da capacidade desta em se adaptar ativamente as necessidades do infante. Porém, essa adaptação, deve diminuir gradativamente conforme haja o fortalecimento da capacidade da criança em tolerar frustrações e outros ambientes, como o ambiente pai e família, sejam inclusos no processo a fim de proporcionar espaço criativo para essa criança. Destarte, a adoção suficientemente boa será composta por esses processos, no lar substituto em que a criança vier coexistir.

⁹ Winnicott (1966) retrata o conceito de Criatividade como inerente à natureza humana, e vinculada ao seu processo de amadurecimento. Posto que, é apenas através da criatividade que a realidade ganha sentido, o mundo subjetivo dá significado ao objetivo, desde que o ambiente inserido disponha de recursos que auxiliem o desenvolvimento positivo deste processo.

ele apontava. Daí ele apontava pra cama e levávamos até a cama. Doeu muito a primeira dormida, por que na minha cabeça quando eu tivesse meu filho, eu ia ninar ele, balançar ele até ele dormir, mas o Emanuel não gostava de contato físico... precisava deitar ele, desligar a luz e ele se balançar sozinho, por que é a rotina de lá, né? Não tinha tantos braços, tantas tias que pudesse cuidar para tantas crianças. Daí, colocava ele no berço, desligava a luz e ele se balançava sozinho e até hoje ele se nina sozinho, coloca o dedo na boca e se balança de um lado pra o outro. Eu me assustei... Porque de repente uma criança que não gosta de ser ninada, luz apagada e fica de um lado pro outro 'an, an, an'... eu fiquei meio assim... Mas aí o tempo foi passando e a gente foi se adaptando (SIC).

Visualizamos que, além do processo de adaptação ter particularidades frente o acolhimento institucional do Emanuel, houve demandas específicas da sua história de vida e impactos psicológicos e físicos decorrentes das violências sofridas.

Observou-se que, tanto para Luana quanto para Bianca o momento da hora de dormir chamou a atenção das duas mães, considerando que seus filhos apresentavam costumes vinculados a rotina da instituição de acolhimento, tanto por dormirem cedo, quanto por estarem acostumados a dormirem sem necessidade de embalos no colo. Segundo Jung (2015), as instituições de acolhimento diferem, consideravelmente, do ambiente familiar, posto que nesses espaços os profissionais precisam dispor de atenção coletiva para com o grupo de crianças acolhidas, tornando necessário o uso de práticas rotineiras e institucionalizadas.

Winnicott (1953/2008) orienta a importância de conhecer a história inicial, vivências dos primeiros dias e semanas da criança para que seja possível pensar o manejo das necessidades que esses filhos apresentarão como consequência das perturbações sofridas. Cabe aos pais visualizar se despenderão de cuidados comuns, como a todas as crianças, ou tratamentos mais prolongados à saúde e cuidados muito maiores, observando que, ao adotar, passarão a lidar com alterações na própria vida, em prol da criança que chega. No caso de Bianca, em sua perspectiva, ter acesso a essa história auxiliou a compreender que seu filho precisaria dos cuidados de uma pessoa com deficiência.

Foi muito difícil no começo, porque depois que passa toda aquela sensação de alvoroço, de felicidade misturada com medo... vem a realidade, aquele choque de realidade: 'Agora eu sou mãe! Agora eu tenho uma responsabilidade e o dobro, porque agora eu sou mãe de uma criança especial' porque requer muita atenção, muita dedicação (SIC).

João, esposo da Bianca, afirma que sentiu aflições durante a chegada do Emanuel,

(...) eu não vou mentir não, nos primeiros dias foi aquele cuidado pensando ‘o que será que pode acontecer?’ ‘Será que ele tá sentindo dor?’ Porque até hoje, às vezes, ele sente dor e não fala, nosso medo era esse (...) quando ele chegou ele era caladão, saímos com ele e não podíamos ter uma aproximação tão forte, pois ele começava a chorar. Até hoje mesmo, qualquer coisa ele vomita, seja com muita alegria ou muito incômodo. Quando ele se incomoda a gente vem logo pra casa. A gente já se acostumou, já se adaptou (SIC).

Observa-se nas falas a preocupação de João em como lidar com a forma de ser de Emanuel, mas no mesmo relato a demonstração de que apenas o convívio, tempo e formação de vínculo tornou possível, ao casal, perceber as necessidades do filho e auxiliá-lo em seu desenvolvimento. De acordo com Winnicott e Britton (1947/1987) o desenvolvimento, principalmente de crianças que sofreram violências, precisa contar com pais emocionalmente envolvidos para proporcionar um ambiente seguro e estável, que dê suporte às necessidades físicas, emocionais e psicológicas, que emergirem.

Na experiência de Cris, mãe de Clara e Yasmin, a mesma retratou que seu contato inicial com suas filhas passou por dificuldades diferentes, vinculadas ao momento social, histórico e cultural em que estava implicada. Aponta que a dificuldade enfrentada na chegada da primeira, foi de não ter uma casa pronta e, inicialmente, precisou ir morar na casa do seus pais, no entanto realizou compra de coisas básicas para assistir a criança que chegaria. Na segunda adoção relata que, apesar de já estar em casa própria, por achar que o processo judicial demoraria mais, acabou não comprando nada. Para ambos os casos, Cris relatou que as filhas chegaram com

(...) gripe, fora isso nada demais. Eu creio que isso ocorreu, por causa da mudança, né? Quando elas chegaram, coincidentemente as duas tinham cinco meses, elas já estavam mais durinhas, mais sabidinhas, já tinha histórico do que comia, a hora que se alimentava, o que já introduziu e não deu certo e o que já vinha dando certo. Na última eu até brinquei com as meninas: ‘no caderno de manual de instrução vem tudo? Como se alimenta, o horário de banho, horário de dormir... tudo da rotina?’ pra que não tenha aquela mudança drástica, né? (SIC).

Sendo orientada sobre o histórico alimentar e rotina das filhas nas instituições de acolhimento, Cris relata que não sentiu dificuldade no processo de adaptação, afirmando que ter esse contato com os profissionais responsáveis foi essencial para que fosse compreendida as necessidades iniciais que as filhas

apresentariam. Ao tratar sobre a importância de cuidados individualizados a crianças em instituições de acolhimento, Winnicott (1953/2008) acredita que o processo de adoção deve contar com equipes profissionais que auxiliem os adotantes, na predição de possíveis fracassos, visto que a história das crianças que vivenciam esse processo, comumente estão imersas de diversas formas de violência. Sendo primordial, desse modo, a existência de ética e responsabilidade, por parte de órgãos e profissionais preparados, que auxiliem os pretendentes a adoção desde a inscrição no cadastro de adoção até os momentos de convívio com a criança, a fim de que se evite novas violências e se criem espaços de orientação a essa família.

Assim como o caso de Cris, Eduardo aponta que inicialmente foi orientado pela equipe quanto a rotina do Vinicius, intervenção que auxiliou o casal a saber como lidar com as demandas iniciais do filho, “passaram o histórico do abrigo, o que ele come, o que ele gosta, se ele come fruta, se ele não come. Ele é uma criança, que ele gosta de tudo! Ele ia fazer três anos, quando ele chegou. Ele gostava de tudo! Gostava de bolo, gostava de fruta, todo tipo de comida, gostava de carne, na época, e hoje gosta muito de ovo” (SIC).

Eduardo informou que houve modificações na rotina familiar, a fim de dar suporte as necessidades do Vinicius

Nós tínhamos duas lojas, eu fechei uma, por conta que eu achava importante ela ter um tempo com ele. Se a gente adotasse uma criança, ter um sonho de ter um filho, Deus nos deu essa chance e a gente deixar na mão de outra pessoa, eu não acharia importante. Ela (*referindo-se a Sandra*) ficou um ano em casa, depois de um ano foi que ela voltou a trabalhar (SIC).

Winnicott (1960/2005) relata que cabe ao pai, sensibilidade, união e compartilhamento de responsabilidades por um filho que também é seu. É importante pensar o contexto familiar de forma singular, pois é apenas assim que se torna possível compreender as dificuldades do exercício parental (WINNICOTT, 1957/2008).

5.3.3 A convivência

Mahl et al. (2012) apresentam, dentre o seu estudo, que comumente as tradições sociais de maternidade e paternidade são vinculadas a padrões normativos que intitulam a existência de filhos como necessário para a construção

familiar, assim motivando os casais adotantes ao pensamento e ato de adotar. Entretanto, o exercício parental, segundo Dantas e Ferreira (2015) se constrói diariamente, com a renúncia de si mesmo e cuidados que resguardem o desenvolvimento físico, psíquico e afetivo dos sujeitos perfilhados. Nesse sentido, todos os casos entrevistados na presente pesquisa, relataram mudanças, na rotina e no relacionamento, exigidas para assistir a necessidades dos filhos.

Luana, ao tratar sobre o convívio com Heitor, relata que existem práticas cotidianas para conseguir auxiliá-lo. A rotina conta com momentos de lazer familiar, assim como atividades necessárias a todo ser em desenvolvimento. “Ele dorme por muitas horas, ao meio dia dou banho e levo à escola, às 17h busco, vamos para casa e até às 20h cuido dele com meu esposo. Aos domingos a gente reserva pra ser nosso dia para lazer” (SIC). E, além disso, Luana expressa mudanças no relacionamento com seu parceiro,

(...) eu pude perceber que o meu esposo enquanto pai ele é mais responsável, que ele me ajuda muito, entendeu? Ele já me ajudava, mas depois de pai eu já pude ver ele de forma diferente (...) Muda por que não é como a gente tá numa casa que a gente pode ficar de qualquer jeito, ter relação a hora que quer, brigar a hora que quer, com uma criança é diferente, né? A gente... eu achei que a gente ficou mais humilde, a gente teve mais afeto um com o outro... Ele vendo o meu lado mãe, né? Viu a mulher que eu sou, e eu vendo o homem que ele é (SIC).

Afirma Otuka (2012), sobre o convívio na adoção, que se o processo adotivo for compreendido não apenas como exercício da lei, mas como um espaço de cuidado, transformação e criatividade, poderá promover o desenvolvimento não apenas de quem se adota, mas de todos os membros envolvidos no processo, por via da construção de laços de afeto.

Apesar de na chegada de Heitor, Luana ter relatado inseguranças frente o exercício parental, afirma *a posteriori* que se sente mais confiável em seu desdobramento da parentalidade, ao perceber que Heitor apresenta felicidade, amor e carinho por ela e por Rafael. Percebe o quanto isso é importante, por que além do sentimento de impotência que tomava conta de si, à época da entrega de Heitor, ela se recorda que ele mal andava e falava.

Lembra-se que foi recomendada a tomar cuidado, por membros do conselho tutelar, que apontavam que ele não iria desenvolver a fala. Lembra também que, quando isso foi dito a ela, Heitor apresentava um semblante diferente, triste. Até

que, no convívio com ela e seu esposo percebeu o desenvolvimento do seu filho, onde passou a falar e ter outras funções cognitivas, físicas, afetivas e emocionais sendo desenvolvidas. Winnicott (1950/2005) retrata que, a criança que vivencia o afastamento de seu lar inicial ou é violentada, se torna perturbada e é na oportunidade de vivenciar um bom ambiente que essa conseguirá começar a melhorar, torna-se menos doente e é capaz de reagir com ousadia a seu estado de carência, possibilitando que sintomas surjam como tradutores da busca pelo objeto perdido. Sendo esses, um sinal de esperança e motivadores em busca de sustentação no ambiente, amor e cuidado para minimização do sentimento de desamparo.

Sobre o convívio na família do Emanuel, Bianca e João também apresentaram consequências, na criança, como resultado do desamparo sofrido, em seu lar primário, por meio de violências física e psicológica. O casal relata que, de início, seu filho contava com uma rotina regrada de consultas médicas, uso de fármacos e participação em centro de reabilitação para pessoas com deficiência, entretanto afirma que, na atualidade, por meio da formação do vínculo e do amor, que a criança tem demonstrado se desenvolver, Bianca expressa:

(...) muito médico, fisioterapia, né? Os remédios que ele tinha que tomar todos os dias e uma série de exames, e tudo mais! Fora assim, que era só em casa... Emanuel não saía, não queria muito contato com ninguém. Muito na dele! Só que agora é assim: Emanuel não toma mais remédios, Emanuel vai dormir todas as noites: 2; 3h da manhã, de tanta energia que Emanuel tem! (*risos*) Pula, minha filha! Brinca! Estuda! Corre! Quando a gente conheceu ele, ele só tinha 3 meses que estava andando, pois ele não andava... ele veio andar já prestes aos 5 anos, que foi na idade em que a gente conheceu ele. Ele agora está totalmente diferente, é muita energia pra uma criança só! Apesar de ele ainda ter as fases dele, de ter as crises dele em não querer ir a lugares muito cheios, ele mudou completamente, hoje! (SIC).

Segundo Winnicott (1960/2005), para que a mãe-ambiente possa compreender seu filho e identificar suas necessidades, a fim de promover seu desenvolvimento, é necessário que ela desenvolva a preocupação materna primária, identificando-se com essa criança e manejando cuidadosamente as demandas que ela apresenta. Nesse sentido, observa-se que Bianca, ao relatar os cuidados dispensados a Emanuel, parecia vivenciar o estado emocional descrito por Winnicott, parecia compreender suas necessidades, suprindo-as e lidando com as dificuldades de seu bebê como uma mãe suficientemente boa, “a minha vida é minha rotina com ele, de fisioterapia, que ele ainda faz. Não toma remédio mais,

mas quando adoce a gente sempre leva ele no hospital. Tivemos que passar por adaptações, né?” (SIC).

No entanto, Winnicott (1960/2005) retrata que para que a mãe consiga desempenhar seu papel de modo suficientemente bom, precisa de um ambiente que lhe dê suporte. Winnicott (1960/2005) demonstra que, se a mãe se sente obrigada aos seus afazeres, seu crescimento é interrompido. Posto que, ela necessita primariamente de autoconhecimento e apoio para lidar com seus medos e crenças. Para tanto, Bianca afirma contar com seu companheiro,

(...) sempre foi muito dividido, por que como o pai trabalha à noite, ele tá comigo pra tudo! (...) E, o pai cuida dele muito bem! Para dar banho, para dar água, pra levar pra fisioterapia, vão sozinhos os dois, eles são muito apegados (...) A gente sabe que o momento, realmente, é do Emanuel, do nosso filho! Já que agora nós somos uma família e antes nós éramos apenas um casal. Então, são formas de amor diferente... a gente soma! Nós somos muito parceiros! Por que amor é um conjunto de sentimentos, né? (SIC).

Segundo Ayala et al. (2014), crianças/adolescentes com deficiência são vítimas de uma nova violência ao serem pouco mencionadas nos cadastros de pretendentes a adoção. Mozzi e Nuernberg (2015), ao ouvir pais adotivos de pessoas com deficiência compreende, por meio dos entrevistados, que o preconceito torna as crianças com deficiência menos requisitadas nos cadastros de adoção. Entretanto, a pesquisa (2015), fazendo uso dos relatos dos pais entrevistados, apontou que não há diferença entre os cuidados necessários e a responsabilidade que os adultos precisam ter com todas as crianças, assim como a importância do cuidar com afeto, carinho, sorrisos e momentos marcados pela reciprocidade entre os pais e filhos. Ratificado por Bianca,

(...) o Emanuel usa órteses, uma na mão e outras duas nos pés, quando ando com ele as pessoas falam ‘Oh! Tá vendo? Tem mãe que não tem cuidado e o filho quebra o braço, mas não é que ele quebrou o braço, é que ele usa! (...) Quando as pessoas julgam, dá aquele sentimento assim... de raiva com tristeza em ouvir certas coisas, mas compensa quando a gente olha pra ele, e a gente sabe como é nossa vida real, né? A gente tenta não absorver aquilo que as pessoas falam, né? Pois só a gente sabe a nossa realidade, sabe que a escolha a qual a gente tomou foi bem conduzida, então... (SIC)”.

Cris, mãe de Clara e Yasmin ao tratar sobre o cotidiano verbaliza que, em virtude de trabalhar muito, suas filhas acabam passando a maior parte do dia com

as cuidadoras ou com as avós. “Hoje, eu tenho uma pessoa que cuida dela (*referindo-se a Clara*) e ao mesmo tempo também fica com a Yasmin, e agora eu tenho duas: uma pessoa que cuida das minhas filhas e uma que cuida da casa (...) na ausência de babás, quem me ajudam são as avós” (SIC). Afirma que buscou manter a rotina das filhas, advindas da instituição do acolhimento, assim como que com seu esposo. “Só os dois, nós tínhamos tempo pra tudo. Hoje é primeiro elas e depois a gente” (SIC). Observou-se que Cris não apresenta muitas informações sobre o convívio com suas filhas devido sua rotina de trabalho. Mainetti e Wanderbroocke (2013) afirmam que, na atualidade, avós costumam estar presente na vida dos netos na tarefa de cuidados, pelo fato dos pais comumente terem uma alta rotina de trabalho. Nesse sentido, os infantes passam maior parte do tempo com essas figuras parentais e, para tanto, a rotina acaba sendo conhecida e estabelecida por esses familiares, em específico.

Ao tratar sobre como compreende sua experiência parental, Eduardo relatou que,

(...) parece que a gente se imagina antes de ter, mas quando a gente é, é que a gente sabe. Responsável eu sempre fui, por que eu sai de casa aos 17 anos, hoje tenho 37. Estou acostumado com a responsabilidade de sair de casa, pagar despesas, botijão, energia, tudo... Eu já era uma pessoa responsável, com uma criança não é diferente, tem que saber que tem que dar carinho, amor, educação, saúde (SIC).

Essas responsabilidades são vistas por Silva e Cavalcante (2015) como necessárias para auxiliar no desenvolvimento da criança, por meio de modificações na rotina do casal com a inserção de atividades diárias, como: escola, alimentação/higiene, lazer, descanso, entre outros.

Bueno et al. (2016) ao estudar sobre significações de paternidade sob a ótica de pais adotivos identificou que é necessário entender esse processo de forma desnaturalizada, visto os conteúdos serem vinculados a temas de gênero e parentalidade engendrados em um contexto social e cultural específico. Nessa perspectiva, os autores (2006) mostraram novas concepções nucleares de paternidade, que gera mudanças como: valorização do carinho, afeto e compartilhamento de cuidados físicos e educacionais entre esse pai e demais parceiros/as. O que se mostrou, na presente pesquisa, por meio dos relatos do Eduardo e João, demonstrando cuidado e afeição para com seus respectivos filhos e companheirismo para com suas mulheres, nas atividades cotidianas. Observa-se,

desse modo, que a paternidade adotiva se constrói na dinâmica familiar cotidiana, como pontua João, pai do Emanuel,

(...) filho é filho e pai é pai, né? (...) Pai é aquele que ri, que cuida, que chora, que vê, aquele que tá na hora da dificuldade com o filho, quando o filho cai, tá ali pra levantar, sustentar, pra ensinar. Eu tô falando aqui o que eu não tive em casa, o que eu não tive, eu quero expressar, fazer e falar pro meu filho. Dar amor, dar carinho. Se fosse por mim eu só estaria perto dele, porque ele mudou... mudou... mudou completamente minha vida. Mudou de verdade. Eu tinha uns pensamentos negativos antigamente, uns pensamentos de mim comigo mesmo, mas quando chegou a notícia: ‘você é pai’... Até hoje, se eu te falar, minha ficha ainda não caiu (SIC).

5.3.4 A revelação

Esta pesquisa parte do pressuposto de que, respeitar a história de vida da criança é respeitar sua dignidade enquanto pessoa humana. Sendo a ação de revelar um momento de respeito a essa história e, como orienta Morelli (2005), devendo ser realizada na medida em que a criança demonstre interesse e de modo que ela possa compreender. Revelar é anunciar um passado e, para tanto, buscou-se compreender o ponto de vista de cada pai e mãe entrevistados sobre o assunto.

Luana, ao tratar sobre, afirma guardar a chupeta, a roupa, o sapato e a foto do dia em que recebeu Heitor, para que, aos poucos e com esses recursos possa apresentar a ele sua história sobre a adoção. Assim, demonstrando interesse em promover a revelação de forma gradual. Ao encontro da orientação de Winnicott (1955/2008) sobre ser extremamente necessário que a criança adotada saiba sobre os fatos, com respostas às suas dúvidas e temporalidade para que possa assimilar todo o conteúdo.

Bianca e João, ao tratarem sobre a revelação da adoção do Emanuel entendem que, por ele ter chegado ao convívio com quatro anos, já há uma noção da constituição familiar, afirmando que Emanuel entende a eles como “pais do coração” (SIC). Para João, a revelação se dará

(...) conforme ele for crescendo. O convívio que a gente tem com ele, é como uma criança normal, como se eu tivesse com meu pai. Quando ele for crescer, vamos falar, se for o caso, a gente vai sentar, mostrar que ele tem uma irmã. Se ele quiser conhecer, a gente vai entrar em contato com o pessoal de lá e informar que ele tem interesse em conhecer. Até por que não tem como ninguém nos tirar, por que ele é nosso, né? Quando ele crescer a gente vai preparando ele (SIC).

Observa-se, ainda que haja preocupação dos pais em revelar a história da adoção para a criança, junto há a verbalização de conteúdos sobre o medo de que

Emanuel seja “tirado deles” e a percepção deles de que Emanuel já sabe, de alguma maneira, sobre sua adoção. Para Huber e Siqueira (2010), os pais tratarem sobre a adoção para com seus filhos, pode ser um dos temas mais perturbadores, pois esse conteúdo põe em xeque a solidez dos vínculos, seja por medo de perder os filhos ou que esses, ao saberem, possam deixar de amá-los e culpabilizá-los por roubo. As autoras (2010) salientam a importância de desmistificar a adoção a partir de novas perspectivas sobre o que é família, assim os pretendentes poderão viver sem os impasses e *fantasmas* vinculados a família biológica, a revelação ou outras dificuldades criadas pelas limitações sociais sobre a diversidade familiar. E, para isso, é necessário acolher a adoção em suas singularidades e dar suporte aos envolvidos nesse processo para que possam ressignificar aquilo que os incomoda.

Para Cris, com suas filhas Clara e Yasmin, a vivência da revelação de uma das filhas a fez pensar sobre o processo de revelação da outra.

(...) eu já fiz. A primeira já sabe, apesar de eu sempre contar historinha, né? De como que era... contava que ela veio numa caixa bem bonita, um presente, uma princesinha... e quando ela começou a entender das coisas, ela começou a me perguntar se mamava, de onde nasceu, então... eu dizia que não, dizia que não mamava, que usava mamadeira... E aí, conforme ela foi crescendo eu fui sendo um pouco mais clara, pincelava algumas coisinhas...Aproveitei, depois, uma fase... a fase em que na escola estavam falando sobre família e tinha essa forma de família... Aí comecei por aí, até que um dia eu fui e contei! Que ela veio quando papai do céu quis, mandou... E tal. A mais velha, só depois de um tempo foi que ela ligou a palavra adoção a ela. Entendeu? Uma vez, depois de uns dois anos, foi que ela perguntou: ‘Então eu fui adotada?’ Ela não ligava a palavra adoção a história dela. Né? Então eu falei: ‘foi, mainha’ e aí ela cresceu e começou a entender mais sobre as coisas. Daí então, foi quando veio a segunda, a irmã, que eu falei que ela tinha sido do mesmo jeito, falei dos trâmites legais, que a gente tem que aguardar... ela ficava impaciente... (SIC).

Experiência que vai ao encontro da proposta de Valandro e Baumgarten (2013), que entendem não existir idade ideal para revelar a adoção, mas cabe aos pais o uso de metodologias que auxiliem esse processo, como contagem de historinhas, filmes infantis com a temática, desde a chegada da criança. De modo que, ela vivencie o contato gradativo com sua história, conforme for amadurecendo.

No caso da Cris para com sua filha Yasmin, a revelação ocorreu conforme sua filha demonstrou curiosidade e, por isso, foi questionado como, em sua percepção, Yasmin reagiu a esse processo.

Inicialmente ela entendeu tranquilo, depois da irmã foi que ela começou a fazer alguns questionamentos sobre a irmã, que... uma vez eu conversei com a psicóloga (*referindo-se a profissional vinculada ao Poder Judiciário*) e ela me contou que ela pergunta pela irmã para não perguntar por ela, para não dizer que é com ela... e outra vez, acho que ano passado (*referindo-se a 2018*) eu tive uma conversa mais aberta, que foi onde ela colocou alguns pontos, né? Questionou se podiam tirar ela da gente, entendeu? Daí ela já falou nela! Se essas pessoas a encontrassem na rua, se poderiam levar ela?! E fazia esses tipos de pergunta. Nós conversamos bastante, eu expliquei tudo pra ela, disse que: ‘não... isso não podia acontecer, que ela não iria ser abandonada de novo’ e de lá pra cá ela, aparentemente, parou mais, sabe? (SIC).

Observa-se então a tentativa de Cris em criar espaços de segurança para tratar sobre o tema, com sua filha, como orienta Winnicott (1955/2008) sobre o desenvolvimento psíquico e emocional da criança/adolescente adotada precisar, necessariamente, ter contato com sua história primitiva com respostas completas às suas dúvidas, conforme surjam, a fim de que se possa assimilar todo o conteúdo e seja acolhido seu sofrimento, angústias e/ou sentimentos destrutivos. No entanto, assim como os demais casos, Cris expressa medo da possibilidade de suas filhas desejarem retornar ao seu passado.

Será que estou preparada para isso? É a mesma coisa do falar, a gente fala ‘vamos falar, vamos falar’, mas confesso que não é fácil dizer! Não é fácil! Chegar e dizer! E aí vem os questionamentos: ‘Então eu não vim da sua barriga não? Então eu vim de outra pessoa?’ Entendeu? Esse momento não é fácil, ser questionado sobre isso. E então eu falo: ‘Filha, isso não importa. Você não tem amor? O que importa é que eu e papai fomos escolhidos para serem seus pais’. O que me pega é isso, sabe? Daqui a uns dias, me pega pensar: ‘será que ela vai querer ir atrás?’ Como vai ser isso? Porque tenho ela como minha. Enfim (SIC).

Schettini et al. (2006) apontam que a convivência imaginária com a família biológica ou o medo do retorno, ameaças de reapropriação ou sentimento de perda ou roubo só podem ser superados quando houver a compreensão da dupla filiação dos seus filhos. De modo que, esses pais possam viver a afetividade da adoção, por meio do acompanhamento no contato dos seus filhos com a história inicial e recuperando, junto a eles, as lembranças e emoções pertencentes a estes, inclusive possíveis conflitos, contestações ou crises.

Para Schettini et al. (2006), calar ou desestimular a curiosidade do filho alimentará a construção de conteúdos negativos no sujeito perfilhado que pode transformar a família biológica em um fantasma persecutório. Nesse sentido, é importante que essa família primária perca o lugar de estranho e reconquiste um

espaço de visibilidade, integrando a experiência adotiva. Entretanto, Winnicott (1953/2008) se questiona se os pais adotivos estão preparados para lidar com os fracassos que o lar inicial da criança proporcionou a esta, ao mesmo tempo que informa que, se esses pais estiverem seguros para tratar do assunto, ao contar a criança sobre sua história passada é possível auxiliá-la na integração da partes memoráveis e não memoráveis do passado, de modo seguro e compreensível.

Eduardo, pai do Vinicius entende que a revelação “é importante, mas não desde o início da infância” (SIC), pois para Eduardo “a criança só entende mais ou menos a vida, quando ela tem uns 8 anos. Daí, eu vou sentar e conversar com ele sobre como ele chegou até a mim. A parte da adoção talvez seja algo mais complicado pra explicar, mas dizer que ele é meu filho, dizer que ele é um filho do coração, que foi Deus quem mandou pra gente, que o papai ama ele” (SIC). Segundo Schettini (2007) quando é respeitada a história da criança e essa é contada de modo verídico, nós a curamos. No entanto, haverá situações em que os adotantes poderão encontrar limitações, em suas habilidades, seja por questões individuais ou sociais. As quais, podem e devem contar com o apoio do profissional de Psicologia. Entendendo-se que essa ciência faz uso de recursos teóricos metodológicos que auxiliam no processo de ressignificação e, por isso, deve fazer parte do processo de adoção desde o princípio.

5.4 Judiciário no processo de adoção

Para Nunes e Gominho (2019), o processo de adoção em seu aspecto burocrático, acarreta problemas para aqueles que desejam adotar, os quais, por vezes, optam por desistir. Entretanto, informam que a burocracia investida é necessária para que seja assegurado o direito da criança ou adolescente, em sua integralidade.

A adoção é instituída pela Lei 8.069 (Brasil, 1990) intitulada “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA) como medida excepcional e irrevogável. Desse modo, exigindo um processo judicial que baseado em circunstâncias, preze pelo reconhecimento da criança enquanto sujeito em desenvolvimento e de direitos. Dentre as instituições jurídicas vinculadas a esse trâmite, está o Poder Judiciário o qual recebe os pretendentes a adoção vinculando-os ao, atual, Sistema Nacional de

Adoção e Acolhimento (SNA)¹⁰, anteriormente conhecido como Cadastro Nacional de Adoção (CNA) por meio da atuação de equipes multiprofissionais, no processo de habilitação e período de convivência, até a finalização processual com sentenciamento e julgamento da filiação. Entendendo isso, a presente pesquisa buscou, dentre os temas trabalhos, como os pais entrevistados experienciaram o processo judicial da adoção.

Atualmente, no Brasil, conforme explanado na Lei 8.069 (Brasil, 1990), para efetivação do processo jurídico para adoção são necessários os seguintes passos, conforme os artigos 39 a 52, da referida lei: a) ser maior de 18 anos, independente do estado civil; b) diferença de idade entre adotante e adotado, de pelo menos 16 anos; c) avós ou irmãos do infante, não podem adotar; d) manifestação do desejo pela adoção em vias judiciais, pela Vara da Infância e Juventude por intermédio do cadastro no Sistema Nacional de Adoção (SNA), o qual na atualidade também aceita inscrição online, sendo fornecidas informações como: dados pessoais, familiares, econômicos, atestados de sanidade física e mental, certidões cíveis e criminais. Para que, posteriormente, seja possível a realização da entrevista, por parte da equipe multiprofissional da Vara da Infância e Juventude, visando identificação das conjunturas psicopedagógicas dos adotantes. Assim como, orientação desses para participação em atividades como: cursos para pretendentes à adoção e o período do estágio de convivência (visando integrar as partes do processo de adoção, a fim de possibilitar a construção do vínculo como base para a relação afetiva); por fim, a determinação da adoção aos casos que se façam jus, com consentimento do direito de filho aos respectivos, assim como a anuência da responsabilidade por parte dos adotantes.

Luana, diferente dos demais entrevistados, apontou ter participado de uma audiência com fins de destituição do poder familiar dos genitores do Heitor. Entretanto, segundo ela não soube informar se isso é uma situação comum ao processo de adoção. Observada a Lei 8.069 (Brasil, 1990) em seu artigo 100, inciso 9º a ação de destituição do poder familiar ocorre como curso anterior a

¹⁰ Ver Resolução nº 289, datada em 14 de agosto de 2019, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências. O novo sistema foi criado visando ampliar e melhorar o modelo antigo: Cadastro Nacional de Adoção – CNA.

inserção da criança em família substituta, quando é observada a impossibilidade de reintegração familiar da criança ou do adolescente. Nesse sentido, entendendo a situação como singular, observa-se os impactos gerados em Luana, ao ser relatado por essa que, “me senti desconfortável e acredito que isso não deveria acontecer por parte dos membros do poder judiciário” (SIC).

Além disso, ainda sobre o processo judicial, Luana aponta que passou muito tempo sem o registro de nascimento atualizado do filho, em virtude da demora processual, o que a levava ao constrangimento em algumas situações em que precisava apresentar um registro que não tinha seu nome como responsável.

Depois de tudo não tem a audiência, né? Então eu peguei o registro do meu filho agora, né? Acho que fiquei muito tempo sem o registro dele, eu achava muito constrangedor quando eu chegava nos locais com outro registro. Porque ele ainda não tava destituído do poder familiar (SIC).

Segundo Nunes e Gominho (2019), o Poder Judiciário brasileiro vivencia morosidade processual, visto a quantidade de demandas que chegam para serem julgadas e a realidade institucional encontrar uma série de dificuldades físicas e de pessoal que tardam o cumprimento dos prazos instituídos pela lei. Entretanto, no caso da adoção, a demora no rito processual de adoções ocorre não apenas por essas questões, mas também por fatores vinculados a dinâmica dos pretendentes, como: o perfil escolhido não ser condizente com a realidade das instituições de acolhimento. Nesse sentido, é importante ressaltar a promulgação da Lei 13.509 (Brasil, 2017) que exige prazos menores para a judicialização da adoção, no intuito de agilizar esses processos. Ainda que, tenha sido relatado por todos os entrevistados, nesta pesquisa, incertezas sobre temporalidade entre inscrição no Sistema Nacional e recepção da criança.

Visto a informação de Nunes e Gominho (2019) sobre a dinâmica processual da adoção encontrar dificuldades frente o perfil dos pretendentes, no caso da Bianca e João, a fim de acessarem seu filho de modo mais célere, relataram ter modificado o cadastro expandindo-o para outras cidades, aceitação de criança com deficiência e aumento da idade. Bianca relata,

(...) é como eu digo as pessoas... É complicado! Existe uma burocracia necessária, mas que boa parte dela poderia ser amenizada. O que eu senti no meu caso, né? É... a gente fez todo o processo, ficaram 7 meses depois que a gente entrou. Acho que tudo durou um ano e um

pouquinho. A gente achou que por ser adoção de pessoa especial seria mais rápido, e pelo menos lá no interior, a gente se sentiu mais bem acolhido do que na nossa real comarca. Eu acho que por lá pegar menos caso, dá pra dar um apoio maior, né? Do que aqui, aqui a gente não se sentiu à vontade. Acho que, por eu não me fechar as dificuldades que aqui tem, eu decidi expandir! (SIC).

Para João, a experiência também contou com a dificuldade frente o atendimento, na Vara da Infância e Juventude. “Foi difícil, não foi fácil não. Geralmente íamos pedir informação, ia procurar saber como estava nosso processo e tudo e se não fosse pelo pessoal do cartório. Porque, se fosse dele mesmo... (...) Lá na outra cidade, nós foi bem recebido, bem acolhido mesmo; totalmente diferente daqui, eu achei que ia ser o contrário, por eu ser de outra comarca. Isso foi o que nos alegrou mais, a continuar, pois o pessoal nos acolheu mesmo” (SIC). Nesse sentido, Filho e Renaldi (2015) ao pesquisarem como servidores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entendiam o processo de adoção, visualizaram a importância dos profissionais envolvidos nesse trabalho ser, necessariamente, capacitados a fim de que possam compreender que para além da burocracia, há nesse rol processual pessoas com expectativas e singularidades. Huber e Siqueira (2010) entendem que o período de espera gera ansiedade nos pretendentes, visto o rigorismo judicial, amparado pela lei, perpassar por burocracias. E, ainda que os pretendentes saibam da existência da lista oficial de espera, a sensação de muitos candidatos é de que poderão ser esquecidos, o que comumente os fazem buscar informações por diversas vezes, na instituição judiciária. Por isso, as autoras (2010) apontam para a importância da orientação profissional por meio de atividades grupais para que haja acolhimento das angústias vinculadas ao tempo de espera.

Cris, por ter vivenciado dois processos de adoção em momentos diferentes, relata que

(...) há 11 anos atrás... as coisas eram mais maleáveis. No segundo, realmente, as coisas foram mais burocráticas. Mas Alinne, o que eu mais acho que demora é a questão do curso (*Referindo-se ao curso preparatório para habilitação*), né? Leva um tempo muito grande de um pra o outro... um por ano... É muito tempo! E, a questão das visitas também, pois a gente sabe que precisa fechar o ciclo também. Não adianta ter a visita e não ter o curso, vice e versa. Acho que são os processos mais demorados que eu vejo hoje (SIC).

De acordo com Silva et al. (2017), a dinâmica de trabalho das equipes multiprofissionais, no âmbito jurídico, encontra dificuldade para lidar com os prazos estabelecidos pela lei, em virtude da grande demanda existente e poucos profissionais vinculados as Varas da Infância e Juventude. Além de, em algumas

circunstâncias, a existência de mudanças constantes na estrutura e funcionamento das equipes influenciar no planejamento e execução das atividades no campo da adoção. Segundo os autores (2017) para que se possa melhorar esse contexto, é necessário refletir sobre a importância dessas equipes para além da execução de atividades que visem reduzir o número de crianças nas instituições de acolhimento, a fim de que se possam pensar as atividades, dentre elas o curso supracitado, como espaço de conhecimento sobre as particularidades da adoção, auto conhecimento dos pretendentes frente a decisão de adotar, dentre outras questões. Para tanto, é necessário o aumento de profissionais e espaços de trabalho que reconheçam a função de cada saber e da complementariedade dos conhecimentos visando assegurar os direitos da criança e acolher àqueles que desejam adotar.

Para Cris e Eduardo, a destituição do poder familiar se mostrou morosa e implicante na temporalidade de seus respectivos processos, afirma Cris,

(...) há outro ponto também que custa a demorar... É a destituição do poder familiar. Por que assim, há casos que realmente precisa mesmo analisar, tem muitos pontos a se analisar, mas também tem casos que o poder familiar já podia ter sido destituído, e a gente não entende o porquê que tem de aguardar; aguardar; aguardar, onde o poder já poderia ter sido destituído. Eu acho que esse seria o primeiro ponto! E em segundo a questão do curso e da visitação (SIC).

Na perspectiva de Eduardo,

(...) o governo é o maior culpado! Porque, às vezes, o abrigo fica lotado, o conselho tutelar faz o trabalho deles, leva pra os abrigos, mas não tem equipe pra fazer um estudo completo pra saber se aquela criança pode voltar pra os pais verdadeiros, aí ficam muito tempo lá. Tem muitos pais na fila, tem muitos pais querendo adotar, mas como se passam anos, alguns desistem (SIC).

De acordo com Murakami e Liedke (2017), a destituição do poder familiar é uma decisão judicial que precisa ser pensada como último recurso, após esgotadas todas as possibilidades de manter a criança/adolescente, na família natural. Portanto, essa dinâmica pode prejudicar a temporalidade da tramitação judicial, pela necessidade de várias intervenções por órgãos judiciais e extrajudiciais a fim de não retirar o infante do seu meio natural.

Para Eduardo, pai do Vinicius, acredita que seu contato com o Poder Judiciário se deu de modo positivo e assinala a importância do curso preparatório para habilitação dos adotantes como um espaço em que se pode ter contato com

peessoas que já adotaram, a ex.: casos de adoção tardia, dentre outras escutas de experiências de adoção. Além de apontar a necessidade do âmbito jurídico e social contar com equipes profissionais. Fernandes e Santos (2019) entendem que os cursos preparatórios são instrumentos para que os adotantes possam contar com um espaço de reflexão e compreensão sobre o mundo da adoção, por meio de orientações e outras intervenções, que visam a minimização de preocupações frente o período de espera, chegada e convívio para com a criança. Assim como, retratam Silva e Benetti (2015) o curso pode ser potencializador na observação, por parte dos pretendentes, sobre seus afetos, desejos e transformações entre o filho idealizado e o filho real, por meio das atividades das equipes profissionais e da escuta de depoimentos de pais que passaram por toda a dinâmica.

5.4.1 O profissional psicólogo no contexto social e jurídico

Em virtude de grande parte dos entrevistados relatarem experiência direta com o profissional psicólogo, esta categoria visa compreender de que modo esse contato foi significado pelos participantes. Para Winnicott (1953/2008), é importante a criação de leis e serviços de apoio aos envolvidos na adoção, em busca de garantir os direitos da criança e/ou adolescente e promover ações efetivas para seu desenvolvimento. Assim sendo, salienta-se que o papel do psicólogo frente a temática adoção, deve ser pensando em vários âmbitos, a ex.: psicologia na assistência social e psicologia. Ainda que, essa categoria, visto o caráter metodológico e objetivo da presente pesquisa, trate apenas da psicologia no campo jurídico.

Winnicott (1953/2008) ao tratar sobre isso, entende que as adoções devem ocorrer com intervenções de equipes profissionais, para que essas possam auxiliar na predição de possíveis fracassos. Posto que, o autor reconhece a existência de modos irregulares de adoção, os quais levam a existência de diversas formas de violência para com quem se adota. Destarte, acredita que realizado com ética e responsabilidade, por parte de órgãos e profissionais preparados, há a possibilidade de prevenção de interrupções no processo de desenvolvimento da criança, evitando que essa venha sofrer novamente algum tipo de violação.

Carvalho (2017), ao realizar pesquisa com profissionais do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), e Tibola e Kemmelmeier (2012) com entrevistas

realizadas a pretendentes a adoção vinculados a Vara da Infância e da Juventude de três Fóruns de cidades de médio porte do Estado do Paraná, afirmam que a atuação do psicólogo tem conseguido prevenir casos de devolução de crianças/adolescentes, por meio de ações de conscientização sobre violência psicológica de abandono e/ou negligência. Além de, orientações sobre as possíveis dificuldades do contato inicial da criança com a nova família e/ou dificuldades comuns a fase de desenvolvimento do adotado, que geram vínculo entre o profissional e os pais e os faz visualizar no psicólogo referência para lidar com as demandas que a dinâmica familiar pode fazer emergir.

Na presente pesquisa foi possível notar nas intervenções profissionais relatadas, ações que auxiliaram os pais a compreender o comportamento dos seus filhos. No caso da família do Emanuel, considerando seu histórico de violências sofridas, Bianca relata que só compreendeu a motivação de inicialmente ele não vê-la como mãe, em virtude da atuação da psicóloga.

Quem cuida mais do Emanuel é o pai, tanto por ele ter mais apego ao pai. E eu já sabia disso, porque as psicólogas já haviam falado: 'Bianca, ele vai ter mais apego ao pai, porque o genitor tinha mais afeto por ele. E pra ele ter uma questão de se apegar a você, vai ser mais difícil' e aí eu ficava pensando 'Jesus, maneire aí! E vamos aí trazer mais um pouco de mais amor pra mim', mas eu sou feliz, por que eu sabia que tudo que ele sofreu foi por parte da genitora, né? (SIC).

Assim como, também foi orientada que a expressão de dor de Emanuel seria comprometida, como consequência a série de violações,

(...) o que as psicólogas me passaram é que o Emanuel ele não demonstra, mesmo ele lá no hospital, ele com as sondas, ele passava força pra todo mundo, ele não demonstrava dor (...) A psicóloga dele, ao conversar comigo dizia: 'Olhe, Bianca... ele passou por tanta dor, tanto a psicológica, quanto física, que ele tem uma insensibilidade maior a dor, a dor que a gente sente é bem menor que a dor que ele já passou (SIC).

Winnicott (1955/2008) entende que quem adota, adota também uma demanda psicologicamente complexa, de conteúdos sentimentais muito profundos, posto que uma criança para chegar ao processo de adoção, inicialmente perdeu seu chão/segurança inicial e passa por uma queda infinita passível de reaparecer em qualquer momento, seja em pesadelos ou desenhos a quem vier ter contato. Portanto, é necessário acompanhamento terapêutico para que tanto a criança, quanto os pais possam verbalizar as angústias e sentimentos de desgosto

sobre a experiência adotiva. Abrindo-se espaço para pensar, conforme orienta Silva (2016), o processo psicoterapêutico como primordial para ressignificação de conteúdos de medos e/ou fantasias.

Para Cris, o profissional de Psicologia apareceu como figura primordial na orientação sobre revelação da adoção. “Ela começou a fazer alguns questionamentos sobre a irmã, que... uma vez eu conversei com a psicóloga (*referindo-se a profissional vinculada ao Poder Judiciário*) e ela me contou que ela pergunta pela irmã para não perguntar por ela, para não dizer que é com ela...” (SIC). E, para Eduardo, o psicólogo aparece como profissional capacitado a intervir em casos de violências a criança/adolescente em contexto de vulnerabilidade social, visando a minimização dos impactos no desenvolvimento emocional dos infantes,

(...) uma psicóloga boa, pra ver se aquela pessoa tem condições psicológicas de dar uma boa educação para aqueles filhos, porque a maioria dessas pessoas não dão não! Eu vejo! Por isso, o mundo tá do jeito que tá, mais bandido, mais pessoas se drogando, mais tráfico, no meu ponto de vista, por conta disso! Porque cria os filhos na rua, então vai aparecer pai pra eles: o crime! (SIC).

Para Silva et al. (2017), ao psicólogo vinculado em casos de adoção, seu papel deve estar vinculado à escuta das partes visando auxiliar o encontro da criança/adolescente ao seu lugar na família que a receberá e dessa família com a criança que vos chega, em suas particularidades. Além de, realizar intervenções não apenas no ato concreto da adoção, mas, principalmente, na (in)necessidade da saída dessa criança/adolescente da sua família natural, sob a perspectiva das possíveis implicações geradas pelas rupturas, no desenvolvimento da criança e/ou adolescente.

5.5 Desenho de Famílias com Estórias

Este tópico tem como objetivo discutir os desenhos produzidos, por meio das consignas sugeridas por Trinca (2013): 1) uma família qualquer; 2) uma família que gostaria de ter; 3) uma família em que alguém não está bem e; 4) sua própria família.

a) *Família do Heitor – Luana (Mãe)*

Figura 1 - “Princípio de Tudo” (desenho de uma família qualquer)



No primeiro desenho a criança presente, na sala, se aproximou para observar o que Luana estava fazendo, nesse momento a entrevistada passa a relatar aquilo que desenhava como seu filho, ela e seu parceiro. A criança a interroga o que se passa no desenho e ela reafirma quem são as pessoas e pede para que a criança vá brincar. A criança se retira. Posteriormente, é pedido para a entrevistada narrar uma história sobre o desenho, a mesma o faz:

Luana (L): “Eita!” (*risos*)

História: “Eu desenhei a minha família (*risos*), eu; meu marido e pra completar essa família... o Heitor (filho). Estamos felizes.”

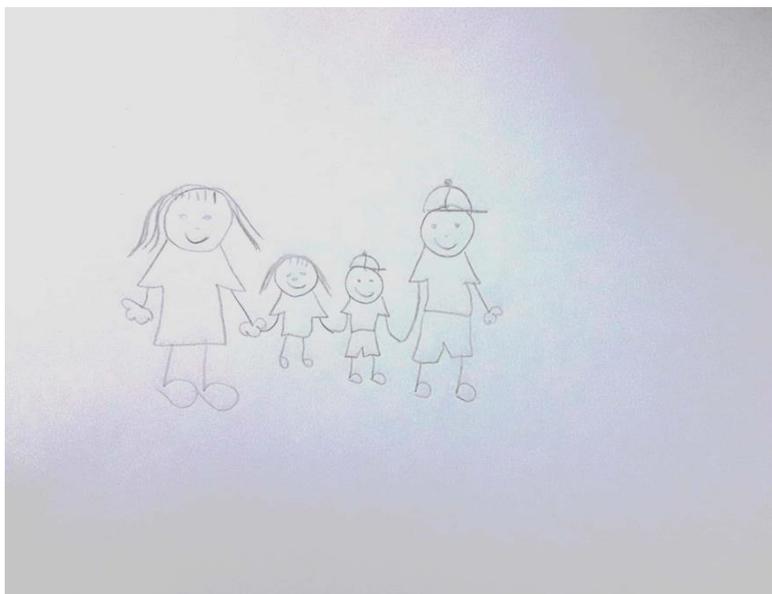
Pesquisadora (P): “Você poderia me contar o que acontece neste desenho?”

Luana (L): “Que o Heitor veio para completar minha família... Hoje a gente sem ele não vive mais, e eu acho que assim... tudo tem um propósito, ele já era nosso desde sempre... e Deus só usou uma forma dele chegar até a gente. E, ele veio pra completar mesmo. Melhorou nosso relacionamento, porque nós era muito assim... muito jovem, não tinha tanto compromisso... a gente hoje vê tudo de outra forma, a gente gastava muito e com o Heitor a gente aprendeu o que é responsabilidade. E assim, sem falar também que o Heitor me fez amadurecer muito, por muita coisa: por perdão, muitas coisinhas... Eu era uma pessoa muito de falar as coisas na cara, não pensava se ia magoar os outros, não pensava no amanhã. Quando eu tinha raiva de alguém eu já falava logo, quando eu não gostava de algum lugar eu não ia

mais, por ex. meu sogro bebia muito e eu não gostava de ir lá, mas depois do Heitor eu tive que ir... pois ele precisava conviver com os avós. Aí achei que amadureci nessa parte, ai eu acho que já quebrou meu gelo. Quando eu brigava com meu marido eu dizia logo ‘vou embora’ hoje não, a gente senta e conversa por quê? Porque eu penso que tenho o Heitor pra criar e ele precisa dele”.
(*Apresentou marejo nos olhos*).

Luana representa sua família composta por ela, Heitor e esposo, todos de mãos dadas, intitulado o desenho-estória como “princípio de tudo”. Na história ela fala sobre as mudanças advindas com a chegada do Heitor, como: melhora no relacionamento do casal, desenvolvimento de responsabilidades e amadurecimento pessoal.

Figura 2 - “Família: Minha base, meu alicerce” (Desenhe uma família que você gostaria de ter)



Pesquisadora (P): “Diante deste desenho, por favor, você poderia me contar uma história sobre ele?”

História: “É minha família... eu vejo minha família com mais um membro... (risos) e agora uma menina, eu vejo a gente assim: eu, meu marido, Heitor e a irmã dele... Por que um eu acho pouco, é por que assim: a parte mais difícil é a de educar, é como fala as crianças de hoje não são como a de antigamente, as de antigamente

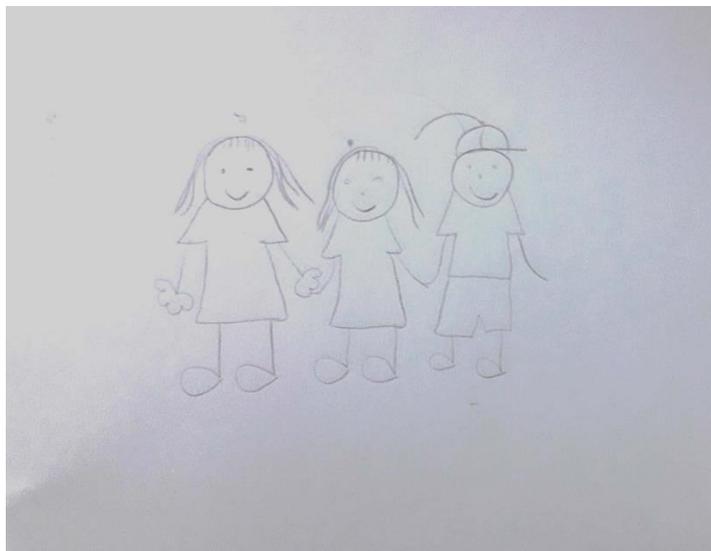
não tinha essas... as birras, eu sei que é a idade... minha irmã diz que ele vai melhorar... de chegar nos cantos e ele às vezes ele chora muito... se disser assim: ‘não pegue nisso’, às vezes ele já chora... um dia desses a gente foi fazer compras e ele estava com uma bola, e ele jogava a bola em baixo dos negócios e eu tinha que deitar pra puxar essa bola... Aí ele é assim, eu nem bati; nem fiz nada, mas ele já pegou no rosto e começou a chorar, por que tinha muita gente... pra dizer que eu peguei no rosto, entendeu? Ele agora tá com uma mania de cair, pra dizer que você empurrou, a parte mais difícil é essa, se a gente for olhar só por essa parte pra gente é ruim, né? mas aí a gente não pode esquecer que ele vai crescer e isso vai mudar, né? E também, eu sempre digo, ele faz mais companhia ao meu marido, meu marido leva ele pro jogo. Então, eu quero uma menina pra me fazer companhia. E quem não quer? Uma menina e um menino, né?”

Pesquisadora (P): “Como você vê a chegada desse novo membro?”

Luana (L): “Eu só penso no tempo de espera que terei de ter novamente. Aí como eu já passei o tempo de adaptação, eu creio que quando vier essa será totalmente diferente. Esse medo eu já não tenho” (*Referindo-se ao processo de adaptação*).

Nessa consigna, Luana representa sua família composta por ela, uma filha (que pretende adotar), o Heitor e o marido, todos de mãos dadas. O motivo pela próxima adoção ser uma menina, é atribuído por Luana considerar o Heitor companheiro de seu marido e a menina seria, então, sua companheira. É interessante perceber no desenho que mãe e filha são parecidas assim como pai e filho. Na história, Luana relata sobre as dificuldades enfrentadas no processo de educação do filho, mas também aponta para a superação, mediante o tempo e crescimento do Heitor. Além disso, ela acredita que por já ter tido a experiência com Heitor, uma nova criança não lhe causaria o medo sentido, inicialmente, na adaptação a maternidade.

Figura 3 - “Quem não tem uma família unida, jamais estará completo” (Desenhe uma família em que alguém não está bem)



Pesquisadora (P): “Diante deste desenho, por favor, você poderia me contar uma história sobre ele?”

História: “Uma filha que a mãe tentou educar, mas todas às vezes que ela falava alguma coisa ou tentava dar um tapa, o pai interferia, filha caçula e tudo que ela queria o pai dava... tudo que ela queria, o pai fazia, com os outros filhos não... O filho mais velho foi criado levando pisa, fazendo as coisas dentro de casa, não ia pra show, não ia pra festa, não ia nada. A outra filha também foi criada parecida, mas a diferença é que não batia e não mandava ela fazer nada, mas aí ela era uma boa filha. Aí, veio a filha caçula, que essa já foi no tempo de agora, digamos que os outros dois era do tempo passado e essa do tempo de agora, aí tudo que ela quer o pai faz, às vezes a mãe ia botar pra fazer as coisas e o pai dizia ‘não’, aí desses três: o filho é um bom marido, é um bom dono de casa, ajuda a esposa, não é de andar em show, não é de andar em bebida, não é de andar... uma pessoa trabalhadora! A filha número 2 é responsável, é trabalhadeira, mas é preguiçosa, mas não gosta de arrumar a casa, não gosta de fazer nada, e já a filha número 3 deserdou... vai pra show, vai pra festa, bebe, chega de manhã, dorme mais na casa do namorado do que em casa, não faz nada em casa... até as calcinhas que usa, joga dentro de casa. E, o que acontece? Ele (*apontando para a figura desenhada*) vive muito pelo mundo, ela tudo que ela quer ele faz até hoje. Mora os três, mas é basicamente uma família

desestruturada. Já chegou o ponto de cortar a energia, o pai ter o dinheiro, a esposa pedir e ele dizer que não. E, no mesmo dia, a filha pedir R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para comprar um celular e ele dar... Então assim, ficou muito... Não sei se era por que era a filha caçula e ele ajeitou mais, não sei... isso refletiu nos outros filhos e reflete em todo mundo, até nos vizinhos que chegam... isso reflete, o que acontece entre eles, né? Ficou muita desavença, hoje eles dormem separados, a filha mal dorme em casa (*Retrata respectivamente sobre a figura desenhada*), tudo que quer faz; não gosta de trabalhar, não gosta de estudar.

Pesquisadora (P): “E como você se sente em relação a isso?”

Luana (L): “Aff, Maria! Me sinto muito mal, porque jamais quero isso pra mim! Eu tenho isso comigo assim... de quando meu filho crescer, começar a entender... eu ensinar a ele as coisas, ensinar, mas explicando! O filho do meu irmão mesmo, ele faz tudo dentro de casa, ele faz e não por ser gay, mas porque a mãe dele explica: ‘eu preciso trabalhar e se eu tenho só você, eu preciso que você me ajude, por que não sou eu que lhe dou as coisas? E quando você tiver grande, você for morar fora, você não vai ter que fazer as coisas se morar sozinho?’ é pensando no futuro, saber a hora do sim e do não, a hora de chegar e sair. Eu sei que os tempos são outros, mas tem coisa que a gente precisa ensinar como antigamente, né? É se impor, não deixar fazer como quer”.

Neste momento, Luana representa três irmãos, que tiveram educação diferenciada pelo pai: o mais velho era educado rigorosamente, onde até “tapa” recebia; a do meio também recebeu educação, porém sem “tapa” ou tanto rigor; e a caçula não teve limite na educação, ao contrário era incentivada pelo pai a não ter regras e limites. Luana considerou essa família “desestruturada” (SIC). A consequência dessa relação parental foi: o filho mais velho é responsável; a filha do meio é “trabalhadora” (SIC), mas preguiçosa e a caçula não tem limites. Luana expõe que esse modelo educacional não é desejado a se ter para com seus filhos, significando que educar uma criança requer equilíbrio entre favorecer os desejos do infante, ao mesmo tempo que ensiná-lo sobre os deveres, de modo que a criança compreenda os limites e regras sociais, que a vida o proporcionará.

Figura 4: “A verdadeira felicidade está na própria casa” (Desenhe a sua própria família)



Pesquisadora (P): “Diante deste desenho, por favor, você poderia me contar uma história sobre ele?”

História: “Eu, o Heitor, Rafael, minha mãe e minhas duas irmãs... Essa é a minha família. Eu não posso esquecer da minha mãe e das minhas irmãs, né? Família é aquela que você pode contar, e minha mãe e as duas irmãs... Não que eu não considere a família do meu marido, mas se fosse pra falar de família assim, escolha a família que você vai levar pra algum lugar, assim, né? Então seria a minha mesmo, porque são as pessoas que eu posso contar mesmo! Eu sei que na hora que eu precisar, vão ser as pessoas que vão estar ali prontos pra me ajudar, sem exceções”.

Pesquisadora (P): “Como essas pessoas estão?” Luana (L): “Estão bem, tá todo mundo bem”. (P): “O que mais há nessa história?”

(L): “A gente é unida, a gente é... minha mãe digamos que de todos os filhos, eu sinto que ela é mais apegada a mim, até minha irmã do meio tem um pouco de ciúme, porque eu sinto que ela é mais apegada a minha mãe, mas a gente nunca foi de tá brigando, briga uma vez ou nunca... né? As minhas irmãs me ajuda muito, a do meio tem um temperamento mais forte, ela é muito na dela, é mais difícil de lidar, mas quanto ao Heitor ela ajuda muito, ela gosta muito dele. A minha mais velha, mora um pouco mais longe, mas eu sei que com ela eu também posso

contar. E, a minha mãe já é velhinha e mora sozinha e aí o Heitor também faz companhia a ela, já chegou até o ponto dela brigar por que eu deixei ele com a outra avó, acredita? Ela fica brava... gosta não... Já teve dia dela ligar demais e dizer que ‘eu também sou vó’, então... do lado da minha mãe eu creio que tá todo mundo feliz (*olhando para o desenho*). A gente tá feliz, tá satisfeito. A gente só tem dificuldade na hora de educar, né? Essas coisas de birra, né? Tem hora que ele faz coisa que você para assim e diz ‘não!’ dá vontade de você chorar, mas... a gente tá feliz, quando senta assim a noite e quando vê ele assim... o amor que a gente já sente, né? Só! A gente tá feliz”.

Nessa última consigna sobre “sua própria família” Luana representa sua mãe, ela, o Heitor, seu marido, todos de mãos dadas e abaixo deles desenha suas duas irmãs também de mãos dadas. Ela verbaliza senso de pertencimento a sua família natural, por meio do vínculo formado e convicção em poder contar com suas demais parentes (mãe e duas irmãs) sempre que precisar. Entretanto, cita ciúme por parte das irmãs, ao mesmo tempo em que, no desenho, as localiza na parte inferior da folha e distante da mãe. Além de, novamente, verbalizar angústia frente a educação do Heitor, mas considerar que com apoio dessas, tem conseguido passar pelas adversidades.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESENHOS

Nas produções de Luana, sua representação de família é demonstrada por meio da família adotiva, desenha e narra histórias tanto da família nuclear quanto da família natural. É demonstrado no inquérito, por meio das verbalizações, o significado de família como: união e apoio em qualquer momento que necessitar. Inicialmente, a família que Luana apresenta inclui seu esposo e filho e, posteriormente, a união desses a figuras que retratam sua mãe e irmãs. Sendo observado na última consigna, no desenho e na história, a existência de uma proximidade afetiva de Luana com sua mãe e ciúmes das irmãs, que aparecem na parte inferior da imagem.

Sobre a adoção, por meio das produções é possível observar o aparecimento do Heitor em todos os desenhos. Heitor é retratado com semblante feliz e sempre próximo aos pais. Na última consiga, em específico, aparece próximo apenas do pai, visto Luana se representar aproximada da mãe. Assim

como, também há retratação de uma nova criança, na segunda consigna, como significado do seu desejo a uma nova adoção.

Dentre os desenhos foi percebido preocupação da Luana, também apontado na entrevista semiestruturada, com a educação do Heitor e ensinamento de limites morais e sociais, de modo protetivo e afetivo. Na consigna “desenhe uma família em que alguém não está bem” a angústia de Luana fica evidente na retratação de uma família terceirizada, como recurso para exemplificação de um modo de funcionamento que não deseja para seu lar. Afirma que, educar uma criança requer equilíbrio entre favorecer os desejos do infante, ao mesmo tempo que ensiná-lo sobre os deveres, de modo que a criança compreenda os limites e regras sociais, que a vida o proporcionará.

b) Família do Emanuel – Bianca (Mãe)

Figura 5 - “Futuro” (Desenhe uma família qualquer)



Ao desenhar apresenta-se confortável e questiona: “Pode ser a minha?” Sendo posto pela pesquisadora que ela pode desenhar o que vier à mente, Bianca inicia.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, você poderia, por favor, contar uma história sobre ele?”

História: “Na verdade... Eu não sei se história, mas é bem o que eu vejo lá no futuro sabe? O Emanuel grande, independente, dando os passos dele... Já que a gente já vê muita independência. A gente como pais, toda vitória que ele tem... a

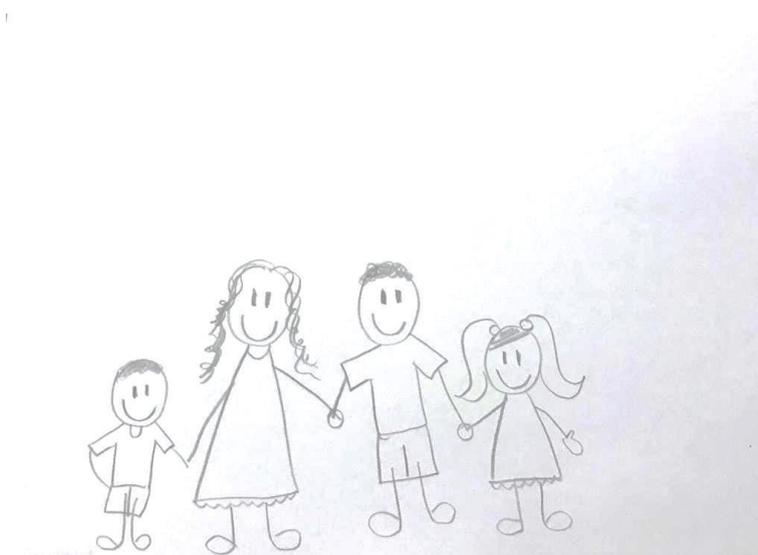
gente agradece a Deus! Porque no começo eu ficava questionando assim: ‘Mô, será que nosso filho vai poder fazer isso?’ e quando a gente vê ele fazendo, a gente sabe que ele vai muito além! Daí, a gente dá uma tranquilidade. Porque a gente imagina assim... A gente é novo, mas e se eu morrer? E meu filho?! E a independência dele?! Mas ao ver a independência dele eu sei que ele vai muito além, ele vai longe! (risos)”.

Pesquisadora (P): “Há mais alguma coisa nessa história?”

Bianca (B): “Não, só isso”.

Observa-se que Bianca representa seu filho, seu esposo e ela. Todos com semblante feliz e proximidade por mãos unidas ou, no caso do João, a mão sobre a cabeça do Emanuel. Na história, verbaliza preocupação para com o desenvolvimento, “independência” do Emanuel, visto sua deficiência física e, claro dependência dos pais. Entretanto, pontua que ele apresenta evoluções diárias, que a acalmam assim como a seu esposo, acreditando que, conforme ele cresce e conta com os cuidados necessários para cada fase de desenvolvimento, tem conseguido e conseguirá realizar atividades sem depender dela e do seu esposo.

Figura 6 - “Realização” (Desenhe uma família que você gostaria de ter)



Ao desenhar apresenta-se com expectativa e sorrisos soltos. Não realiza nenhum tipo de questionamento.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”

História: “É porque assim... eu e meu esposo a gente sempre se imagina! Nossa família maior, a gente conversa... Por ele, ele quer ter mais uns 4! Mas assim, eu já me sinto realizada se vier mais uma menina, pra ter um casal, sabe?”

Pesquisadora (P): “Entendi. Como essas pessoas estão?”

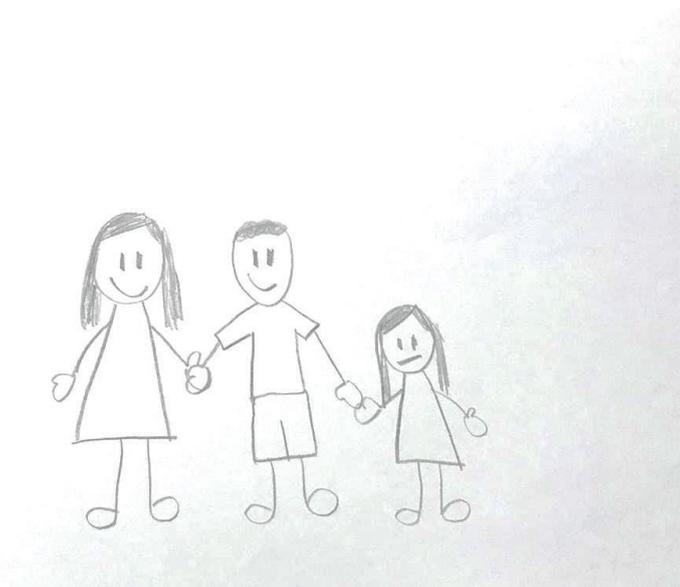
Bianca (B): “Felizes. A gente já é feliz, mas estaria completo”.

Pesquisadora (P): “Você desejaria acrescentar mais alguma coisa sobre sua história?”.

Bianca (B): “Não... tá completo.”

Nessa consigna, Bianca representa Emanuel, ela, o marido e uma filha (que desejam adotar futuramente). Os membros estão de mãos dadas, embora se observa a ausência de mãos entre a mãe e Emanuel, dado que pode ser interpretado como exposição da deficiência do filho, visto que, na primeira consigna ele aparece com as duas mãos ao mesmo tempo em que Bianca verbaliza momentos de independência do filho. Emanuel é representado ao seu lado, demonstrando uma tentativa de aproximação desse, ao mesmo tempo em que, na entrevista semiestruturada, são apontadas as dificuldades dessa aproximação devido a história vivida por Emanuel (relatada na entrevista) com sua genitora biológica, a qual foi transferida para a mãe adotiva. A aproximação no desenho, pode ser indicativo do afeto de Bianca para com a criança, independente das dificuldades, inicialmente, encontradas para produção do vínculo com ele. Também é mencionado uma menina, como perspectiva para uma nova adoção, esta aparece com as duas mãos e uma delas unida a de João, pai do Emanuel. Bianca acredita que a chegada de mais uma menina é suficiente para sua concepção de constituição familiar.

Figura 7 - “Crueldade” (Desenhe uma família em que alguém não está bem)



Antes de iniciar, paralisa e pouco tempo depois questiona: “Qualquer família?”, a pesquisadora afirma que desenhe o que vier à mente. Ela responde: “Difícil!” e inicia.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”.

História: “Ah... quando eu olho pra ele, eu imagino a família biológica do meu filho... Porque por mais que eles já estejam conformados com tudo que aconteceu, eles não questionaram quando ele foi retirado, sobre a irmã. Eu fico me questionando sobre a irmã, sobre um dia ela saber o que aconteceu com o irmão... Ela vai se questionar o porquê que a mãe fez aquilo e talvez ela queira o conhecer ou não... Fico imaginando pra ela como ela vai encarar a pessoa que deu amor pra ela, por que aparentemente ela é bem cuidada, não ter dado amor ao irmão. Então, eu fico a imaginar a confusão na cabeça dessa criança”.

Pesquisadora (P): “Quem são essas pessoas no desenho?”

Bianca (B): *(Responde com sinais de timidez e apontando para cada desenho)* “É a genitora, Alinne... Aqui, o genitor e a irmã do Emanuel”.

Pesquisadora (P): “Como as pessoas do desenho estão?”

Bianca (B): “Eles estão felizes... Por que pra eles não tem sentimento, não tem sentimento de algum rancor... Eu acompanho eles, às vezes, um pouco da vida

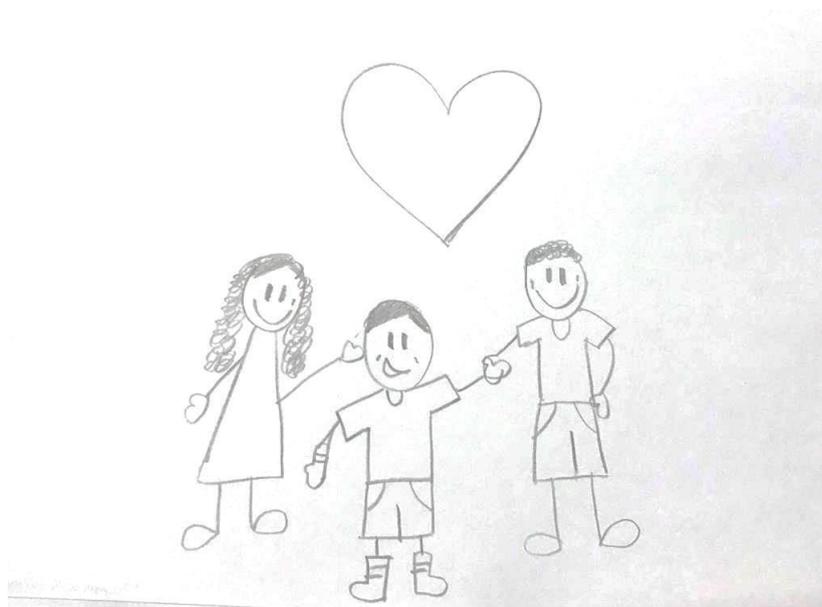
deles... E eles estão bem, aparentemente! A criança está bem (*referindo-se a irmã do Emanuel*), agora! Mas fico preocupada com o futuro, sabe? O que pode se passar na mente dela, de tudo que aconteceu sobre as partes de crueldade. *Silencia*. Pronto, só isso.

Pesquisadora (P): “Há mais alguma coisa nessa história?”

Bianca (B): “Esse desenho foi o que mais me pegou, assim... de todos. Acho que o título dele traduz tudo... Crueldade! Pelos dois lados, sabe? Pelo que ela fez e talvez, pela confusão que vai surgir na cabeça da menina, um dia, que não vai ser mais menina, mas quando ela for jovem”.

Neste momento, Bianca desenha a mãe, o pai e a irmã de Emanuel. O casal aparenta estar feliz, já a irmã, triste. Na história relata sobre sua angústia frente a conjuntura familiar a qual se encontrava Emanuel, assim como a violência sofrida por ele. Narra a diferença de cuidados que entende ter a genitora para com a irmã do Emanuel, pontuando que essa diferença levará a irmã a se questionar sobre as motivações que fizeram a genitora violentar Emanuel. Demonstra preocupação em como a irmã de Emanuel lidará com a história do irmão e da situação de violência infligida pela genitora.

Figura 8 - “Cumprimento de Deus na minha vida” (Desenhe a sua própria família)



Antes de iniciar expõe: “minha própria família, agora!” A pesquisadora

afirma e ela acrescenta, olhando para o papel com risos durante toda a realização do desenho: “vou desenhar meu Emanuel...”.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história”.

História: “Ah... Eu lembro bem assim... o dia que a gente se conheceu, sabe? Que ele chamou o pai de pai, deu assim com a mão (*reproduzindo gesto de abraço*), com esse sorrisinho dele de lado (*discorre olhando para o papel*), que é a coisa mais linda do mundo! Aí foi realmente o cumprimento das promessas de Deus na minha vida! Que se concretizou tudo aquilo que eu pedia a Deus, pelos dias que me ajoelhava e chorava pedindo a Deus... eu desesperada: ‘meu Deus, onde tá? Quando vem?’ Aí foi realmente o dia em que Deus provou pra mim que ele estava no controle de tudo da minha vida!”.

Pesquisadora (P): “Como estão as pessoas do desenho?”

Bianca (B): “Estão felizes da vida” *risos*. “Como somos! Felizes e realizados”. Pesquisadora (P): “Você desejaria acrescentar algo mais?”

Bianca (B): “Não, só isso”.

Na consigna, Bianca retrata sua realização com a chegada do Emanuel. Desenha ela, o Emanuel e o esposo de mãos dadas. Observa-se Emanuel usando botas e órtese em uma das mãos, caracterizando sua deficiência. Na história, apresenta a angústia do período de espera, visto a incerteza de quando receberia seu filho, mas afirmando sua realização com a chegada. Bianca relembra o dia em que foi, junto com seu esposo, buscar Emanuel, na instituição de acolhimento, e o momento de felicidade no encontro, principalmente, com o pai.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESENHOS

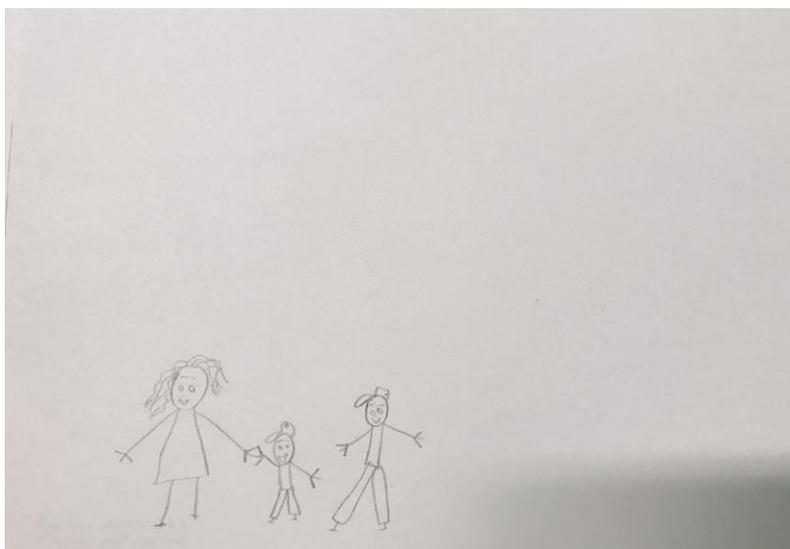
Nas produções da Bianca, sua representação de família é demonstrada por meio da família adotiva, e da família biológica do Emanuel, ambas de modo nuclear. É demonstrado no inquérito, por meio das verbalizações, o significado de família como: cuidado, proteção e segurança. A família que Bianca apresenta na

maioria das consignas incluem seu esposo e filho. Sendo, apenas na consigna que trata sobre “uma família em que alguém não está bem” é que Bianca traz figuras referentes a família biológica do Emanuel.

Sobre a adoção, Bianca em todos os desenhos que menciona seu filho, retrata-o com semblante feliz e com aspectos que demonstrem a deficiência, seja por meio da não existência de algum membro ou própria órtese e botas que a criança utiliza, na vida real. É percebido nas produções uma busca de aproximação afetiva para com a criança, como forma de acolhimento e cuidados, por saber a vivência do Emanuel de situações de violência na família natural. A família natural é retratada então, como expressão da angústia de Bianca a histórico de agressões e existência de uma irmã que, na concepção da participante, é bem tratada pelos pais biológicos, diferente da vivência do Emanuel. No desenho os representantes da mãe e pai biológico aparecem com semblante feliz, enquanto a criança que referencia a irmã biológica do Emanuel, aparece com o semblante triste. Bianca, também demonstra dificuldade em lidar com essa história, na entrevista semiestruturada, acreditando que violentar, de qualquer modo, uma criança é um ato de crueldade.

c) *Família do Emanuel – João (Pai)*

Figura 9 - “A felicidade não está no que tem, mas sim no que vem” (Desenhe uma família qualquer)



Ao iniciar, questiona se o desenho precisa conter pessoas. É orientado a desenhar

o que vier à mente e, então, inicia.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”.

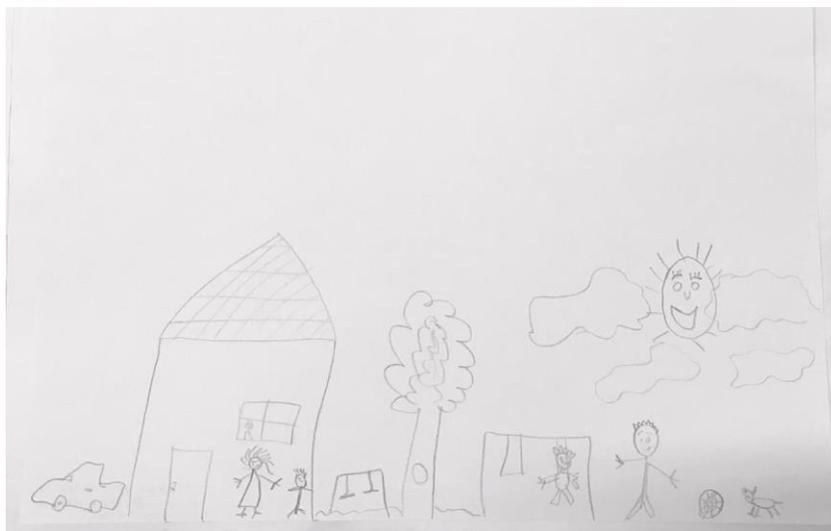
História: “Aqui é uma mãe, um filho e um pai. O pai ficou meio pequeno, mas dá pra entender. Acredito que é eles olhando pro horizonte, pro futuro. E, alegre, feliz com quem está e com o que está vendo e o que vai vê futuramente”.

Pesquisadora (P): “Você gostaria de falar algo mais sobre essa história?”

João (J): “Não, só isso”.

Inicialmente, na primeira consigna, João desenha uma figura feminina, masculina e de uma criança, intitulado-os como uma mãe, um filho e um pai, não os nomeia. Mãe e filho estão de mãos dadas, estando o pai distante dos demais. João afirma que todos estão alegres e felizes por estarem juntos, além de sentirem expectativa com o que o futuro poderá os ofertar. O título “a felicidade não está no que tem, mas no que vem”, assim como a presença de perspectiva com o que poderá acontecer, demonstram um distanciamento de João com a atualidade e uma persistência nas possibilidades do amanhã.

Figura 10 - “O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã”
(Desenhe uma família que você gostaria de ter)



Ao iniciar, questiona novamente se o desenho precisa conter pessoas. É

orientado a desenhar o que vier à mente e então inicia.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”.

História: “É uma família que tá feliz, feliz né? O pai, a mãe convivendo com seus filhos, um cachorrinho, criança jogando bola... criança se balançando no balanço, e... eu acredito assim: quando a família tá feliz até o sol fica feliz com aquela família, com aquele amor, aquele afeto de cada um. A felicidade, né?”

Pesquisadora (P): “Você desejaria relatar algo mais sobre essa história?”

João (J): “Não, só isso”.

Na segunda consigna, João intitula o desenho com: “o choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã”, apontando ser o outro dia responsável pela melhora para um dia difícil. O desenho é permeado por uma casa, carro, um cachorro, aspectos naturais, como: sol, árvores e nuvens; espaço de lazer para crianças e uma bola de futebol. Há a presença de quatro pessoas, que são intituladas, por João, como: pai, mãe e duas crianças, em momento de lazer. Expressa, na narrativa, que a felicidade da família impacta nas outras coisas existentes no mundo, demonstrando essa percepção, mediante a utilização do desenho, em que o sol aparece com expressão de felicidade. O título “o choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã” aparece distanciado do expresso no desenho e história e, assim como na primeira consigna, responsabiliza o futuro como momento que oportunizará amenizar dificuldades ou angústias do presente.

Figura 11 - “Fazer primeiro em casa, para poder fazer fora” (Desenhe uma família em que alguém não está bem)



Antes de iniciar, João passa minutos em silêncio olhando para o papel em branco.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”.

História: “Aqui é uma pessoa (*apontando para o primeiro desenho à esquerda*), uma pessoa que tem... bem de vida, né? Como se fosse, tipo, um empresário. Aqui, uma criança (*apontando para o desenho menor*) como se tivesse querendo um brinquedo... Eu tentei fazer uma criança que tá triste e um carro com uma pessoa feliz dentro. A criança tá triste por que vê outras crianças ganhando presente e infelizmente não tem a sorte de ter, né? Aí fica triste com a situação de não ter ninguém pra presenteá-la”.

Pesquisadora (P): “O que essa história significa pra você?”

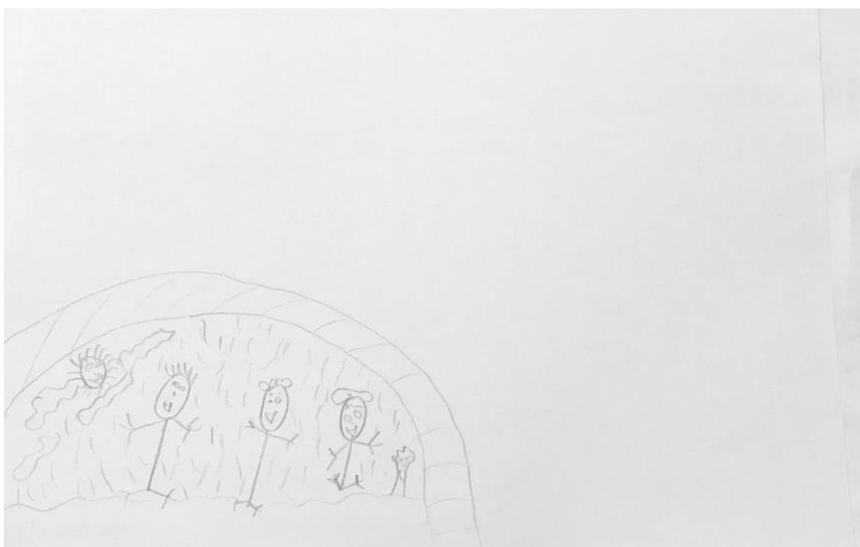
João (J): “Significa que... a maioria da minha infância, todas às vezes que eu queria alguma coisa e eu não tinha condição. Desde criança, desde os meus 9 anos, eu tinha que trabalhar pra poder ter minhas coisas, né? Meu pai e minha mãe nunca teve condição de saúde pra dar o que eu queria e o que hoje eu tenho e posso conseguir. E, representa várias coisas. *Silencia e começa a chorar*. Para pensar e analisar como eu era antes para o que eu posso ser agora, é totalmente diferente”.

Pesquisadora (P): “Quem são essas pessoas na foto?”

João (J): *Silencia e volta a chorar, passando alguns minutos em silêncio. Após, Olhando para o desenho: “Meu pai, minha mãe... Meu pai... A gente nunca teve, estamos tendo hoje um contato totalmente agradável, de união, de saudade. A criança... representa muitas vezes eu, né? Representou muitas vezes!” Silencia. “Pronto, só isso”.*

João, nessa consigna, desenha um homem, uma mulher, duas crianças e uma pessoa dentro de um carro. Uma das crianças recebe um brinquedo, enquanto outra demonstra tristeza ao observá-la recebendo. Inicialmente, narra a história sem nomeá-la, demonstrando distanciamento da narrativa. Entretanto, após intervenção, personifica a si. Na narração, João verbaliza sua insatisfação memorando sua infância e as dificuldades sociais que vivenciou e como compreende, na atualidade, o impacto dessas em sua subjetividade. João relata que precisou trabalhar na infância para que tivesse acesso aos brinquedos que, socioeconomicamente, seus pais não tinham condições de o presentear. Assim como, relata que uma relação afetuosa com sua família natural era inexistente, diferente dos dias atuais que destaca como sendo agradável e de união. Intitula a produção como “fazer primeiro em casa, para poder fazer fora” sendo, novamente, um título distante da narração e produção do desenho.

Figura 12 - “Gratidão a Deus” (Desenhe a sua própria família)



Ao ser dispensado o comando para iniciar o desenho, começa de forma instantânea.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor,

você contasse uma história sobre ele”.

História: “É... um arco íris. Um arco íris, um sol e uma família feliz, alegre, contente. Representa a minha família, hoje. Hoje nós só temos felicidade e eu tenho muito a agradecer a Deus. Nossa família hoje é completa e vai se completar cada vez mais e só alegria, alegria mesmo... Só gratidão a Deus”.

Pesquisadora (P): “Como estão as pessoas do desenho?”

João (J): “Estão felizes com a vida” *risos*. Dançando até na chuva. Pesquisadora (P): “Você desejaria relatar algo mais?”

João (J): “Não, tá bom”.

Nesse momento, João desenha aspectos da natureza como: sol, arco íris, chuva e uma árvore; três pessoas, as quais intitula como: sua família, na atualidade. Afirma que todos os presentes estão felizes e dançando. Pontua que sua família está completa, mas que deseja mais alegria para a convivência entre eles. Aponta se sentir completo e agradecido pela família que tem. O título dado é “gratidão a Deus”, sendo dentre todas as consignas a nomenclatura que mais se aproximou da produção e narração. Observa-se que o desenho é produzido no canto inferior e lateral do papel, quase saindo da folha, demonstrando distanciamento da produção.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESENHOS

Nas produções do João, sua representação de família é demonstrada por meio de um modelo de família nuclear. Sendo nas narrativas encontrados aspectos que relacionam as produções a sua família natural e família adotiva. Sua concepção de família é compreendida como lugar de felicidade, proteção e apoio.

Entretanto, na consigna que trata sobre “uma família em que alguém não está bem” é percebido dificuldades do João em lidar com sua história familiar, diante de situações de trabalho infantil e falta de afeto. Assim como, nas demais consignas a figura que é intitulada como “pai” está sempre distante das demais pessoas desenhadas. Na primeira consigna, a figura materna e o filho estão de mãos unidas, mas a figura paterna está distante. Na segunda consigna, a mãe está próxima de uma das crianças e o pai distante de todos. E, na última consigna é

retratada uma família no canto inferior e lateral do papel, quase saindo da folha, o que talvez aponte para uma dificuldade de lidar com a sua atual situação familiar.

Em nenhum dos desenhos o nome de Emanuel é citado, mas a concepção de filho e infância aparecem como necessária de cuidados, amor, afeto e lazer. Além disso, nos títulos das produções João apresenta distanciamento desse relacionado ao que desenhou e narrou. As nomenclaturas apresentam ligação com o futuro e distanciamento do momento presente, esse movimento parece apontar para uma crença de João de o futuro poderá auxiliar a minimizar suas dificuldades, preocupações e/ou sofrimentos do presente.

O distanciamento percebido nos desenhos produzidos por João também é presente na entrevista semiestruturada, mediante verbalizações do processo de adaptação a chegada da criança, como: mudanças necessárias na rotina do casal; a deficiência física do Emanuel, inicialmente não aceita por João e o impacto do primeiro encontro, em que a criança demonstrou apego imediato a esse, visto ser uma figura masculina, diante do histórico de violências sofridas pela suposta agressora (mãe biológica). Entretanto, na entrevista, João também relatou sua busca em cada vez mais estar próximo do filho, adaptar-se as necessidades dele e a nova realidade que engendra o exercício da parentalidade.

d) Família da Clara e Yasmin – Cris (Mãe)

Figura 13 - “Curtindo Juntos” (Desenhe uma família qualquer)



Ao desenhar apresenta-se confortável, não realiza nenhum questionamento. Inicia.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, você poderia, por favor,

contar uma história sobre ele?”

História: “É... Fazer as coisas juntos, brincar juntos, passear juntos, vivenciar as coisas boas ou ruins juntos. Sempre a união de buscar fazer tudo juntos, fazer festa, ir às compras... Quando não pode estar todos os quatro, mas sempre tem! Sempre fazer com que a gente participe um da vida do outro, para que possa vivenciar trabalho, diversão, passeios. Enquanto estivermos vivendo juntos, será importante estar junto”.

Pesquisadora (P): “Quem são as pessoas do desenho?”

Cris (Cris): “A minha família, né? Papai, mamãe e minhas duas pequenas”.

Pesquisadora (P): “Como eles estão?”

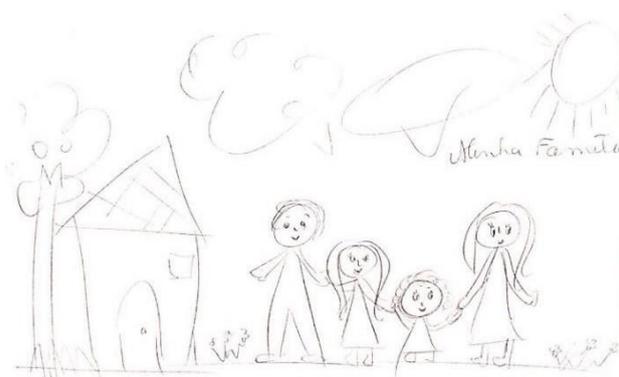
Cris (P): “Felizes.”

Pesquisadora (P): “Mais alguma coisa?”

(C): “Não”.

Na primeira consigna, Cris desenha uma figura que representa sua família: uma figura masculina, outra feminina e duas crianças, todos de mãos dadas. Além disso, acrescenta aspectos naturais, como: sol, nuvens, árvore com frutos e flores. Afirma que todos os presentes estão felizes. Intitula como: “curtindo juntos” e narra sua busca em sempre mantê-los unidos, assim como, busca exercer atividades que possam sempre ser vivenciadas por todos os membros. Demonstrando interesse em mantê-los próximos.

Figura 14 - “Minha família” (Desenhe uma família que você gostaria de ter)



Ao iniciar, questiona e se responde: “É a mesma? É a mesma! Irei fazer o mesmo desenho”.

História: “Uma família: papai, mamãe e filhas, né? É... um ambiente familiar como um todo, a casa como base, que é onde a gente convive no dia a dia, sempre presente de coisas boas, da natureza, né? O sol que é o iniciar de todo dia, nosso início diário, da vida da gente. É isso (*risos*)”.

Pesquisadora (P): “Você gostaria de falar algo a mais sobre essa história?”

Cris (Cris): “Não”.

Cris, novamente, desenha seu esposo, as filhas, ela, todos de mãos dadas e aspectos da natureza como: sol, nuvens, árvore e flores. Neste momento, acrescenta uma casa como representação de convívio e base para as relações familiares e espaço para vivenciar coisas boas. Intitula como “minha família” e cita o sol como uma metáfora a oportunidade do recomeço e oportunidade diária, de viver.

Figura 15 - “As apreensões do cotidiano” (Desenhe uma família em que alguém não está bem)



Não há nenhuma verbalização inicial.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”.

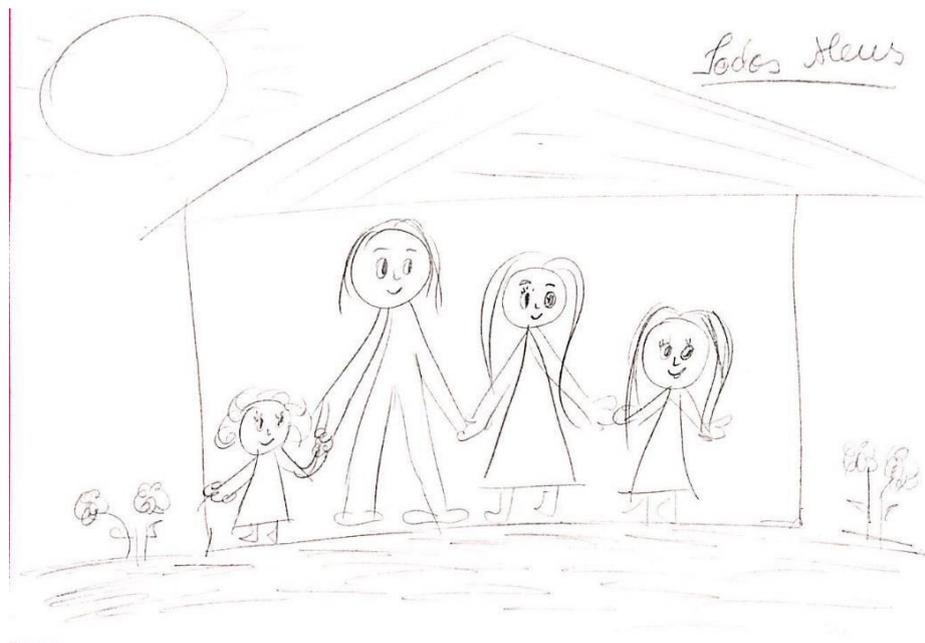
História: “É a família, que apesar de feliz, estruturada... tal! Mas assim, a mãe sempre na apreensão de estar conseguindo fazer o melhor, de estar dando tudo que precisa, as dúvidas de estar no caminho certo, na forma correta, né? De tentar sempre manter o equilíbrio em tudo, de ser maleável e de ter o poder, ao mesmo tempo, de manter as decisões. E, que ao mesmo tempo saiba o que é melhor naquele momento. E... pensar no amanhã, no hoje, nas aflições do dia a dia, cotidiano. Dum todo, em si” (*Mostrando desconforto ao verbalizar sobre a temática*).

Pesquisadora (P): “Deseja falar mais alguma coisa?”

Cris (Cris): “Não”.

Neste momento, Cris intitula o desenho como “as apreensões do cotidiano”. Desenha uma casa, uma figura masculina e três femininas todos de mãos dadas. Não nomeia os membros do desenho e relaciona a uma mãe, a única figura com semblante triste. Narra essa mãe citada com retratação de preocupação em estar desempenhando sua função parental de modo satisfatório, por meio do equilíbrio e do respeito entre os membros.

Figura 16 - “Todos meus” (Desenhe a sua própria família)



Antes de iniciar a pergunta: “De novo?” (*risos*). A pesquisadora relata que o caso Cris deseja finalizar o procedimento, sinalize. Expondo que essa é a última consigna. A entrevistada expõe que não (deseja finalizar) e inicia o desenho.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”.

Cris (C): “Uma família, a minha família, a família que eu idealizei, né? Como sempre imaginei: um marido, duas crianças, harmonia, convivência, né? Os filhos e o companheirismo. É isso aí”.

Nesse desenho e narrativa, Cris continua a vincular sua representação de família a seu esposo e filhas, entendendo-os como realização de seu ideal de harmonia, convívio e companheirismo. Nesta consigna, eles aparecem dentro de uma casa, todos de mãos dadas. Na ordem do desenho está: uma filha, seu esposo, ela e a outra filha, demonstrando proximidade afetiva entre todos os membros da família.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESENHOS

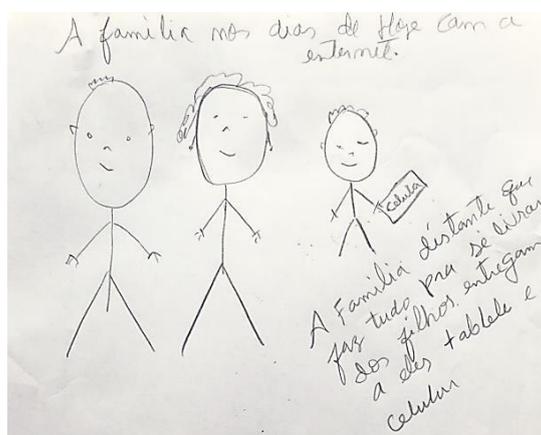
Nas produções da Cris, sua representação de família é demonstrada por meio de um modelo de família nuclear. Sendo nas narrativas encontrados aspectos que relacionam as produções a sua família adotiva. Sua concepção de família é

compreendida como espaço de felicidade, união e amor.

Cris também expressa aspectos da natureza e uma casa como simbolismo de afeto, lazer e união. Suas filhas aparecem em todos os desenhos com semblantes felizes e com narrativas de amor e cuidado. No entanto, Cris se representa na consigna em que “alguém não está bem”, mediante a angústia que retrata sentir para com a educação das suas filhas. Esse relato também se mostrou presente na entrevista semiestruturada, por meio da observação feita de sua rotina de trabalho gerar distanciamento do cotidiano educacional das crianças. Aponta sentir medo de como seu papel materno está sendo desempenhado, ainda que entenda que sua responsabilidade afetiva e educacional é de acordo com suas possibilidades.

e) *Família do Vinicius – Eduardo (Pai)*

Figura 17 - “A Família nos dias de hoje, com a internet” (Desenhe uma família qualquer)



Ao desenhar apresenta-se confortável e questiona: “pode ser com lápis? Precisa pintar?” Sendo posto pela pesquisadora que ele pode desenhar o que vier à mente, ele afirma “vou desenhar uma figurinha” (SIC).

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, você poderia, por favor, contar uma história sobre ele?”

História: “Desenhei o pai, a mãe, a criança um pouco distante (*apontando respectivamente para o desenho*) um telefone, criança de dois/três anos... Eu vejo muito isso! Os pais entregam o telefone, um tablet para os filhos, para se livrar! Mas isso não é bom! A criança precisa estar ao lado dos pais, no dia a dia, se o pai

tá lavando um prato a criança tá ao lado brincando... Acabou aquilo de antigamente, que era como minha mãe me criou, que a mãe só faltava amarrar o filho no pé da mesa pra ele estar onde ela estava, não tinha nem brinquedo! Que a pobreza era grande. Feliz de quem tinha um carrinho pra brincar, mas a gente se divertia! Os pais eram mais presentes na vida dos filhos, tinha mais possibilidade de se transformar em um ser humano bom. Hoje não, por conta dessas coisas, telefone, tablet, essas coisas. Tudo bem que tenha uma hora, mas o lazer, tirando uma hora por dia e deixando a criança usar. Lá em casa eu deixo, mas eu digo: ‘uma hora você vai brincar com isso aqui, mas outra hora você vai brincar com o brinquedo e vai brincar comigo, com sua mãe e com quem estiver! Eu acho mais importante, mas a maioria dos pais, hoje, não é assim’.

Pesquisadora (P): Entendi, há mais alguma coisa
nessa história?” Eduardo (E): “Não, só isso”.

Ao ser apresentada a consigna, Eduardo retrata no desenho um pai, uma mãe, uma criança e um celular. Narra uma família vinculada ao seu momento histórico, social e cultural, demonstrando suas angústias frente as relações familiares em épocas de disseminação tecnológica. Na narrativa, terceiriza o relato, buscando expor sua concepção sobre as consequências do uso exacerbado da internet nas relações interpessoais, principalmente em conjuntura familiar, mediante comparações com sua vivência infantil. Analisa as diversidades da condição socioeconômica de cada época e a diferença entre os modos de brincadeira infantil. Aponta o modelo educacional que adota com Vinicius, afirmando que em seu processo educacional, busca oportunizar horário para todas as atividades inerentes a infância. E, entende que o momento do brincar infantil precisa de interação com todos os membros da família. Portanto, adota esses momentos com sua esposa e Vinicius, por considerar que esses espaços são importantes para o desenvolvimento do vínculo e, do próprio Vinicius.

Figura 18 - “A Minha família” (Desenhe uma família que você gostaria de ter)



Ao desenhar apresenta-se com sorriso solto, e questiona: “a minha? Os pais e os filhos?” A pesquisadora pontua que desenhe o que vier à mente. Inicia.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”

História: “É uma história feliz. Às vezes, as histórias não têm final feliz, mas espero que tenha! Eu, minha esposa, a outra menininha (*a qual pretende adotar*) e o Vinícius (*narra apontando para o papel*), nossa empresa (*nomenclatura borrada por questões éticas, deste trabalho*), a gente ficando velhinhos e eles todos aqui perto de mim! Eu queria... Quero isso! Eu não queria que eles se distanciassem, fossem morar em outro lugar, em outro país, mas... se eles quiserem, né? Porque eu fui criado muito distante, a família está aqui do lado (*referindo-se à proximidade entre cidades*), mas é muito distante... não se está presente. Queria que ele ficasse pertinho de mim! Até a casa! Se dependesse de mim, a minha casa seria aqui (*narra apontando para o papel*) e a dele seria pertinho, mas não sei se vai ser o que eles querem!”

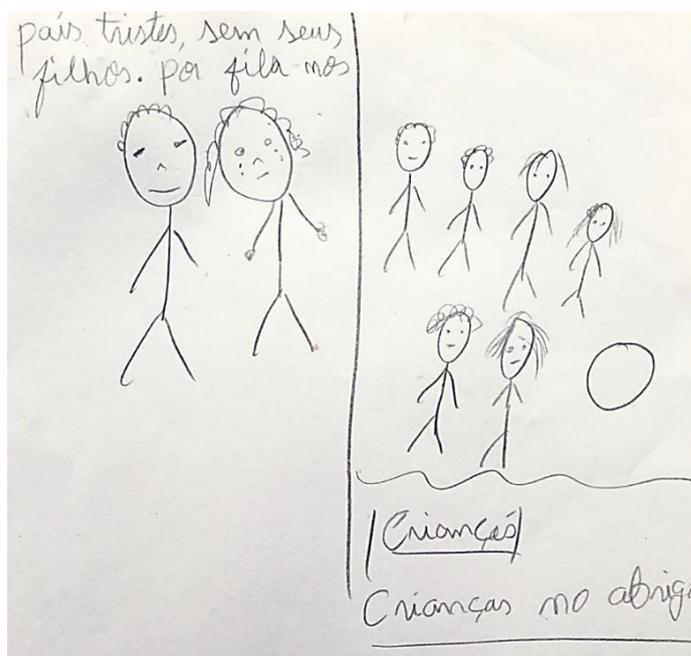
Pesquisadora (P): “Você desejaria acrescentar mais alguma coisa sobre essa história?”.

Eduardo (E): “Não... só isso.”

Ao tratar sobre essa consigna, Eduardo desenha sua representação de família vinculada a sua esposa, Vinicius e um novo membro familiar: uma menina (a qual cita na entrevista como uma nova adoção) e um prédio que simboliza sua

empresa (*nomenclatura borrada por questões éticas, deste trabalho*). Eduardo relata ter vivenciado a saída de casa cedo e, na atualidade, ser empresário. Os impactos emocionais da saída do lar natural são manifestados pela verbalização do desejo que seus filhos morem, futuramente, próximo a ele. Ainda que, racionalizando a ciência de que seus filhos terão próprias decisões.

Figura 19 - “Pais tristes por seus filhos estarem no abrigo” (Desenhe uma família em que alguém não está bem)



Antes de iniciar, silencia. Não realiza nenhum questionamento.

Pesquisadora (P): “Diante do desenho que você fez, eu gostaria que, por favor, você contasse uma história sobre ele”.

História: “Aqui são pais tristes por seus filhos, pela demora na fila, aqui eu coloquei: dois pais, um abrigo com várias crianças brincando. Então, os pais estão tristes, por que as crianças poderão estar do lado de cá, brincando com eles (*narra apontando para o papel*), às vezes são pais em que um ou outro não pode ter filho, às vezes são alguns que tentam, mas não vem e quer adotar. Eu acho que essa família está triste! A família que perdeu o filho, por fazer coisas erradas, por deixar... essa família não fica triste! Na minha concepção, porque se elas ficassem tristes, elas não deixariam os filhos na rua, abandonados, a ponto de ser maltratado, de alguém fazer algum mal pra eles, até a intervenção do conselho

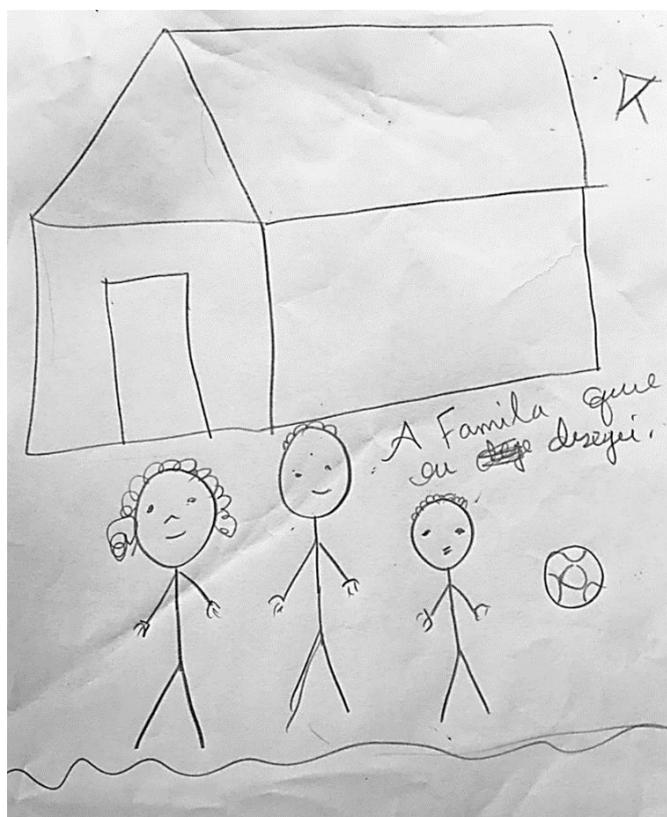
tutelar! Porque se um pai sai pras baladas, sai pra se prostituir e deixa seus filhos, ela não tem amor a eles. Então, essas pessoas não vão sentir falta deles, porque a natureza dela é assim! Sabe lá Deus o que vai ser dessas crianças. Eu acho que deveria pegar, estudar o caso psicologicamente, com uma psicóloga boa, pra ver se aquela pessoa tem condições psicológicas de dar uma boa educação para aqueles filhos, porque a maioria dessas pessoas não dão não! Eu vejo! Por isso, o mundo tá do jeito que tá, mais bandido, mais pessoas se drogando, mais tráfico, no meu ponto de vista, por conta disso! Porque cria os filhos na rua, vai aparecer pai pra eles... o crime! Às vezes uma criança com 6; 7; 8 anos, aquela pessoa explora ele pra usar droga, vender e dar uma arma. Esse é o mundo que ele vai conhecer! Já que a mãe e o pai não tá nem aí. Eu acho que deveria ser pego, estudado! E, ter mais pessoas capacitadas pra tá orientando isso... o pessoal do serviço social, psicólogos, uma junta profissional pra estudar cada caso e vê se realmente vale a pena voltar pra os pais, por que tem muitos pais aí querendo dar amor e carinho pra os filhos, mas não tem... Por que voltar pra um pai e uma mãe que não tem condição de dar amor e carinho pra esses filhos, só por que é pai? Eu não acho justo não! (*mostrando-se desconfortável com o conteúdo expressado*). O governo é o maior culpado! Porque, às vezes, o abrigo fica lotado, o conselho tutelar faz o trabalho deles, leva pra os abrigos, mas não tem equipe pra fazer um estudo completo pra saber se aquela criança pode voltar pra os pais verdadeiros, aí ficam muito tempo lá. Tem muitos pais na fila, tem muitos pais querendo adotar, mas como se passam anos, alguns desistem”.

Pesquisadora (P): “Compreendi”.

Neste momento, Eduardo desenha suas percepções sobre famílias vinculadas a adoção, sob duas conjunturas desse processo. Projeta um casal triste, entendendo esse sentimento como daqueles que aguardam pela concretização jurídica da adoção. E, desenha crianças que estão em situação de acolhimento institucional fazendo menção na narrativa, sobre os familiares naturais dessas. Eduardo, mais uma vez, traz concepções críticas sobre a conjuntura social, entendendo o processo de institucionalização de crianças e adolescentes, decorrentes de negligência e abandono, como engendrado numa conjuntura social e política que precisa da intervenção estatal. Além de, em sua concepção, as violências serem decorrentes da falta de responsabilidade dos pais biológicos e do

governo. E, aponta que para que se possa minimizar a situação é necessário contar com profissionais da Psicologia, enquanto ciência e profissão, visto por ele como capaz de compreender psicologicamente o momento desses pais e o impacto das vulnerabilidades no desenvolvimento infanto juvenil. Assim como, assinala que a Psicologia em união ao Serviço Social é capaz de auxiliar na superação da violência que perpassam as famílias das crianças que chegam a instituições de acolhimento. Desse modo, na visão do Eduardo, seria possível a existência de uma redução nos números de infantes institucionalizados.

Figura 20 - “A família que eu desejei” (Desenhe a sua própria família)



Antes de iniciar, questiona: “a minha? Os meus filhos?” É informado que desenhe o que desejar. Compreende e inicia.

Pesquisadora: “Diante desse desenho, olhando pra ele, eu gostaria que você me contasse uma história sobre ele”.

História: “Eu botei minha casa, porque a família, não é que, quem não tenha sua casa não seja, mas a família precisa ter sua base, sua casa, seu alimento. Quando eu fui criança, eu comecei a trabalhar com 7 anos, meu pai me dava comida, mas a

gente precisava trabalhar, estudar, já que ele não podia colocar trabalhador na roça. E, quando a gente trabalhava na nossa, terminava e tinha que ir pra do vizinho, pra esse dinheiro ser nosso. Desde cedo eu fui uma pessoa ambiciosa, no bom sentido, de querer o meu melhor, de querer o melhor pra mim. Um exemplo, nós tínhamos serviço pra dois meses, a gente terminava e ia pra roça do vizinho e minha mãe não pegava naquele dinheiro, que a gente ganhava do vizinho, ficava pra gente. Isso, a gente comprava o material escolar que a gente queria uma roupa. O dinheiro que a gente ganhava em casa, era só pra comer. Então eu penso nisso pra eles, né? Que eles não precisem trabalhar com 7 anos (*referindo-se aos filhos que deseja*), que nem eu, que eles consigam estudar, pra mais tarde não dizer que não se formou por que precisou trabalhar, não fazer como eu que não tenho uma faculdade terminada por que comecei a trabalhar cedo e estudar e trabalhar não é fácil e eu optei só por trabalhar. Não terminei minha faculdade, mas pretendo terminar. Quero fazer com que eles tenham tudo que não tive. E, que foque nos estudos, se profissionalize, pra amanhã ter algo. Que não se esforce, não precise trabalhar tanto como eu aqui”.

Pesquisadora (P): “Quem são e como estão as pessoas do desenho?”

Eduardo (E): “Eu, minha esposa e o Vinícius... e uma bola! Pois, ele gosta muito de bola. Estamos felizes!”.

Nessa consigna, Eduardo retrata como família sua esposa, ele e seu filho. Além disso, projeta uma casa, a qual, na narrativa se apresenta como símbolo de base para construção familiar. Ao mesmo tempo em que retrata sua família, Eduardo, na contação da história, traz memórias sobre sua infância. Relata que sofreu exposição ao trabalho infantil para que pudesse comprar materiais escolares, roupas, brinquedos, entre outros suprimentos para auxiliar aos pais, nos custos domésticos. Na narração, verbaliza sua insatisfação com as dificuldades financeiras que vivenciou e entende que essa experiência impactou na sua vida, pois não conseguiu concluir os estudos (faculdade). Assim como, afirma que ter passado por essas dificuldades o oportunizou adquirir habilidades, como senso de responsabilidade, de forma precoce. Significa esse processo como algo que não deseja para seus filhos e se coloca como responsável para com os recursos financeiros e afetivos que esses venham precisar, no seu

desenvolvimento enquanto pessoal e profissional.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESENHOS

Nas produções do Eduardo, sua representação de família é demonstrada por meio de um modelo de família nuclear. Sendo nas narrativas encontrados aspectos que relacionam as produções a sua família natural e família adotiva. Sua concepção de família é compreendida como lugar de apoio, educação e cuidados.

Em todas as produções Eduardo demonstra percepção crítica sobre a realidade social, histórica e cultural ao qual está inserido. Sua preocupação com a produção de vínculo, cuidados e amor dentro da instituição família, se faz muito presente. Seu filho aparece em dois desenhos, junto a sua esposa. Dentre esses, aparece uma criança que representa uma nova adoção, a qual deseja. A experiência da adoção aparece como representação de amor e angústia com a realidade das instituições de acolhimento. Assim como, aos sofrimentos que levam uma criança ou adolescente sair do núcleo familiar natural.

Eduardo percebe a família como um espaço de responsabilidade com o desenvolvimento físico, emocional e afetivo. E, para tanto, afirma que ressignificou suas dificuldades familiares, no desejo de adotar e educar alguém que, *a posteriori*, vivenciou algum tipo de sofrimento. Entretanto, demonstra dificuldades em lidar com distanciamento do seu filho e da filha que vier a adotar. Visto que, para ele, o distanciamento precoce, dos seus pais, ainda que o tenha feito adquirir habilidades, como o senso de responsabilidade, gerou saudade e momentos de tristeza por estar longe de casa.

5.5.1 Discussão dos Desenhos de Família com Estórias

Nos desenhos e narrativas de todos os pais, foi possível observar que a adoção apareceu como um entre diversos modos de constituição familiar. Além de, conteúdos que despertaram sentimentos de angústias, dificuldades, felicidade ou realizações, de acordo com cada experiência vivida. Nesse sentido, serão trazidos elementos que buscam compreender as particularidades de cada caso.

Luana, mãe do Heitor, manifesta angústia para com o processo educacional de seu filho. O conteúdo aparece durante a narrativa das histórias, nas três primeiras consignas, implicados na verbalização de uma perspectiva de como deve ser educada uma criança, ao mesmo tempo em que aponta dificuldade em se reconhecer como mãe, diante das adversidades do cotidiano, como: mudanças na rotina, conseguir compreendê-lo, mediante comportamentos peculiares a crianças que vivenciaram processo de institucionalização, dentre outras aprendizagens e modificações necessárias para conseguir dar conta das necessidades que Heitor apresentava. No campo da adoção, Araújo (2017) aponta que o ato de adotar inicia com uma perspectiva idealizada do filho que virá, o qual será substituído pelo filho real, quando a adoção se concretiza. Segundo a autora (2017) é, nesse momento, que emergem as dificuldades em se reconhecer enquanto mãe e/ou reconhecer a criança enquanto filho. Assim como, surgem dúvidas sobre estar ou não educando positivamente a criança que chega. As necessidades do bebê emergem como um desafio que, segundo Winnicott (1957/2005), precisam ser reconhecidas pela mãe. Se essa mãe consegue desempenhar sua função de se adaptar e auxiliar as demandas que esse bebê apresenta, estará desempenhando seu papel de modo suficientemente bom para que seu filho se constitua enquanto pessoa.

Luana, em sua quarta consigna, ao expressar, novamente, sua angústia e insegurança para com o ato de educar uma criança, traz no desenho sua mãe e irmãs, narrando serem sua figura de apoio para dar assistência as necessidades que Heitor demanda. O que vai ao encontro da proposta teórica de Winnicott (1960/2005), quando o autor entende que para a mãe suficientemente boa poder suprir as necessidades do filho, ela necessita de apoio para lidar com seus medos e

crenças. No caso da Luana, além das figuras parentais citadas, seu esposo também aparece, na entrevista semiestruturada, como auxiliar nos cuidados precisos para com Heitor.

Assim como Luana, Cris, mãe da Clara e Yasmin, também demonstrou, na terceira consigna, preocupação com os cuidados que despense para com suas filhas. Cris intitula o desenho como “as apreensões do cotidiano”, desenhando uma casa, uma figura masculina e três femininas. Não nomeia os membros do desenho e relaciona a figura feminina, a uma mãe, sendo essa a única figura com semblante triste. Discorre que essa mãe se encontra triste, pois se preocupa com seu desempenho em estar realizando ou não de modo satisfatório sua função maternal.

Ainda sobre as produções da Luana, ela afirma por meio da história da primeira consigna, que a chegada do seu filho teve um impacto positivo em seu amadurecimento pessoal. Situação que a levou pensar, junto com seu esposo, em uma nova adoção. Nesta pesquisa esse dado se mostrou presente não só no caso de Luana, mas em todos os casos. Bianca, João e Eduardo também mencionaram em seus desenhos e/ou narrações a possibilidade de uma nova adoção. Assim como, Cris entendeu que sua segunda adoção ocorreu, por ter tido uma experiência positiva no primeiro processo. De acordo com Piccinini et al. (2007) a chegada de um novo membro familiar pode gerar impactos diferentes da experiência de cuidados e afeto, com o primogênito. Visto que, a rotina que antes era apenas do casal, conta com um terceiro membro: o primeiro filho, o qual também será impactado com a chegada de outro membro familiar. Portanto, os autores (2007) orientam que os casais estejam preparados para lidar não apenas com as novas exigências de modificação na rotina, mas em acolher e acompanhar o filho que chegou primeiro.

Cris apresenta em seus desenhos e narrativas sua satisfação para com a adoção. Em todas as consignas retratou seu esposo e filhas, representando sua família. Na primeira consigna, narrou sua busca em sempre mantê-los unidos, assim como, exercer atividades que possam sempre ser vivenciadas por todos os membros. Demonstrando interesse em mantê-los próximos. Na segunda consigna, acrescenta uma como símbolo de base para relação familiar e espaço para

momentos de convívio e afetividade. Na quarta consigna, representa sua família como harmonia, convívio e companheirismo.

Os pais do Emanuel, Bianca e João, retratam essa experiência nas consignas. Bianca, em sua primeira consigna, representa seu filho e esposo, verbalizando preocupação para com o desenvolvimento do Emanuel, visto sua deficiência física. Na terceira consigna, traz conteúdos vinculados ao sentimento de angústia frente a conjuntura familiar a qual se encontrava Emanuel, assim como a violência sofrida por ele. Emanuel não aparece no desenho, mas uma criança com fisionomia que retrata tristeza, representa sua irmã. Assim como, um casal foi citado, com fisionomia feliz, por Bianca, entendendo como representação dos pais biológicos do Emanuel. Narra a diferença de cuidados que entende ter a genitora para com a irmã do Emanuel, pontuando que essa diferença levará a irmã a se questionar sobre as motivações que fizeram a genitora violentar Emanuel. Demonstra preocupação em como a irmã de Emanuel lidará com a história de vida desse e da situação de violência ocorrida para com a genitora. Ao mesmo tempo, Bianca expressa dificuldades em lidar com essa diferença de cuidados que a genitora dispensou. O que, de certa forma, demonstra sua tentativa em compreender as motivações dessa diferença. Nesse sentido, pensar um espaço psicoterapêutico, possa auxiliar Bianca a (re)significar os conteúdos que a incomodam.

Contudo, Bianca, na primeira consigna narra que, as evoluções diárias do Emanuel, a acalmam assim como a seu esposo, acreditando que, conforme ele cresce e conta com os cuidados necessários para cada fase de desenvolvimento, tem conseguido e conseguirá atingir a autonomia. De acordo com Nunes (2010), familiares de crianças com deficiência, comumente, apresentam medo das situações que ela possa vir a enfrentar sozinha, e, portanto, acabam a protegendo de situações que a coloquem em fragilidade. Desse modo, a educação além de buscar ensinar habilidades comuns a todas as crianças, como a autonomia, enfoca modos de enfrentamento a possíveis preconceitos que ela possa vivenciar.

Nessa perspectiva Winnicott (1955/2008) ressalta a importância do novo lar ser estável e contínuo para que assegure um bom desenvolvimento a criança. E, torne a adoção uma experiência positiva a todos os envolvidos. O desafio, no

entanto, será essa nova família oferecer esse ambiente seguro e estável que auxilie no amadurecimento desse infante, por meio de assistência as necessidades que ele apresentar, identificação emocional com essa criança e auxílio em seu contato com sua própria história, de modo que conforme ela se desenvolva, crie sua própria visão sobre as coisas que a cercam.

Além desses conteúdos, Bianca, em sua quarta consigna, narra insatisfação com a espera própria ao processo de adoção, aponta ser um período de incerteza e moroso. Huber e Siqueira (2010) informam a existência desse fenômeno como uma *gestação adotiva*, a qual ocorre no período de espera pelo filho adotivo e é permeada por maiores características simbólicas, por parte dos adotantes, assim como angústias e fragilidades diferentes da gestação biológica, posto que a espera na adoção pode durar meses ou anos.

Nas produções do João, a primeira, segunda e terceira consignas apresentam figuras femininas e masculinas sem nomeá-las. É apenas na quarta consigna que ele nomeia os desenhos como: sua esposa, ele e o filho. Os títulos dos desenhos apresentam ligação com o futuro e distanciamento do momento presente, esse movimento parece apontar para uma crença de João de que o futuro poderá auxiliar a minimizar suas dificuldades, preocupações e/ou sofrimentos do presente. Na primeira consigna, a figura materna e o filho estão de mãos unidas, mas a figura paterna está distante. Na segunda consigna, a mãe está próxima de uma das crianças e o pai distante de todos. E, na última consigna é retratada uma família no canto inferior e lateral do papel, quase saindo da folha, o que talvez aponte para uma dificuldade de lidar com a sua atual situação familiar. O distanciamento percebido nos desenhos produzidos por João também é presente na entrevista semiestruturada, mediante verbalizações do processo de adaptação a chegada da criança, como: mudanças necessárias na rotina do casal; a deficiência física do Emanuel, inicialmente não aceita por João e o impacto do primeiro encontro, em que a criança demonstrou apego imediato a esse, visto ser uma figura masculina, diante do histórico de violências sofridas pela suposta agressora (mãe biológica). Entretanto, na entrevista, João também relatou sua busca em cada vez mais estar próximo do filho, adaptar-se as necessidades dele e a nova realidade que engendra o exercício da parentalidade. Para Fonsêca, Santos, Dias (2009 apud FERREIRA; SÁ, 2015, p. 273), em sua pesquisa com pais adotivos de

peessoas com deficiência, observaram que algumas dificuldades podem ser encontradas na adoção de crianças com deficiência. Dentre elas, é a não aceitação de um dos parceiros para com a adoção. Nesses casos, o processo de adaptação perpassa algumas dificuldades, como: diferença na personalidade do adotante e da criança; expectativa com a paternidade/maternidade e, preconceito em relação a pessoas com deficiência. Quando esses processos acontecem, afirma as autoras (2009), há necessidade de apoio e fortalecimento afetivo desse adotante, por meio de grupos, acompanhamento profissional ou outros mecanismos que auxiliem na vivência dessa adoção.

João, assim como Eduardo, retratam em suas histórias a vivência do trabalho infantil e observam ativamente os impactos desse processo. Os participantes demonstram repúdio a esse fato, ao não desejar que seus filhos passem por esse processo. Costa et al. (2015), ao pesquisarem sobre os impactos biopsicossociais do trabalho infantil, com participantes adultos, observaram que essa vivência gerou danos na subjetividade desses sujeitos, por meio da negação ao acesso à escolarização, anulação ou distanciamento de atividades facilitadoras ao desenvolvimento psíquico e emocional desses enquanto criança, a exemplo: brincadeiras e/ou enfraquecimento da socialização, em virtude da responsabilidade para com o trabalho, visto ser auxiliar no sustento da família.

Nos dois casos desta pesquisa, ainda que os participantes tenham significado negativamente impactos a experiência precoce com o trabalho, Eduardo apresentou habilidades que desenvolveu, mediante essa vivência. Portanto, é importante ressaltar que os casos demonstraram singularidades, ainda que se tratando da mesma temática.

Foi por meio da consigna “desenhe uma família em que alguém não está bem” que João representou um homem, uma mulher, duas crianças e uma pessoa dentro de um carro. Uma das crianças recebe um brinquedo, enquanto outra demonstra tristeza ao observar a outra recebendo. Inicialmente, narra a história sem nomeá-la, demonstrando distanciamento da narrativa. Entretanto, após intervenção, personifica a si. João relata que precisou trabalhar na infância para que tivesse acesso aos brinquedos que, socioeconomicamente, seus pais não tinham condição de o presentear. O desenho é apresentado junto com um

conteúdo de distanciamento afetivo entre os membros familiares, demonstrando assim um significado exclusivamente negativo a experiência com o trabalho infantil.

No caso de Eduardo sua história sobre trabalho infantil aparece na consigna “desenhe uma família qualquer”. Pontua que, a atividade visava auxiliar os pais em casa, mas também de acessar brinquedos e o que desejasse, por meio da liberdade oportunizada pelos seus responsáveis, em o dinheiro que adviesse do trabalho com os vizinhos, pudesse ser utilizado na compra de próprios mimos. Além disso, Eduardo afirma que trabalhar cedo foi significado por ele como oportunidade para adquirir habilidades, como senso de responsabilidade e respeito aos esforços que seus pais desempenhavam para cuidar da família. Demonstrando assim que, ainda com os desafios sociais e econômicos da família, houve a existência de uma relação afetuosa positiva entre ele e seus demais membros familiares. Porém, também discorre sobre os impactos negativos da experiência, a exemplo de não conseguir concluir seus estudos (faculdade), e, por isso, não deseja que seus filhos precisem trabalhar cedo. Para tanto, se coloca como responsável para subsidiar os recursos financeiros e afetivos que esses venham precisar. Eduardo também apresenta em suas demais consignas uma preocupação social com o desenvolvimento infantil. Na primeira consigna trata sobre seu momento histórico, social e cultural, demonstrando suas angústias frente as relações familiares em épocas de disseminação tecnológica. Na narrativa, terceiriza o relato, buscando expor sua concepção sobre as consequências do uso exacerbado da internet nas relações interpessoais. Analisa o momento atual a sua infância, pontuando as divergências no brincar infantil, mediante as diferenças socioeconômicas e culturais. Paiva e Costa (2015) ao tratar sobre isso, observaram que se, na infância, a internet é usada de modo indiscriminado e descontrolado, as consequências no desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo são extremamente negativas, a exemplo: isolamento social; mal desenvolvimento da criatividade, mediante a limitação das possibilidades e modos de brincar e, redução de habilidades para interação interpessoal, como resultado de pouco contato físico.

No campo da família, Eduardo representa em três consignas sua percepção familiar vinculada a sua esposa e filho. Entretanto, na consigna “desenhe uma

família em que alguém não está bem” projeta um casal triste, entendendo esse sentimento como daqueles que aguardam pela concretização jurídica da adoção. Ao mesmo tempo em que desenha crianças que estão em situação de acolhimento institucional. Eduardo, mais uma vez, traz concepções críticas sobre alguns problemas sociais, entendendo que a negligência e abandono sofrido pelas crianças e adolescentes, que chegam a ser institucionalizados, fazem parte de uma conjuntura política e social que exige posicionamento e intervenção, por parte de diversas instituições sociais, dentre elas: a responsabilização dos pais biológicos pela violência intrafamiliar. Além disso, cita que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem recursos metodológicos capazes de compreender as questões afetivas e emocionais que envolve famílias em situação de vulnerabilidade social. Portanto, a existência desse profissional nas equipes interdisciplinares é importante para minimizar a retirada de crianças da família natural, assim como em casos necessários, intervir para a colocação em família substituta, de modo célere.

Por fim, ressalta-se que o uso do Procedimento Desenho de Famílias com Estórias (DF-E) se mostrou relevante nesta pesquisa, visto ser uma técnica que auxiliou na amplitude das informações produzidas pela entrevista semiestruturada. O recurso propiciou a apreensão de dados que, inicialmente, não haviam sido relatadas nas entrevistas. Assim como, possibilitou aos participantes, por meio da narração das histórias que acompanharam os desenhos elaborados, a construção de significados sobre a instituição família e o exercício da maternidade e paternidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados produzidos, neste trabalho, possibilitaram o alcance do objetivo em compreender o processo de adoção sob a ótica dos pais adotivos, conforme as singularidades de cada família participante.

Nos casos apresentados - 1) Família do Heitor; 2) Família da Yasmin e Clara; 3) Família do Vinicius; 4) Família do Emanuel) - observou-se que quanto aos aspectos socioeconômicos, no campo educacional, os entrevistados apresentaram inserção escolar mínima no ensino fundamental e máxima no ensino superior completo e incompleto. Nas primeira, segunda e terceira famílias, os entrevistados relataram ser de religião católica, a quarta família declarou ser de religião protestante. Nenhum dos entrevistados, relatou fazer uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. Todos os entrevistados relataram estar trabalhando com usufruto de direitos trabalhistas. No que tange ao histórico do processo judicial de adoção, uma das filhas da Cris foi adotada (com início e fim processual) no ano de 2008, as demais adoções iniciaram e finalizaram entre os anos de 2016 e 2018. Os casos tiveram tempo médio de espera de 1 ano a 2 anos. A primeira e a quarta família apresentaram mudança no cadastro nacional de adoção (CNA), durante o período de espera da criança, com motivação de preocupação em conseguir seus filhos, em menor período. Todas as famílias apresentaram histórico de adoção na família extensa. Todos os casos foram adoção por casais.

Todos os participantes demonstraram acessibilidade e entusiasmo em contribuir com este trabalho. Na entrevista, no que tange a história da criança, apenas Bianca e João relataram conhecer a história inicial do filho, a qual é constituída pela vivência do Emanuel, em situações de violência, por parte dos genitores. Os demais participantes expuseram não conhecer a história da família biológica dos seus filhos. Foi percebido em todos os casos uma dificuldade em lidar com essa história inicial.

Sobre os antecedentes e motivos de adotar, foi observado que os casos apresentaram como motivação da adoção, possível comprometimento na saúde e/ou saúde reprodutiva dos adotantes, além da existência de outros familiares

adotivos. Os pais retrataram que, as motivações para adotar não desmerecem a construção familiar e de vínculo com seus filhos, por serem adotados. Entretanto, no caso da Cris foi percebido em suas falas, rotinas comuns de nascimento em contexto hospitalar, o que demonstra simbolicamente sua compreensão da adoção vinculada a uma realidade biológica do gestar. Levando esta pesquisa a refletir sobre de que forma os pais adotivos podem estar disponíveis para entender as demandas próprias da adoção. Assim como, orientar e apontar a importância do acompanhamento psicológico, na vivência desses pais em compreender e lidar com seu desejo de ser pai/mãe x desejo da maternidade/paternidade.

Para percepção sobre o exercício do cuidado e construção de vínculo para com os filhos, a chegada da criança se mostrou com impactos singulares, em cada caso. Luana e Cris demonstraram preocupação em saber se estão educando seus filhos de modo que, futuramente, eles possam ser cidadãos éticos e responsáveis. Entretanto, a concepção sobre as motivações é diferente. Para Luana a angústia é decorrente, em sua percepção, de ser a primeira experiência como responsável por uma criança. Cris, acredita que seja pelos impactos da sua rotina de trabalho gerar a necessidade de terceirizar os cuidados e educação das filhas. Para Eduardo, pai do Vinicius, e para Bianca e João, pais do Emanuel, a adoção apareceu como uma instituição que precisa ser vista com prioridade pelo Estado. Para eles, a escolha de um filho independe da origem ser biológica ou não e que toda criança ou adolescente precisa de acolhimento, afeto e amor, principalmente os que passaram por uma instituição de acolhimento ou sofreram algum tipo de violência.

No que tange a revelação da adoção, a maioria dos pais demonstraram interesse em revelá-la, de modo gradual, conforme a criança demonstre interesse e, cognitivamente, compreenda o conteúdo. De todos os entrevistados, apenas Eduardo afirmou que a revelação para seu filho ocorrerá em um momento específico, pois em sua percepção, apenas quando adolescente é que esse poderá compreender o que é adoção. Luana, João e Bianca demonstraram medo em perder o filho, caso eles desejem conhecer a família natural. No caso da Cris, a revelação da adoção de Clara ocorreu com ajuda da escola, quando nesse ambiente foi tratado sobre os diversos tipos de família, assim como a de Yasmin aconteceu, em virtude da Clara ser adotiva e Yasmin observar esse processo.

Sobre a experiência com os trâmites judiciais, os pais relataram angústia

com a demora do rito processual, apontaram que não só a espera na fila de adoção, mas a emissão do novo registro de nascimento, a distância entre os cursos preparatórios e entrevistas para inserção no Sistema Nacional de Adoção (SNA) também se mostraram morosos. De todos os casos, apenas Luana apontou ter participado de uma audiência com fins de destituição do poder familiar dos genitores do Heitor. A experiência se mostrou traumática para Luana. Entretanto, segundo ela, não soube informar se isso é uma situação comum ao processo de adoção. Em todos os casos foi mencionado intervenções do profissional psicólogo, que geraram nesta pesquisa a busca em compreender como esse é visto pelos entrevistados.

Os pais relataram contar com o apoio das equipes multiprofissionais, percebendo nessa vivência o profissional Psicólogo como primordial para lidar com as angústias decorrentes do processo jurídico, assim como com os momentos iniciais, de convívio e construção de vínculo com a criança que chega. O psicólogo se mostrou presente na fala da Luana como importante para orientações, no momento da entrega da criança. No relato da Cris, em como lidar com o processo de revelação da adoção da sua segunda filha. Para Bianca e João, nas intervenções visando compreender os comportamentos do Emanuel decorrentes da vivência traumática. E, para Eduardo, como profissional capacitado a intervir em casos de violências a criança/adolescente em contexto de vulnerabilidade social, visando a minimização dos impactos no desenvolvimento emocional dos infantes.

Com relação ao Procedimento Desenho de Famílias com Estórias (DF-E), este se mostrou relevante nesta pesquisa, visto ser uma técnica que auxiliou na amplitude das informações produzidas pela entrevista semiestruturada. O recurso propiciou a apreensão de dados que, inicialmente, não haviam sido relatados nas entrevistas, tais como: angústias e afetos relacionados ao exercício da parentalidade, conflitos familiares na própria história, tão quanto evidenciou o desejo por uma segunda adoção. Além disso foi possível observar com esse instrumento que o modo como os entrevistados lidam com seus filhos está, necessariamente, implicado na representação de família e educação que cada um experienciou ao longo da vida.

Dentre outras esferas, os casos apresentam peculiaridades, que envolvem

todos os familiares, pais, filhos e extensos, diante do processo de adoção. Com isso, entender o tema, requer dos campos de pesquisa a percepção de que os dados produzidos estão implicados histórico, social e culturalmente em experiências que transparecem o sofrimento, sentimentos e significados, de cada familiar, de modo singular. O processo envolve vínculo, renúncias, mudanças e acolhimento do outro que, outrora, foi desconhecido.

Nesse sentido, esta pesquisa teve como característica importante tratar a experiência da adoção de modo único para cada pai entrevistado. Entretanto, apresentou limitação, no que tange ao número de participantes de sexo feminino ser maior, assim como todos os entrevistados serem de gênero heterossexual. Para tanto, pensando em abranger a discussão e criar espaço para novos diálogos, sugere-se que outros estudos incluam outros sexos e gêneros, ouvindo e acolhendo a experiência dos pais que adotam, nas mais diversas formas de ser família. Além disso, constatou-se a necessidade de escutar a criança e/ou adolescente adotados por cada família participante, para compreender a perspectiva deles no processo de adoção, bem como elucidar, de modo ampliado, a dinâmica familiar. Visando, principalmente, pensar as mudanças sociais implicadas no conceito de Família e seus impactos psíquicos e emocionais em todos os membros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carolina Mendonça Muniz de. **O processo de filiação de crianças maiores aos pais adotivos**. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife-PE, 2016.

AMAZONAS, M. C. L. A.; VERÍSSIMO, H. V.; LOURENÇO, G. O. A adoção de crianças por gays. **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte-MG, v. 25, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/17.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

ANDRADE, L. C. S. de; HUEB, M. F. D.; ALVES, C. M. P. Era uma vez... um estudo de caso sobre histórias e estórias adotivas. **Estud. Psicol.** Campinas-SP, v.34, n.1, 2017, p. 173-183. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2017000100173&script=sci_abstract. Acesso em: 21 abr. 2019.

ARAÚJO, Mabel Itana. **A devolução de crianças na adoção tardia e a construção da maternidade**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.

AYALA, Sarita Carvalho et al. ADOÇÃO TARDIA: O real contexto de adotantes e adotados. **Psicologia: Revista Eletrônica Científica**. Garça-SP, 2014. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NSt5lqOoz7sc4eO_2014-4-16-0-6-59.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

BASTELLI, F. M. V.; SILVA, M. C. P. Aurora e o processo de parentalização. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo – SP, v. 50, n. 92, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000100016. Acesso em: 21 abr. 2019.

BIASUTTI, Carolina Monteiro. **Parentalidade em casos de adoção monoparental**, 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BRASIL. **Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Código de Menores. Casa Civil, Brasília-DF: 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei 4.655, de 2 de junho de 1965**. Dispõe sobre a legitimidade adotiva. Casa Civil, Brasília-DF: 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4655.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Casa Civil, Brasília-DF: 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 24 jan.

2020.

BRASIL, **Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Casa Civil, Brasília-DF: 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL, **Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre Adoção. Casa Civil, Brasília-DF: 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm.htm. Acesso em: 24 jan. 2020.

BORIS, G. D. J. et al. A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília –DF, v.36, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n1/1982-3703-pcp-36-1-0210.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BUENO, R. K.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Envolvimento Paterno com Filhos Adotivos e a Estrutura Familiar. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília - DF, v.33, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100402&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 abr. 2019.

BUENO, R. K.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Paternidade no contexto de adoção. **Pensando Famílias**. Porto Alegre – RS, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n1/v20n1a05.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CANHOTA, Carlos. Qual a importância do estudo piloto? *In*: SILVA, E. E. (Org.). **Investigação passo a passo: perguntas e respostas para investigação clínica**. Lisboa: APMCG, 2008. p. 69-72.

CARNEIRO, F. A. et al. A qualidade das vivências parentais em três famílias homoparentais Portuguesas. **Psicologia, Saúde & Doenças**. Lisboa – Portugal. v. 19, n. 1, 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862018000100019. Acesso em: 13 abr. 2019.

CARVALHO, G. G. R.; SILVA, R. O. A escolha do perfil do adotado em contraposição aos princípios de proteção à criança. **Jus.com.br**, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70847/a-escolha-do-perfil-do-adotado-em-contraposicao-aos-principios-de-protecao-a-crianca>. Acesso em: 05 mai. 2020.

CARVALHO, Flávia Almeida de. **Um estudo psicanalítico sobre adoção e devolução de crianças**: a preparação dos pretendentes, a fase de aproximação e o acompanhamento do estágio de convivência, 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CECÍLIO, M.S; SCORSOLINI-COMIN, F. Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. **Psicologia: Ciência e Profissão**,

Brasília –DF, v. 36, n.1, 2016. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932016000100171&lng=pt&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 21 abr. 2019.

CIPOLLONE, Laura. Diferença sexual, dimensão interpessoal e afetividade nos contextos educacionais para a infância. **Pró-posições**, v. 14, n. 3, 2003. Campinas – SP. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2208/42-dossie-cipollonel.pdf>. Acesso em: 01 de jul. 2020.

COSTA, Elenice Martins; SOUZA, Ricardo Luis Vieira de.; KIRST, Patrícia Beatriz Argollo Gomes. Trabalho infantil: um estudo sobre os danos biopsicossociais percebidos pelos pesquisadores. **Aletheia**, Canoas -RS, n. 46, 2015. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000100011.
 Acesso em: 18 jun. 2020.

COSTA, L. T. M.; KEMMELMEIER, V. S. O olhar de futuros pais sobre o processo de adoção. **Psicologia Argumento**. Paraná –PR, v. 31, n. 72, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20513>.
 Acesso em: 10 dez. 2019.

COMBIER, C. V.; BINKOWSKI, G. Adoção e mito: os destinos do “mito familiar” na cena contemporânea a partir de um caso clínico de Adoção na França Atual. **Revista Ágora**, Vitória - ES, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982017000100159. Acesso em: 10 dez. 2019

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2008. **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**, 2008. Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Brasília-DF. Disponível em:
<https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)**, 2019. Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Brasília-DF. Disponível em:
<https://www.cnj.jus.br/sna/>. Acesso em: 19 mai. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019. **Resolução N° 289 de 14 de agosto de 2019**. Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Brasília-DF. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2976>. Acesso em: 10 jun. 2020.

COSTA, Frederico Alves. **Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos**: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural, 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Minas Gerais – MG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-8C4KQW>. Acesso em: 11 de set. 2019.

DANTAS, F. S. S.; FERREIRA, S. P. A. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto-SP, v. 23, n. 3, 2015. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300006. Acesso em: 13 abr. 2019.

DINIZ, I. A.; ASSIS, M. O.; SOUZA, M. F. S. Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Revista Pretextos**, Minas Gerais – MG, v. 3, n.5, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15978>. Acesso em: 08 abr. 2020.

FALCÃO, Camila dos Anjos et al. Cadastro de adoção nacional: os lugares das crianças a serem adotadas no Brasil. *In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DA ABRAPSO*, 6., 2019, Aracaju-SE. **Resumo** [...]. ABRAPSO, 2019.

FENDER, Marcelo Foroni. **A experiência e os desafios da adoção por pais que se declaram homossexuais**, 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FERNANDES, M. B.; SANTOS, D. K. Sentidos atribuídos por pais adotivos acerca da adoção tardia e da construção de vínculos parento-filiais. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo – SP, n. 63, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21452/2594-43632019v28n63a04>. Acesso em: 08 dez. 2019.

FERREIRA, S. S.; SÁ, S. M. P. Filhos do coração: adoção de crianças com deficiência. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, Salvador-BA, n. 5, v. 3, 2015, p. 272-285. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/download/689/504>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FILHO, Ricardo Andrade Coitinho; RINALDI, Alessandra. A “homoafetividade” no cenário adotivo: Um debate antropológico. **Mediações**, Londrina - PR, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/19168/pdf_9. Acesso em: 08 dez. 2019.

FLICK, U. A qualidade na pesquisa qualitativa: além dos critérios. *In: FLICK, U., Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 356-379.

GALDINO et al., As vivências de Crianças e Adolescentes nos Serviços de Acolhimento: uma experiência no Nordeste brasileiro. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO*, 11., 2017, Aracaju-SE. **Anais** [...]. São Paulo: ABPD, 2017, v. 11, p. 329-330.

GOMINHO, L. B. F.; NUNES, B. N. O. A burocracia e a demora nos processos de adoção no Brasil: uma abordagem à luz das regras do estatuto da criança e do adolescente (ECA).

Jus.com.br, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74904/a-burocracia-e-a-demora-nos-processos-de-adocao-no-brasil-uma-abordagem-a-luz-das-regras-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca>. Acesso em: 19 mai. 2020.

HUBER, M. Z.; SIQUEIRA, A. C. Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo-SP, v. 12, n. 2, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v12n2/v12n2a14.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.

JORGE, D. R. Histórico e aspectos legais da adoção no Brasil. **Rev. Bras. Enf.**, Rio de Janeiro-RJ, vol. 28, 1975. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671975000200011. Acesso em: 24 jan. 2020.

JORGE, D. R. Histórico e aspectos legais da adoção no Brasil. **Rev. Bras. Enf., Rio de Janeiro-RJ**, vol. 28, 1975. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671975000200011.

Acesso em: 30 jan. 20.

JUNG, Raul Oliveira. **A hora de dormir: o acalanto com crianças em acolhimento institucional e seus desdobramentos**. 2015. 29 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

LABAKI, Maria Elisa Pessoa. Ter filhos é o mesmo que ser mãe?. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo – SP, v. 40, n. 72, 2007, p. 75-87. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v40n72/v40n72a06.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. Concepções e modos de viver em família: A perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília - DF, v. 32, n. 34, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n4/1806-3446-ptp-32-04-e324213.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

LOPES, R. G.; SANTOS, T. C. Somos todos adotados? Parentalidade, família e filiação. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro – RJ, v. 33, n. 1, 2017. Disponível em: https://spcrj.org.br/ojs/index.php/cad_psi_spcrj/article/view/22. Acesso em: 10 dez. 2019.

MACHADO, Rebeca Nonato. **Parentalidade e filiação adotivas: o que revelam e o que ocultam as narrativas dos pais**. 2014. X f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2014.

MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. G. Parentalidade Adotiva: Contextualizando a Escolha. **Revista Psico**, Rio Grande do Sul-RS, v. 46, n. 4, 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/19862/0>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MACHIN, Rosana. Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. **Psicologia e Sociedade**. Minas Gerais-MG, v.28, n.2, 2016. p. 350-359. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822016000200350&script=sci_abstract>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MAHL, F. D, et al. Enquanto a Maternidade Não Vem: A Infertilidade e a Pressão Social como Pano de Fundo para a Adoção. **Pensando famílias**, Porto Alegre-RS, v. 16, n. 2, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275336957_Enquanto_a_Maternidade_Nao_Vem_A_Infertilidade_e_a_Pressao_Social_como_Pano_de_Fundo_para_a_Adocao. Acesso em: 10 dez. 2019.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro - RJ, vol. 10, n. 02, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, Elza. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estudos de Psicologia**, Natal-RN, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 mai. 2020.

MAINETTI, A. C.; WANDERBROOKE, A. C. N. S. Avós que assumem a criação dos netos. **Pensando Famílias**. Porto Alegre – RS, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a09.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MELETTI, A. T.; SCORSOLINI-COMIN, F. Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. **Revista Psicologia: Teoria e prática**, São Paulo-SP, v. 17, n.1, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100004. Acesso: 08 dez. 2019.

MORELLI, Renata. **Análise do convívio de pais e filhos adotivos**. 2005. 142 f. Monografia (Bacharel em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2005.

MOZZI, G. de; NUERNBERG, A. H. Adoção de Crianças com Deficiência: Um Estudo com Pais e Mães Adotantes. **Paidéia**, Ribeirão Preto - SP, v. 32, n.1. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2016000100101. Acesso em: 24 jun. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**.

18° ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 109 p.

MIURA, P. O. et al. Oficinas criativas em uma instituição de acolhimento: relato de experiência. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO*, 20., 2019. **Resumo** [...]. ABRAPSO, 2019.

MURAKAMI, Jessica Harumi; LIEDKE, Mônica Souza. Cidadania e Efetividade dos Direitos Fundamentais Cíveis: BREVE ANÁLISE DA MOROSIDADE PROCESSUAL DO INSTITUTO DA ADOÇÃO COM ÊNFASE NA COMARCA DE JOINVILLE/SC. **Revista**

Jurídica do Curso de Direito da UESC, Santa Cruz – BA, v. 16, 2017.

Disponível em:

<http://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1567/1239>. Acesso em: 08 jun. 2020.

NAKAMURA, Carlos Renato. “Criança e adolescente: sujeito ou objeto da adoção?”: Reflexões sobre menorismo e proteção integral. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo – SP, n. 134, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0179.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

NUNES, Michelle Darezzo Rodrigues. **Buscando a independência e autonomia da criança através da estimulação constante: a experiência da família da criança com síndrome de Down**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP. 2010.

OLIVEIRA, A. A. S. et al. Cadastro nacional de adoção: o que nos revela?. *In: CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 5., 2018, São Paulo-SP. **Anais** [...]. Brasília: CFP, 2018, v. 5, p. 314-314.

OLIVEIRA, A. A. S. et al. A Psicologia na PNAS: Relato de experiência com acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidades. *In: CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 5., 2018, São Paulo-SP. **Anais** [...]. Brasília: CFP, 2018, v. 5.

OLIVEIRA et al. Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no nordeste brasileiro: um relato de estágio em psicologia. *In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA*, 47., 2017, São Paulo-SP. **Resumo** [...]. São Paulo: SBP, 2017.

OLIVEIRA, P. A. B. A., SOUTO, J. B., JUNIOR, E. G. S.; Adoção e Psicanálise: a escuta do desejo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília-DF, v. 37, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n4/1414-9893-pcp-37-04-0909.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília – DF, v. 28, n.1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n1/07.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

PARENTE et al. Cuidando do cuidador: a equipe da instituição de acolhimento e a criança abrigada. *In: JORNADA APOIAR: A CLÍNICA SOCIAL - PROPOSTAS, PESQUISAS E INTERVENÇÕES*, 12., 2014, São Paulo-SP. *Anais [...]*. São Paulo: Apoiar-USP, 2014, v. 12, p. 398-405.

PAIVA, Natália Moraes Nolêto; COSTA, Johnathan da Silva. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça?. **Psicologia.pt: portal dos psicólogos**, Porto – Portugal, 2015. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

PAIVA, Leila Dutra. **ADOÇÃO: significados e possibilidade**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, 180 p.

PEREIRA, P. J.; OLIVEIRA, M. C. F. A. Adoção de crianças e adolescentes no Brasil: sua trajetória e suas realidades. **Textos NEPO**, Campinas – SP, v. 74, 2016. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_74.pdf. Acesso em: 05 mai. 2020.

PICCININI, C. A.; PEREIRA, C. R. R.; MARIN, A. H.; LOPES, R. C. S. TUDGE, J. O. nascimento do segundo filho e as relações familiares, **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília- DF, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20544/000631802.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2020.

ROSA, J. M.; BORIS, G. D. J. B., MELO, A. K.; SANTOS, M. C. A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília –DF, v.36, n.1, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932016000100210&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 dez. 2019.

SAMPAIO, D. S.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto-SP, v. 26, n. 1, 2018. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2358-18832018000100311&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 abr. 2019.

SANTOS, J. V. O. et al. Adoção de crianças por casais homossexuais: As representações sociais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto-SP, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2358-18832018000100139&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 de dez. 2019.

SCHETTINI, S. S. M.; AMAZONAS, M. C. L. de Almeida; DIAS, C. M. S. B. Famílias adotivas: Identidade e diferença. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá- PR, v.11, n. 2, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a06.pdf. Acesso em: 19 mai. 2020.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moller. **Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos**. 2007. 213 f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife-PE, 2007.

SOUZA, Maria de Lourdes Nobre. A “**nova cultura da adoção**”: reflexões acerca do cenário atual da adoção no Brasil, 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2016.

SILVA, E. F. G.; SANTOS, S. E. B. Paternidade adotiva: Conjugando afetos consentidos, **Revista de Abordagem Gestáltica**, Goiânia – GO, v. 20, n. 2, 2014. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672014000200003 Acesso em: 10 dez. 2019.

SILVA, Alinne Ferreira da.; MIURA, Paula Orchiucci. A adoção sob a perspectiva de pais adotivos: revisão sistemática de literatura. *In*: CONGRESSO CIENTÍFICO EM EDUCAÇÃO E PRÁTICA SOCIAL: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR, 7., 2019, Arapiraca-AL.
Resumo [...]. Alagoas: FERA, 2019.

SILVA, P. S. et al. Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática. **Revista Contextos Clínicos**, São Leopoldo-RS, v. 11, n. 3, 2018.
 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v11n3/v11n3a05.pdf>. Acesso em 10 jun. 2020.

SILVA, Marcia Regina da. **Adoção**: Desafios na construção da filiação e da parentalidade. Uma Reflexão Psicanalítica, 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, P. S.; CASSARINO-PEREZ, L.; SARRIERA, J. C.; FRIZZO, G. B. A equipe psicossocial na colocação da criança nos processos de adoção. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília–DF, v. 37, n. 3, 2017. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300608. Acesso em: 08 jun. 2020.

SILVA, F. H. O. B.; CAVALCANTE, L. I. C. Rotinas Familiares de Crianças com Necessidades Especiais em Família Adotiva. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília – DF, v. 31, n. 2. 2015. Disponível em:
www.scielo.br/pdf/ptp/v31n2/0102-3772-ptp-31-02-0173.pdf.
 Acesso em: 21 abr. 2019.

SILVA, C. L.; BENETTI, S. P. C. Adoção de criança maior: um estudo do processo filiativo, **Estudos de Psicologia**, Campinas – SP, v. 32, n. 1, 2015.
 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000100011>. Acesso em: 08 de dez. 2019.

TEMPERINI, Carlos Augusto Teixeira. **Famílias camaleão**: adaptações, mudanças e desafios da homoparentalidade. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,

2018.

TIBOLA, V. B.; KEMMELMEIER, V. S. Trabalho interprofissional em fóruns: Sua importância nos casos de adoção. **Psicologia Argumento**, Paraná –PR, v. 30, n. 71, 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20451>. Acesso em: 10 dez. 2019.

TRINCA, Walter. **Procedimento de desenhos-estórias: Formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2013, 373 p.

TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educ. Soc.**, Campinas -SP, v.34, n.122, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 de set. 2019.

UNICEF, **Declaração Universal dos Direitos da Criança**, 1959. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

VIEIRA, Luciana de Araújo. **Produção acadêmica em Psicologia sobre adoção tardia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2017.

VALANDRO, Elisiane; BAUMKARTEN, Silvana Terezinha. Filhos/as adotivos/as, quando relevar este segredo. **Revista PerCursos**, Florianópolis -SC, vol. 14, n. 27, 2013. Disponível em: www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/download/.../3019. Acesso em: 19 de mai. de 2020.

VIEIRA, Joice Melo. **Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias**. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas – SP, 2004.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos Psicológicos da Adoção**. 2. ed. Curitiba-PR: Juruá, 2003, 186 p.

WEBER, L. N. D. O psicólogo e as práticas de adoção. *In*: GONÇALVEZ, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponto. **Psicologia Jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2009, p. 99-140.

WINNICOTT, D. W. Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela vida familiar. *In*: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 193-212. (Trabalho original publicado em 1950)

WINNICOTT, D. W. Fatores de integração e desintegração da vida familiar. *In*: WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 59-72. (Trabalho original publicado em 1957)

WINNICOTT, D. W. O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. *In:* WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 21-28. (Trabalho original publicado em 1965)

WINNICOTT, D. W. Família e maturidade emocional. *In:* WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 129-140. (Trabalho original publicado em 1960)

WINNICOTT, D. W. Duas crianças adotadas. *In:* WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 115-125. (Trabalho original publicado em 1953)

WINNICOTT, D. W. A adolescência de crianças adotadas. *In:* WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 131-142. (Trabalho original publicado em 1955)

WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, 455 p. (Trabalho original publicado em 1958).

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 1. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 127-202.

WINNICOTT, D. W.; BRITTON, Clare. (1947). Tratamento em regime residencial para crianças difíceis. *In:* _____. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 59-80.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2009.

APÊNDICES

Apêndice A

Formulário para caracterização socioeconômica

- 1) Nome: _____
 _____SIGLA: _____ Nome
- Social: _____SIGLA: _____
- 2) Gênero: () Masculino () Feminino () Não-binário () Outro: _____
- 3) Data de Nascimento: _____ Idade: _____
- 4) Endereço: _____
- 5) Cidade de Nascimento: _____
- 6) Cidade onde mora hoje: _____
- 7) Telefone (fixo e celular): _____
- 8) Escolaridade:
 () Ens. Fundamental Completo () Ens. Médio Completo () Ens. Superior Completo; (
) Ens. Superior Incompleto.
- 9) Raça/Cor: () branca () parda () negra () indígena () amarela
- 10) Religião: _____
- 11) Estado Civil: () solteiro/a () casado/a () união estável () divorciado/a ()
 viúvo/a () outros.
- 12) Profissão: _____
- 13) Trabalha? () Desempregado/a? (); Direitos trabalhistas garantidos: () sim; () não;
- 14) Composição familiar (domicílio): _____ pessoa(s):
 As quais: _____;
- 15) Renda familiar: R\$ _____;
- 16) Residência: () própria () alugada () cedida () outros
 * N° de cômodos: _____
- 17) Acesso aos serviços:
 a) luz/energia elétrica: () sim () não
 b) água: () rede pública () poço () outros
 c) destino de fezes e urina: () esgoto () fossa () céu aberto

d) coleta de lixo: () sim () não

18) Uso de Álcool e/ou outras drogas: () Não; () Sim. Qual? _____;

19) Ano de início do processo de adoção: _____

20) Durante o processo judicial, mudou o perfil da criança/adolescente? ()

Não () Sim,

motivação: _____;

21) Mês/Ano do julgamento final sobre a adoção: _____;

22) Tipo de Adoção: Adoção por casal (); Adoção unilateral (); Adoção Monoparental; Outra: _____;

23) Tem histórico familiar de adoção? () Não; () Sim, qual parentesco? _____;

24) Idade da criança/adolescente adotado/a: _____;

25) Sexo da criança/adolescente adotado/a: _____;

26) A/O criança/adolescente está estudando? () Sim () Não, motivação:

_____ ; (qual o ano?) _____

Apêndice B

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

NOME FICTICIO: _____

- História de vida dos pais: Do pensamento a ação de adotar:
 - > *Caso haja*: aspectos envoltos ao relacionamento afetivo entre os adotantes (namoro; casamento; o início do convívio domiciliar);
 - > O desejo pela adoção: momento afetivo e temporal em que se deu; motivações, filho imaginado (filho desejado/imaginado/idealizado e inscrição no CNA¹¹), concretização do ato de busca pela adoção e a espera pelo filho;
 - > Compreensão sobre as relações com a família natural;
- Primeiras experiências com o novo membro familiar: Significados, possíveis mudanças e novas perspectivas:
 - > A recepção da notícia da chegada do filho;
 - > Primeiras experiências como responsável legal de um filho/a;
 - > *Caso haja*: relação entre o casal no processo de chegada;
 - > Relação familiar extensa no processo de chegada;
- A atualidade: relatos sobre o convívio e relação atual para com o filho/a;
 - > Perspectivas sobre a revelação da adoção;

¹¹ Tópico acrescido após Estudo Piloto (Canhota, 2008)

Apêndice C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.) (Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa A Adoção sob a perspectiva de pais adotivos, da pesquisadora Alinne Ferreira da Silva.

A seguir, as informações do projeto de pesquisa com relação a sua participação neste projeto:

1. O estudo se destina a compreender o processo de adoção sob a ótica de pais adotivos;
2. A importância deste estudo é a de auxiliar na construção da Ciência Psicológica; auxiliar na disseminação do conhecimento sobre pesquisa em Psicologia; auxiliar a comunidade envolta do tema Adoção; Oferecer escuta especializada aos pais envolvidos ao processo de Adoção;
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: Conhecer a história de vida dos pais, no que tange ao processo de adoção; Compreender como eles significam a história de vida dos seus filhos; Conhecer como se deu a relação entre os pais adotivos e seus filhos, no que tange ao processo de desenvolvimento psicológico, físico e afetivo.
4. A coleta de dados começará em 09/2019 e terminará em 04/2020.
5. O estudo será feito da seguinte maneira: aplicação de questionário socioeconômico, realização de entrevista semiestruturada e do procedimento Desenhos de Família com Estórias. E se permitido, uso de gravador de voz durante a entrevista e do desenho.
6. A sua participação será nas seguintes etapas: no questionário, na entrevista e no procedimento Desenho Família com estórias.
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: a) psicológicos, no que tange a acessar memórias passadas e/ou crenças vinculadas a emoções negativas; b) comportamentais, no que tange a vergonha pelo possível uso de gravador; c) quebra de sigilo sobre os seus dados, no entanto, está ciente que seus dados estarão disponíveis apenas ao pesquisador responsável e orientador desta pesquisa; d) perda de tempo com sua participação neste estudo, sendo minimizado pela explicação de todos os passos metodológicos antes da assinatura do TCLE e explicação dos objetivos da pesquisa, estando ciente que a sua participação contribuirá com o desenvolvimento do entendimento sobre processos de adoção; e) constrangimento por você não saber responder algumas ou todas as questões do roteiro de entrevista, minimizado pela liberdade de não responder nada que eu não me convenha, tendo garantias no sigilo das informações obtidas conforme descrito anteriormente;
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são:
Compreensão dos aspectos psicossociais envolvidos ao processo de adoção sob a ótica de pais adotivos; Acadêmico, sobre o desenvolvimento, implantação e produção de dados em pesquisa científica; Desenvolvimento de leitura, por parte

da comunidade afetada pelos processos judiciais no âmbito da adoção; Desenvolvimento de leitura, por parte das comunidades sociais, que despertem desejo a leitura deste trabalho.

9. Você poderá contar com a seguinte assistência: CENTRO DE REFERÊNCIA INTEGRADO DE ARAPIRACA (CRIA- ARAPIRACA) - 1052, R. Lino Roberto, 998 - Santa Edwiges, Arapiraca – AL. Telefone: (82) 3530-9349.

10. Você será informado(a) do resultado final do projeto, através de entrevista devolutiva individual ou grupal; tão quanto, ao decorrer sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.

13. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.

14. Você será indenizado(a) por qualquer dano que venha a sofrer com a sua participação na pesquisa (nexo causal).

15. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu

.....
tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsável(is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Aluna: Alinne Ferreira da Silva
Endereço: Rua Brasília, Bairro Brasília - 89
Complemento: Casa;
Cidade/CEP: Arapiraca – AL, 57313-130;
Telefone: (82) 3522-5589;
Ponto de referência: Caixa Econômica Federal.

Contato de urgência: Sr(a).

Endereço:
Complemento:

Cidade/CEP: Telefone: Ponto de referência:
--

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da UFAL analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
 Prédio do Centro de Interesse Comunitário (CIC), Térreo, Campus A.
 C. Simões, Cidade Universitária
 Telefone: 3214-1041 – Horário de Atendimento: das 8:00 as 12:00hs.
 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Arapiraca, de de .

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntário(o,a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas	Pesquisador(a): Alinne Ferreira da Silva